



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

37ª Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Brasília/DF.
29 de Junho de 2017.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Bom dia a todas e a todos. Vamos iniciar os trabalhos?
2 Conselheiros e Conselheiras, por favor, tomem os seus lugares. Então, vamos dar
3 início trabalhos, por favor. Bom dia senhoras e senhores, Conselheiros e
4 Conselheiras, pedimos todos que ocupem os seus lugares. Gostaríamos de dar
5 boas-vindas e agradecer a presença de todos. Para que possamos dar início à nossa
6 37ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos gostaríamos de
7 compor a mesa convidando o Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade
8 Ambiental e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o
9 senhor Jair Vieira Tannus Júnior. Por favor, Secretário. Faço um parêntese aqui,
10 vocês devem estar notando a ausência do Tarcísio com aquela voz maravilhosa dele
11 de sempre, eu não tenho essa capacidade, mas é que o nosso colega foi transferido
12 para o ICMBio e hoje é chefe do Parque Nacional do Gandarela, está em uma outra
13 missão importante e fundamental para o meio ambiente. Então, fica um registro aqui
14 ao nosso colega que está lá. Agora, nesse momento com a palavra o nosso
15 Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

16
17
18 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH)** – Bom dia
19 a todas senhoras Conselheiras, a todos os senhores Conselheiros, sejam todos
20 muito bem-vindos, agradeço pela presença. Para essa nossa primeira reunião no
21 ano em que comemoramos os 20 anos da Lei das Águas. Informo que o senhor
22 Ministro Sarney Filho, que preside este Conselho, ele tradicionalmente faz questão
23 de participar da abertura das nossas reuniões, ele teve que fazer uma viagem a
24 serviço, não vai poder vir em função disso, mas o Secretário-Executivo que no
25 momento está cumprindo uma agenda externa, ele virá aqui para saudá-los. Então,
26 nós daremos início aos trabalhos e assim que chegar nós vamos interromper para
27 uma breve saudação do Secretário-Executivo, que o fará em nome do senhor
28 Ministro que preside o Conselho. Informo que a agenda do dia e demais documentos
29 foram encaminhados anteriormente aos Conselheiros quando da convocação.
30 Solicito que verifique o quórum no Plenário.

31
32
33 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Secretário, nós atingimos o quórum regimental para
34 iniciarmos a reunião.

35
36
37 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH)** – Então,
38 declaro aberta a sessão, agradeço ao Plenário rio pelo quórum e solicito que o
39 mesmo seja mantido até o final da reunião. Peço que a cada intervenção os
40 senhores Conselheiros informem o nome completo e a entidade ou órgão que
41 representam para efeito do registro de gravação da reunião. Solicito que se leia os
42 procedimentos para a reunião.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Procedimentos: somente terão direito a voto os Conselheiros e Conselheiras Titulares, os Conselheiros e Conselheiro Suplentes com direito a votos são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes. Os Conselheiros e Conselheiras Suplentes terão direito à voz. Os Conselheiros e Conselheiras poderão delegar, a seu critério, o uso da palavra para manifestação em Plenário. Os Conselheiros e Conselheiras inscritos serão chamados pela ordem de inscrição. Farão uso da palavra por 3 minutos, devendo todos se aterem exclusivamente sobre o assunto em discussão. Encerradas as discussões os resultados obtidos serão submetidos ao Plenário para aprovação. Durante o processo de votação não será concedida a palavra para novos pronunciamentos, nem apartes, a matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes. Metade mais um dos votos que se encontrarem presentes no momento da votação.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Então, vamos dar início aos trabalhos, informo que temos um pedido de requerimento de urgência para avaliar. Pergunto se existe mais alguma matéria de urgência a ser proposta. Não havendo outras solicitações vamos avaliar a admissibilidade do pedido de urgência. Caso aceita a proposta será deliberada após a aprovação da ata. Lembrando que se o se o requerimento de urgência não for aprovado o tema será automaticamente incluído na pauta da reunião subsequente. Pedido de requerimento de urgência, proposta de Resolução que estabelece a recomposição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, convido o representante do Ministério do Meio Ambiente, o Conselheiro Júlio Tadeu para justificar o requerimento de urgência.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Bom dia a todos e a todas. O requerimento de urgência é para complementar, recompor, na verdade, a Comissão de Ética. A Comissão de Ética, os senhores sabem, funciona, tem um mandato, os Conselheiros escolhidos têm um mandato e esse mandato vai vencer não início do ano que vem. Então, nós precisamos recompor para um mandato tampão até o início do ano que vem, essa Comissão de Ética. Então, basicamente isso, a urgência é que nós não podemos ficar sem a Comissão de Ética com a sua composição já definida, o motivo da recomposição é que três dos Conselheiros foram, ou deixaram de ser Conselheiros, foram substituídos. Então, nós estamos recompondo sempre com a ideia de que... A ideia não, com a necessidade de que o Conselheiro que fizer parte da Comissão de Ética tem que ter exercido pelo menos um mandato anterior a esse atual mandato. Isso se prende ao fato para ter uma certa experiência do andamento do Conselho. Então, basicamente são essas as propostas e a necessidade dessa urgência porque nós temos que recompor até o próximo ano que vem.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Em discussão a matéria, alguém que queira discutir? Como ninguém se habilita vamos

colocar em votação a admissibilidade do pedido de urgência. Solicito que levante o crachá os Conselheiros que se encontram a favor. Ok. Por gentileza agora os que se encontram contrários. Nenhum voto contrário. Abstenção? Nenhuma abstenção. Então, declaro a admissibilidade da matéria, a matéria foi aprovada. Pergunto se há solicitação de inversão de pauta ou retirada de matéria de pauta. Nenhuma? Ok. Então, solicito ao mestre de cerimônias que leia a nova pauta, não é nova, que leia a Ordem do Dia.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Então, vamos lá. Ordem do Dia: deliberação sobre a proposta de Resolução que estabelece a recomposição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o mandato em curso do Colegiado. Então, lembrando que é um mandato que completa o mandato que está em vigor. Estabelece as prioridades. Segundo ponto: estabelece as prioridades para a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei 9648/98, com a redação dada pelo art. 28 da Lei 9984/2000, para o exercício orçamentário de 2018, matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – CTCOB. 2) dar ciência ao Conselho sobre a moção 19/2017 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Aí teremos depois apresentações: como pauta 3) Plano Nacional de Recursos Hídricos, avaliação da implementação no período 2006/2015 e indicadores para acompanhamento da implementação 2016/2020. Será apresentado pelo consultor Leonardo Mitre. 3.2) atuação das Câmaras Técnicas em especial na implementação das prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos temas propostos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Será relatado pelos presidentes das Câmaras Técnicas e pela Secretaria Executiva do Conselho. Teremos também uma apresentação, só relembro, nós temos um acordo no Conselho que toda reunião do Conselho tem uma apresentação sobre Mariana. Isso está invertido, bom, desculpe, isso aqui tem uma inversão que como já foi já mandado, não tem mais inversão porque ela já é uma inversão que já estava dada. Depois da apresentação das Câmaras, que acreditamos seja no início já da tarde, tem o Doutor Vicente Andrew, presidente da ANA fará a apresentação do Projeto Legado para a gestão dos recursos hídricos no Brasil. Aí depois sim a Diretora Gisela, também da ANA, fará uma apresentação sobre os trabalhos da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, Câmara Técnica essa que é do CIF, do Comitê Interfederativo responsável pelo acompanhamento da recuperação do desastre de Mariana. Todo Conselho tem uma apresentação. E dessa vez será uma apresentação dessa Câmara Técnica que é uma Câmara Técnica muito afeta, específica das questões de recursos hídricos para o Conselho. É isso secretário. Fechamos a nossa pauta dessa reunião.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Então, vamos iniciar a aprovação da ata da 36ª Reunião Ordinária, realizada em 7 e 8 de dezembro de 2016. Informo que a ata foi encaminhada anteriormente a todos os senhores e senhoras Conselheiros, composta por dois documentos: 1) a ata que corresponde à transcrição *ipsis verbis* da reunião; 2) extrato da ata que é o resumo

dos encaminhamentos da reunião. Algum Conselheiro tem sugestão de alteração? Lembro que serão aceitas sugestões somente para o extrato da ata, no documento contendo a transcrição poderão ser realizadas apenas correções de nomes, cargos e instituições. Para evitar esses erros solicita-se a identificação com nome e sobrenome e o segmento que representa. O extrato da ata consta de resumo dos encaminhamentos conforme os senhores receberam. Alguma manifestação? Então, em votação, os senhores Conselheiros que aprovam a ata, por gentileza levantem o crachá. Ok. E os contrários à aprovação. Nenhuma? Alguma abstenção? Então, declaro aprovado a ata. Daremos início à deliberação da matéria constando do requerimento de urgência. Proposta de Resolução que estabelece a recomposição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Convido o representante do Ministério do Meio Ambiente, Conselheiro Júlio Thadeu para apresentar a proposta de Resolução.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Basicamente eu já coloquei no início só, complementar que foi solicitado, nós enviamos, a Secretaria-Executiva enviou a todos os Conselheiros dos segmentos que foram substituídos, informando da necessidade da substituição e quem tivesse interesse de participar da Comissão que se manifestasse para nós trazermos os nomes aqui para esta reunião. Os Conselheiros que se manifestaram foram foi o caso do Flávio Neiva, dos usuários, do Lineu Neiva também, do Ministério, bom, o Lineu Neiva, do Ministério da Agricultura representando os Ministérios, o Governo Federal. Do Flávio Neiva representando os usuários. E a Tereza Cristina representando as organizações civis. O Ronaldo Jorge que já era Conselheiro, já era suplente, permaneceu. Então, são esses os nomes que estão aí apresentados para compor essa nova Comissão de Ética.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Em discussão a matéria. Algum Conselheiro que queira discutir? Então, sugerir que levantem o crachá os Conselheiros que se encontram a favor dessa chapa. Aqueles que forem contra, por gentileza, se manifestem. Nenhum voto contrário. Alguma abstenção? Nenhuma abstenção. Então, eu declaro aprovada as indicações.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Item 3.1, deliberação sobre a proposta de Resolução que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos referido no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei 9648/98, com a redação dada pelo art. 28 da Lei 9984/2000, para o exercício orçamentário de 2018. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança, CTCOB. Convido a presidente da CTCOB para apresentação da matéria.

A SRª LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Bom dia a todos os Conselheiros. Esta Resolução foi trazida ao Plenário porque o Conselho precisa

182 definir quais são as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança
183 pelo uso da água, e em regra essas prioridades são definidas por meio de uma
184 consulta, no entanto, essa consulta não houve tempo hábil para que ela fosse feita.
185 Então, a Câmara Técnica ao analisar a matéria sugeriu que fossem definidas como
186 prioridades aquelas prioridades já definidas para o plano. Assim, resumindo bastante
187 é isso essa Resolução. Quer que eu leia a Resolução? Eu vou ler a Resolução para
188 que todos estejam conscientes. Então, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos no
189 uso de suas competências, das competências que lhe são conferidas pela Lei 9433,
190 de 08 de janeiro de 97, de 17 de julho de 2000, e 12.334, de 20 de setembro de
191 2010, pelo Decreto 4613, de 11 de março de 2003, e tendo em vista o disposto no
192 seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA 437 de 8 de novembro de 2013, e
193 considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos formular a
194 Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelecer diretrizes complementares à
195 sua implementação, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional
196 de Gerenciamento de Recursos Hídricos, considerando que o § 4º do art. 21 da Lei
197 9984, de 17 de julho de 2000 estabelece que as prioridades de aplicação de recursos
198 a que se refere o caput do art. 22 da Lei 9433, de 8 de janeiro de 97, serão definidas
199 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em articulação com os respectivos
200 Comitê de Bacia Hidrográfica. Considerando que o art. 17 da Lei 9648 de 27 de maio
201 de 98, com a redação dada pelo art. 28 da Lei 9984/2000, estabelece no inciso II do
202 § 1º que 75% do valor de energia produzida constituem pagamento pelo uso de
203 recursos hídricos e serão aplicados nos termos do art. 22 da Lei 9433/97, na
204 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de
205 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Considerando a Resolução 70 de 19 de março
206 de 2007, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, alterada pela Resolução 97,
207 de 17 de dezembro de 2008 que estabelece os procedimentos, prazos e formas para
208 promover a articulação entre Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês
209 de Bacia Hidrográfica, visando definir a prioridade de aplicação dos recursos
210 provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do § 1º
211 do art. 17 da Lei 9648. De 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei
212 9984/2000. Considerando que a Agência Nacional de Águas observará as
213 prioridades definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos de acordo com
214 os art. 4º e 7º da Resolução 70/2007 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na
215 elaboração e execução de seus programas e ações. Considerando que a Resolução
216 165/2015, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelece as prioridades da
217 Política Nacional de Recursos Hídricos, do Plano Nacional de Recursos Hídricos
218 para orientar a elaboração de PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito
219 Federal para o período 2016 a 2019. Considerando a Resolução 166/2015, do
220 Conselho Nacional de Recursos Hídricos que estabelece as prioridades para a
221 aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos,
222 referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei 9648/98, com redação dada pelo art. 28
223 da Lei 9984/2000 para o exercício orçamentário de 2016 e 2017. Considerando a
224 Resolução 181/2016, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que aprova
225 prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016 a
226 2020. Considerando a Resolução CNRH 97/2008, que estabelece os procedimentos,
227 prazos e forma para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos

Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água definindo o prazo de 15 de abril para o envio dos resultados da consulta à ANA referente ao biênio 2018/2019. Foi esse prazo que já não dava mais para ser cumprido porque quando a matéria chegou na CTCOB já era abril. Considerando que as prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos foram estabelecidos somente em dezembro de 2016, resolve. Daí o motivo da matéria só ter chegado à CTCOB em abril. art. 1º: a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei 9648 de 27 de maio de 98, com redação dada pelo art. 28 da Lei 9984 de 17 de julho de 2000, deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2018, as prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, contido na Resolução Conselho Nacional de Recursos Hídricos 181/2016, respeitadas as competências da Agência Nacional de Águas. Parágrafo Único, para os exercícios orçamentários de 2019/2020, deverá ser observado o disposto na Resolução CNRH número 70/2007 e suas alterações. Que é a Resolução que trata da consulta. Art. 2º: esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Em discussão a matéria. Algum Conselheiro que queira discutir? Concederemos a palavra aos Conselheiros inscritos, lembrando que dispõem de 3 minutos para se manifestarem e que os comentários deverão se ater à matéria. Por gentileza, informe o nome e a entidade que representa para efeito de gravação. Conselheira Patrícia, por gentileza.

A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Patrícia Boson, representante do segmento indústria, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Bom dia a todos. Durante todas as discussões que a ANA tem feito, com o auxílio da OCDE, se tem um ponto consenso que ninguém retira é o do fortalecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Existem algumas teorias sobre esse fortalecimento, alguns dizem que tem que mudar o modelo, outros dizem que tem que mudar a representatividade, alguns falam na questão da pauta, mas ninguém diverge da necessidade do Conselho ter um caráter deliberativo e forte para sustentação de todo o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que também é unânime em todos, não anda bem, precisa de uma reflexão mais profunda. Não vamos entrar no mérito desse fortalecimento, eu acho só bom lembrar que esse Conselho já foi forte no formato em que está, do jeito que funcionou ele já foi muito forte, eu como membro do Conselho já fui em delegações despachar com o Ministro da Fazenda e hoje acredito não deve nem saber que o Conselho existe. Bom, diante desses argumentos a indústria gostaria de apresentar a emenda, no seguinte sentido, está aprovado por A e B que o procedimento adotado de escutar, de fazer audiências, de ir, não funciona. E essa Resolução ao invés de refletir sobre isso, repete o erro. Então, vamos ser protocolares, que é o que a Resolução e isso enfraquece absurdamente o Conselho, uma Resolução que trata

de uma aplicação de um recurso que não é pequeno, é um recurso elevado, advindo da cobrança pelo uso da água de um segmento, que é o setor hidrelétrico, era onde o Conselho tinha que se melhor debruçar para estabelecer uma política de aplicação e, no entanto, ele fica à mercê de uma Resolução absolutamente protocolar. Então, nós estamos aqui resgatando uma emenda que é no § 1º tirar o 2020, nós aprovamos por questão de prazo, de tudo até 2019, acrescentar um § 2º para revisão dos procedimentos, para que nós possamos não ser mais protocolares nessa aprovação, e eu estou com a redação aqui, não vou ler, mas passo para quem está operando aí a tela, e um § 3º resgatando aquela questão de que a CTCOB analise um documento apresentado pela Agência Nacional de Águas de como foi aplicado o dinheiro definido aqui, com prazo porque isso não acontece. Então, quer dizer, é em nome do fortalecimento do Conselho, nós tentando resgatar o Conselho, um Conselho que tenha na sua abertura o Presidente dele como tem em todos os Conselhos, enfim, mas em nome desse fortalecimento nós estamos apresentando, então aqui essas três emendas. E dizendo ainda que caso os senhores Conselheiros acompanhem essa inquietação do setor usuário, os considerandos têm que ser adaptados porque tem considerando aqui que respalda a questão de 2019 e 2020 que é a nossa proposta não ser dessa forma. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigada Conselheira. Mais algum Conselheiro que queira discutir a matéria? Ninguém? Então, vamos colocar em votação preliminarmente a emenda sugerida pela conselheira Patrícia... Eu gostaria de consultar o Plenário, foram apresentadas três emendas pela Conselheira Patrícia. Votamos separadamente ou votamos as três conjuntamente? Aqueles que optarem por votar separadamente, por gentileza, levante o crachá. Ok. Aqueles que votarem para que votemos conjuntamente, por gentileza se manifestem. Vamos ter que contar. Pois não, Conselheira. Vamos repetir a votação porque nós vamos ter que contar, porque contar não foi suficiente. Então, quem...

A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Só para poder explicar melhor porque talvez facilita a decisão. Se cortar o 2020 eu preciso do § 2º e 3º para poder dizer o que tem que fazer se cortar o 2020. Então, quer dizer, ao menos o § 2º. Então, 1º e o 2º são siameses, porque se eu corto 2020 aí o que eu faço com ele? Aí está posto no § 2º. Agora, o § 3º ele já existe em outras, quer dizer, esse acompanhamento já está previsto, ele acabou porque o Grupo de Trabalho acabou por conta do Regimento Interno. Nós tínhamos um Regimento Interno que permitia o Grupo de Trabalho Permanente. Então, existia um Grupo de Trabalho Permanente que fazia esse acompanhamento. Com a mudança desse Regimento Interno acabou esse Grupo de Trabalho e acabou a competência, não que ela tenha acabado, mas ela ficou sem efetividade. Então, nós estamos repetindo essa competência que já existe em outra Resolução só para se lembrar, a Câmara Técnica, que ela precisa de continuar tendo essa função. Então, é isso. Então, o primeiro é tirar 2020, o segundo é dizer não tendo o 2020 o que vamos fazer, nós vamos rever os procedimentos

319 porque o procedimento atual não está dando certo, e no terceiro nós estamos
320 reforçando uma competência que já é da Câmara Técnica de Cobrança.

321
322
323 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok.**

324
325
326 **A SRª LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) –** Só esclarecer que os dois pontos
327 levantados aqui pela Patrícia já estão em discussão, já estão nas futuras pautas da
328 CTCOB. Nós vimos trabalhando ao longo das reuniões quais são as matérias que
329 nós vamos discutir nas próximas pautas, e tanto o § 2º quanto o § 3º, que fala da
330 aplicação dos recursos, o § 3º já é pauta da próxima reunião e o § 2º também, nós
331 rediscutiremos o que essa Resolução 70 prevê e qual vai ser a melhor forma de
332 consulta. Só para esclarecer para ajudar na votação.

333
334
335 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –** Com a
336 palavra o Conselheiro Maurício.

337
338
339 **O SR. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (ANA) –** Bom dia. Vou passar a palavra à
340 Elisa Malafaia, da nossa equipe de gestão estratégica.

341
342
343 **A SRª. ELISA MALAFAIA (ANA) –** Bom dia senhores Conselheiros e senhoras
344 Conselheiras. A única observação, nós já falamos, não temos nada contra ao que
345 está colocado aqui, porque é obrigação da ANA mesmo prestar conta e nós vamos
346 fazer isso na próxima reunião da CTCOB, já fomos convidados e vamos prestar. A
347 única observação que eu queria fazer é em relação às consultas que o Conselho faz,
348 o ideal é que fosse uma única consulta, porque é uma consulta para prioridade de
349 aplicação do recurso, uma outra consulta com outra metodologia sobre prioridade do
350 plano. Então assim, e aí quem toca a consulta de prioridade do plano é a Câmara do
351 Plano, quem toca a prioridade de aplicação de recurso com formas diferentes,
352 tecnologias diferentes é a CTCOB. O ideal é que fosse uma consulta única, porque
353 aí nós temos uma Resolução que dá prioridade para execução do Plano de Recursos
354 Hídricos, que é botar dinheiro, como é que se executa prioridade sem colocar
355 dinheiro? É uma outra consulta, e às vezes com conteúdo diferente para aplicação
356 dos recursos. E me lembrei da terceira consulta que é para elaborar PPA. Então,
357 hoje, eu vou ter que trabalhar, nós vamos prestar contas, nós vamos trabalhar com
358 duas Resoluções, a 165 que está valendo, que nós elaboramos o PPA com base na
359 165 que eram outras prioridades, e vou ter que trabalhar com essa Resolução 181
360 nova, porque as duas estão vigentes, o que dificulta um pouco nós
361 operacionalizarmos e alocar bem o recurso, porque essa Resolução aqui, a 181, são
362 71 ou 72 metas, como é que nós alocamos recursos para 72 metas em um ano, que
363 é isso que a Resolução diz, nós não vamos discordar porque entendemos que o
364 prazo passou, que foi uma consulta que foi feita ao sistema, ampla e tal. Não vamos

365 discordar disso. Mas, é porque fica um pouco complicado atender três Resoluções
366 diferentes para aplicar recurso, porque, na verdade, todas tratam de aplicação de
367 recurso. Para executar o plano tem que ter recurso, para elaborar o PPA é dinheiro e
368 a terceira agora isso aqui, na verdade, está tratando de elaboração da LOA 2018.
369 Então, nós agora estamos, vamos começar a elaborar na Agência a proposta do
370 orçamento 2018 e vai pender na integralidade o que puder, o que está na Resolução
371 181. Então, é só esse cuidado que ao peço ao Conselho, quando for fazer essa nova
372 metodologia de consulta, de preferência juntar as três consultas em uma só, PPA,
373 execução do Plano e prioridade da alocação de recurso. Obrigada.

374
375
376 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –** Ok
377 agradeço a manifestação. Conselheira Patrícia

378
379
380 **A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) –** É pertinente a
381 colocação, mas só para não fazer uma confusão, isso não está em discussão agora,
382 isso vai estar uma discussão se aprovado o §2º da questão da revisão. Eu só vou ao
383 Percy que ele vai fazer um outro esclarecimento.

384
385
386 **O SR. PERCY BAPTISTA SOARES NETO (CNI) –** Elisa, eu acho pertinente a
387 colocação da Elisa, mas eu acho que é importante nós termos claro na discussão
388 que consulta sobre o planejamento, Elisa sabe bem, ela é gestora, e orçamento é
389 diferente. O planejamento ele sempre é mais genérico, bom, mas na consulta ao
390 Conselho sim, se você olhar o que o Conselho manda para a ANA. Elisa, são títulos
391 de programas do plano, ali dentro cabe qualquer coisa. Então, isso realmente não é
392 o papel do Conselho em termos de aplicação, você sabe disso, quer dizer. Então, eu
393 acho que vale o seu comentário, mas vale nós termos cuidado de ao atender o seu
394 comentário não voltar a sermos generalistas como estamos sendo hoje, e justamente
395 por isso esse Conselho fica extremamente generalista do exercício de uma função
396 precípua que ele tem e a decisão fica quase sem muito sentido, porque fica lá nos
397 títulos dos programas do plano. Não interfere efetivamente no desembolso do
398 recurso. O segundo ponto que eu queria ressaltar sobre o prazo, eu acho que Elisa
399 falou muito bem, a ANA vai prestar contas ao CNRH no mês de julho, do orçamento
400 do ano passado, quer dizer, o que estamos pedindo é que isso seja feito no início do
401 ano até para subsidiar uma discussão mais efetiva, prestar conta do ano passado em
402 julho ou agosto, quer dizer, perdi 6 meses de discussão aí que o CNRH não sabe o
403 que aconteceu. Então, uma efetiva prestação de contas tem esse *timing* e aí por isso
404 que nós estamos defendendo o mês de março.

405
406
407 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –**
408 Conselheiro Silvio.

O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA (Sabesp) – Silvio Siqueira, representando o setor de saneamento. Bom dia Conselheiros e Conselheiras. Bom dia à mesa. Eu queria registrar primeiramente, fazer eco aqui em nome do meu segmento com a proposta apresentada pelo segmento da indústria, no que se refere ao acréscimo dos parágrafos que fazem menção a reformar essa estrutura de consulta ou esta estrutura metodológica do estabelecimento da priorização para aplicação dos recursos. É muito pertinente, eu faço parte também da Câmara de Cobrança e essa discussão ela foi bastante intensa no sentido de que se consultasse de fato as bases para se estabelecer as prioridades e não entrasse apenas na carona de uma consulta que foi feita para estabelecer as prioridades do Plano de Bacia, quer dizer, eu acho que são coisas que, embora haja uma relação entre si, há também uma especificidade que deva ser respeitada em nome justamente de reforçar o papel do Conselho enquanto entidade máxima no processo decisório em relação à gestão de recursos hídricos. Ainda especificamente no caso da cobrança há que se falar também que em tempos de recursos escassos ter precisão no estabelecimento de prioridades para utilização dos recursos é algo que se faz necessário. Então, eu acho que até essa questão da Agência Nacional de Águas prestar contas do que está sendo feito no sentido de atender as prioridades que foram estabelecidos ela deveria até ter, o Conselho precisa se debruçar no estabelecimento também de propor indicadores de performance para esses para a aplicação desses recursos. Indicadores de resultados para a aplicação desses recursos. E aí sim, com base nesses resultados podemos avaliar melhor o atendimento às prioridades e eventualmente fazer algum arranjo nas questões da definição de prioridades. E também queria propor, então, no meu segmento, que a votação, a aprovação dessa ementa que foi colocada pelo segmento industrial seja feito em bloco no conjunto dos três programas que foram propostos, no sentido de que um depende do outro e eu acho que o conjunto é que fará realmente a diferença no sentido de melhorar o processo de estabelecimento das prioridades. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Agradeço ao Conselheiro Sílvio. Com a palavra o Conselheiro Ivo. Rui, desculpa. Rui Brasil. Perdão. Rui, perdão.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Bom dia a todos. Rui, Ivo, Ari, tudo é a mesma coisa. Bom dia a todos. Rui Brasil Assis, Conselheiro suplente aqui do segmento dos Conselhos Estaduais, Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Não é uma questão de mérito, me parece que é sempre bom aperfeiçoar os procedimentos nossos, do nosso ponto de vista isso aí pode melhorar o desempenho do Conselho, é bom para o sistema. É uma proposta que se a Conselheira Patrícia concordar é uma questão de forma. A introdução do § 3º, a redação ela não se coaduna com o caput, porque trata de um outro assunto. Então, a proposta é que esse § 3º seja transformado em artigo, porque ele trata da Resolução 161 que é uma outra questão que não é versada no caput. E aí para fazer sentido também, precisa introduzir um considerando para dar o contexto dessa Resolução

161. E na ementa teria que acrescentar tudo aquilo lá e dar outras providências. Ok? Então, é uma questão de redação. Eu acho que o artigo, não tem um parágrafo falando acrescenta-se tal coisa, então, mudando um dispositivo que não é do que trata o caput, embora o assunto seja correlacionado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok.
Agradeço ao Conselheiro Rui. Conselheira Patrícia, por gentileza.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Então, nós concordamos, o § 3º vira art. 2º e o art. 2º parágrafo. E o art. 2º vira art. 3º. Esses Parágrafo Único automaticamente excluído. E eu peço à Secretaria que, por favor, faça revisão dos considerandos. Não só retirando os considerandos que remetiam, que davam respaldo para repetir a questão 2019/20, como procrastinar esse considerando a 161. Eu acho que não tem sentido esse Conselho aqui ficar nesse momento trabalhando em considerandos. Então, eu proponho que nós remetamos à Secretaria a revisão desses considerandos e nós aprovemos o conteúdo da matéria com seus artigos e seus formulários. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –
Agradeço a Conselheira Patrícia. Mais alguém queira discutir? Consulto o Conselheiro Silvio se mantém que seja votado em bloco, com essas mudanças propostas agora? Fica acrescentado. Então, vamos colocar em votação se votamos em bloco ou separadamente as emendas propostas. Senhores Conselheiros que optarem por votar em bloco, por gentileza, levantem o crachá. Por gentileza, os que desejam que isso seja votado separadamente, levantem o crachá. Então, vamos para... 2 votos. Alguma abstenção? Nenhuma. Então, votaremos em bloco as mudanças propostas pela Conselheira Patrícia. Os senhores Conselheiros que aprovam as emendas propostas, por gentileza, levantem o crachá. Ok. Os que votam contrários? Nenhum. Alguma abstenção? 2 abstenções. Então, declaro aprovada as emendas propostas pela Conselheira Patrícia. A matéria, então, fica aprovado com as emendas. Ok?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Item 4, dar ciência ao Conselho sobre a moção 19/2017 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Informo que a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos recebeu a moção 19/2017 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba encaminhada por meio do ofício circular 10/2017, tendo como um dos destinatários esse Colegiado. A moção foi motivada pela promulgação da lei do Estado de Goiás, nº 19.574 de 29 de dezembro de 2016, na parte que extingue o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Goiás, e sua incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento Meio Ambiente e Recursos Hídricos, composto pelas Câmaras Temáticas de saneamento de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. O assunto foi colocado na pauta da 139ª reunião da CTIL, realizada nos

503 dias 24 e 25 de maio. Sendo assim, chamamos o senhor Júlio Thadeu, Presidente da
504 CTIL para relatar os encaminhamentos dados naquela ocasião.

505
506
507 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA)** – Bom, a Secretaria-Executiva,
508 o Comitê da Bacia do Paranaíba fez essa moção, a preocupação dele, como já foi
509 colocado para todos os senhores, o Estado de Goiás ele extinguiu o Conselho
510 Estadual de Recursos Hídricos e incorporou esse Conselho Estadual em um outro
511 Conselho maior, que trata também de saneamento e meio ambiente. Então, o Comitê
512 do Paranaíba ele fez uma moção de repúdio a essa decisão e enviou a diversas
513 autoridades, inclusive para nós aqui, para o Conselho Nacional de Recursos
514 Hídricos. Na CTIL nós discutimos um ponto que foi o que é competência do
515 Conselho, o que seria competência nossa para discutir esse tema. É claro que a
516 federação, cada Estado nas suas atribuições tem o direito de fazer o que for
517 necessário para sua administração, quer dizer, pode fazer as mudanças que queiram
518 fazer as mudanças dentro do Estado. Agora, para nós a pergunta que ficou foi que
519 quem participa do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos Estaduais
520 que participam do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, eles têm que tratar de
521 recursos hídricos. Então, para que nós não, a CTIL não se confortável de tomar
522 nenhuma decisão se não ouvisse também, nós ouvimos o representante do Comitê
523 do Paranaíba, que estava presente na reunião da CTIL, expôs os seus motivos, mas
524 não tinha nenhum representante do Governo de Goiás para tenta, enfim, explicar.
525 Tem algumas perguntas de como seria essa composição, como seria dada, como
526 vão ser dadas as decisões em um Conselho Multi Objetivo aí, enfim algumas
527 dúvidas. Aí optou-se para que se fizesse um convite à Secretaria de Goiás que
528 viesse aqui, enfim, tirar algumas dúvidas que ficaram no ar lá durante a CTIL. E aí
529 nós aqui do Conselho decidiríamos qual encaminhamento a dar. Seria uma moção,
530 que tipo de moção seria essa, ou seria um comunicado, alguma coisa assim que nós
531 aqui no Plenário tomaríamos essa decisão. Então, foi essa a ideia. Era que nessa
532 reunião de hoje nós tivéssemos um esclarecimento maior sobre esse tema e aí
533 desse um encaminhamento a ser feito, e se for o caso de se fazer uma moção ou um
534 outro documento, o assunto deveria retornar à CTIL para que a CTIL fizesse esse
535 tipo de documento. Porque eu acho que fica muito difícil aqui em uma reunião de
536 Plenário nós chegarmos em um acordo no texto, em um documento seja ele qual for,
537 se for o caso de se fazer esse documento. Então, é isso, quer dizer, então, nós
538 fizemos esse convite.

539
540
541 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH)** – Ok.
542 Informo ao Plenário que foi enviado o ofício 12/2017, de 20 de junho, convidando o
543 Secretário Vilmar da Silva Rocha para participar dessa reunião do CNRH. Convido o
544 Secretário de Goiás ou o representante para realizar os esclarecimentos. Não
545 vieram? Em discussão a matéria. Algum Conselheiro queira discuti-la? Conselheiro
546 Júlio Thadeu, então, por favor.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – O fato é que infelizmente o representante de Goiás não pôde comparecer, a minha sugestão é que assunto volte à CTIL com a orientação de que talvez, de ter essas explicações, de obter essas explicações. Talvez se na reunião da CTIL não for, não estiver presente também o representante do Estado, nós talvez fizéssemos uma comunicação, uma comunicação ao Estado pedindo, solicitando esclarecimento principalmente quanto às atribuições e funcionamento desse Conselho novo no que diz respeito a Recursos Hídricos. Encaminhamento.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Então, em discussão, vamos colocar em votação, então, a sugestão do Conselheiro Júlio de que o assunto retorne à CTIL. Os senhores Conselheiros que aprovam a sugestão, por gentileza levantem o crachá. Ok. Os Conselheiros contrários. Nenhum voto? Alguma abstenção? 2 abstenções. Então, a matéria retorna à CTIL.

Daremos início agora às apresentações. Primeiro item, Plano Nacional de Recursos Hídricos, avaliação da implementação no período 2006 a 2015, e indicadores para acompanhamento da implementação 2016/2020. Convido o diretor de Recursos Hídricos para a explanar sobre o tema e na sequência o consultor Leonardo Mitre fará uma palestra. Com a palavra o Doutor Sérgio Gonçalves.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (Diretor de Recursos Hídricos - MMA) – Secretário, Conselheiros e Conselheiras, só para resgatar um pouco esse processo, nós temos a Lei de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Secretário já falou, esse ano nós fizemos, completamos em janeiro 20 anos da promulgação da Lei das Águas, da Lei de Recursos Hídricos e no próximo ano vamos comemorar 20 anos de insolação desse Conselho. O Conselho foi instalado no ano seguinte à promulgação da lei. Então, também teremos aqui depois que fazer um parêntese para trabalhar um pouco nessa... Como é que nós vamos lidar positivamente com o trabalho da comemoração dos 20 anos do próximo ano do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A legislação tão importante, mas nós já tínhamos uma necessidade de verificação da implementação do Plano, nesse de 2006 até agora. Também nós tínhamos uma necessidade muito grande na Secretaria e no Departamento de acompanhamento de algumas metas de implementação. E isso, não ter indicadores que nos ajudassem a fazer isso era um dificultador. Era importante, nós não tínhamos ainda, embora com 20 anos, ainda não tínhamos isso que nos ajudasse e auxiliasse a parte executiva da Secretaria, do Ministério, mas também do Conselho em acompanhar a implementação dos seus instrumentos. Então, foi feito uma contratação no ano passado, no final do ano passado, por intermédio de um acordo de cooperação que o Ministério tem denominado Interáguas. Então, pelo Interáguas que é um acordo de cooperação o Banco Mundial, onde também a ANA participa, o Ministério da Integração, o Ministério das Cidades participam desse acordo, fizemos uma contratação de pessoa física, um edital, aonde foi escolhido o consultor, Doutor Leonardo Mitre, para que fosse o

responsável por esse trabalho de levantamento que nos ajudaria a entender o que acontece, os pontos positivos e os desafios que nós temos para implementação do plano, e também nos ajudasse a escolher e determinar indicadores e formas de acompanhamento e monitoramento desses indicadores. Então, nós vamos apresentar, esse trabalho feito para que além da ciência do Conselho, o Conselho tenha um instrumento de acompanhamento. O principal disso não é só ciência ou dar conhecimento, o principal disso é o instrumento gerado de controle e transparência de indicadores que vão nos ajudar em todos os sentidos a monitorar e determinar as nossas ações e organizações para o cumprimento das metas. Então, nós aqui do Departamento, principalmente da Secretaria, o Secretário nos deu essa possibilidade de avançarmos nisso, é termos um instrumento importante, para que nós possamos e o Conselho estar cada vez mais organizado e qualificado e mantendo um monitoramento sobre toda a Política de Recursos Hídricos. Então, esse registro é importante, desses nossos 20 anos da lei e 19 do Conselho, que continuamos perseguindo incessantemente a melhoria dos instrumentos para que possamos fazer a nossa função. Recebi aqui do Secretário que o nosso Secretário-Executivo do Ministério, o Doutor Marcelo, está descendo. Então, eu acredito para não estar falando e interromper, Leonardo, nós esperarmos esse tempinho do elevador que depois pegaríamos a apresentação direta. Obrigado. Também lembrar que esse trabalho foi apresentado já na Câmara Técnica de Planos, já foi debatido, quer dizer, também a Câmara Técnica tem acompanhado todas essas atividades, os relatórios intermediários. Então, nós temos feito isso dentro da Câmara Técnica com muita participação. Agradecemos toda a Câmara Técnica de Plano, através da Presidente Jussara, que preside a Câmara e deu todo esse apoio do trabalho que está sendo feito.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Então, ele informou aqui que já está pegando o elevador. Então, uns minutinhos para nós não termos que interromper a apresentação do Leonardo.

O SR. SÉRGIO DE ALMEIDA BASTOS (FIEB) – Bom dia. Meu nome é Sérgio Bastos, eu sou do setor de usuários, represento a Federação das Indústrias da Bahia. O objetivo aqui é fazer uma manifestação a respeito de uma Resolução emitida pela ANA que tem vigência a partir do dia 22 desse mês. Então, todos sabem, vamos dizer assim, da situação crítica da Bacia do São Francisco, esse assunto já tramitou aqui nesse Conselho, e vem sendo feita uma série de medidas, vamos dizer assim, por um grupo que se reúne, que visa, vamos dizer assim, fazer um acompanhamento dos níveis dos reservatórios dessa bacia. Bom, no dia, na última reunião do Comitê do São Francisco a ANA apresentou uma proposta que se tornou uma realidade através dessa Resolução, sobre a criação do chamado dia do rio que previa a interrupção por 24 horas das captações na carga do rio. Essa Resolução quando foi apresentada ela visava basicamente pela mesma parte inicial, a considerar apenas os usos de irrigação, que todos sabem, é o volume maior, vamos dizer assim, nessa bacia. E essa discussão foi se dando e sendo tratada,

641 vamos dizer assim, com o setor de irrigação e também tratada nesse grupo que
642 acompanham a evolução dos reservatórios da bacia, a situação da bacia. Então, isso
643 foi apresentado no mês de maio e essas discussões continuaram, vamos dizer
644 assim, e foram sendo tratadas até que no dia 12 de junho essa medida foi estendida
645 a todos os usos. E isso ocorreu no dia 12 de junho, e se tornou realidade no dia 19,
646 através de uma reunião colegiada da ANA que aprovou essa Portaria e incluiu todos
647 os usos e, inclusive o uso da indústria. O que ocorreu é o seguinte, essa Resolução,
648 na nossa opinião, e nós tentamos sensibilizar a ANA de particularidades do setor
649 industrial que é impossível cumprir para o setor industrial a interrupção de um dia de
650 captação na bacia. Nós tentamos prever com a Ana que houvesse uma alteração
651 nessa Resolução para atendimento, mas não houve essa sensibilidade do início.
652 Então, o que nós queremos manifestar aqui é que essa Resolução, em nossa
653 opinião, foi uma Resolução arbitrária, onde não levou em consideração as
654 particularidades do setor industrial, o setor industrial não pode interromper durante
655 24 horas as suas atividades porque ele tem aspectos operacionais de projetos e de
656 segurança que não permitem que isso ocorra. Então, é nesse aspecto que nós
657 manifestamos a nossa, vamos dizer assim, a nossa opinião de que essa Resolução
658 não levou em consideração essas particularidades do setor industrial. Nós não
659 tivemos tempo e nem isso foi negociado com a indústria. Nós tentamos, quando
660 vimos a partir do dia 12 de junho, tivemos praticamente uma semana para nos reunir,
661 nós apresentamos no dia 27 uma proposta à ANA formal, com uma proposta para
662 fazer uma alteração, ou considerar de forma especial a indústria, não que a indústria
663 não queira e eu reitero uma coisa, a indústria não ter de deixar de fazer sua
664 contribuição. Pelo contrário, a indústria ela está sensibilizada com a situação da
665 bacia, vai dar a sua contribuição, mas da forma como essa Resolução estabeleceu
666 com interrupção de um dia. Então, a manifestação nossa é dizer o seguinte, que a
667 forma como ela foi feita foi uma forma eu diria mal pensada e, inclusive ela não
668 precisava para o setor industrial ter essa urgência que foi estabelecida porque a
669 própria contribuição, com a redução de praticamente 14% que é praticamente um dia
670 de interrupção, o setor industrial isso vai contribuir muito pouco para a manutenção,
671 a recuperação dos reservatórios. Então, é nesse sentido o setor industrial faz essa
672 manifestação de contrária a forma como essa Resolução foi estabelecida pela ANA.

673
674
675 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –**
676 Agradeço a intervenção do Conselheiro Sérgio e informo que acatamos o seu
677 posicionamento, mas que o Plenário é soberano em suas manifestações. Então,
678 registro a presença do nosso Secretário-Executivo, que como eu disse no começo
679 vinha dar uma palavra em nome do novo Presidente do Conselho Nacional o Ministro
680 Sarney Filho. Com a palavra o Secretário Marcelo Cruz.

681
682
683 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário Executivo do CNRH) –** Bom, bom dia a todos.
684 Em nome do Secretário, hoje Secretário duplo, e Secretário-Executivo do Conselho,
685 eu quero cumprimentar a todos os presentes, aos Conselheiros e, eu estava
686 perguntando sobre as ponderações feitas pelo colega, eu acho que em seguida, isso

687 vai ser explicado direitinho, mas, enfim, gente. Pessoal é com grande satisfação que
688 eu participo dessa 37ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos
689 Hídricos, representando o senhor Ministro Sarney Filho. Ele viria, havia programado
690 para vir, mas que fazer uma viagem de urgência para São Luiz do Maranhão,
691 infelizmente não pôde estar conosco hoje nessa reunião. Então, ao abrir a 35ª
692 Reunião do Conselho, há exatamente um ano, o Ministro afirmou considerar uma os
693 recursos hídricos como uma agenda prioritária da sua gestão, e assim, essa pauta foi
694 conduzida protagonizando ações em várias frentes sob a responsabilidade das
695 diversas secretários e vinculadas do Ministério do Meio Ambiente. Entre as muitas
696 medidas cabe destacar, por seu potencial transformador, porque não dizer inovador,
697 o Programa Plantadores de Rios, lançado no início desse mês no dia mundial do
698 Meio Ambiente. Elaborado pela equipe do Serviço Florestal Brasileiro, por solicitação
699 do Ministro, é uma grande iniciativa para recuperação das nascentes e áreas de
700 preservação permanentes hídricas, com o objetivo de revitalizar os rios. O programa
701 parte da premissa de que os rios precisam de árvore e têm três eixos principais,
702 utilização de ativos florestais nativos como fonte de sementes e insumos de
703 propagação vegetal, plantios e ações de ampliação da cobertura vegetal nativa e a
704 participação social, a partir de aplicativo de relacionamento entre quem demanda
705 recomposição da APP e quem tem projetos, recursos e insumos ou presta serviços.
706 Há no Brasil muitos projetos de recuperação de florestas nativas desenvolvidos por
707 empresas e instituições do terceiro setor e Governo das três esferas federativas.
708 Estamos mapeando essas iniciativas e promovendo parcerias com o programa,
709 assim atuaremos conjuntamente com a Agência Nacional de Águas, os Comitês de
710 Bacia, o BNDES os Governos Estaduais e Municipais, universidades e Organizações
711 da Sociedade Civil. Coordenando os diferentes esforços evitaremos sobreposições e
712 identificaremos lacunas e possibilidades de arranjos institucionais, aumentando a
713 amplitude e eficácia dos trabalhos. O Departamento de Recursos Hídricos tem
714 acompanhado e monitorado com zelo a elaboração dos Planos Estaduais de
715 Recursos Hídricos e trabalhado intensamente na revisão das metas prioritárias do
716 Plano Nacional de Recursos Hídricos para o período 2016 a 2020. Em março para
717 celebrar o Dia Mundial da Água realizamos em parceria com a ANA Seminário Águas
718 do Brasil, o evento foi marcado pelos 20 anos da Lei das Águas e os preparativos
719 para o 8º Fórum Mundial da Água que ocorrerá em Brasília no ano que vem.
720 Aproveitamos a confluência das agendas como oportunidade para um debate amplo,
721 buscando compreender nossos acertos, erros, recursos e desafios. A Lei 9.433/97,
722 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos surgiu democrática em sua
723 essência para convidar a sociedade a participar diretamente da gestão das águas,
724 através de Conselhos e de Comitês, encabeçados por este Colegiado. Destacam-se
725 também a adoção do conceito de que a água é um bem público, o reconhecimento
726 do valor econômico da água, o princípio da equivalência nos usos múltiplos e a
727 prioridade para o abastecimento humano e dessedentação animal. A Lei das Águas
728 deu acesso às informações para a sociedade e propiciou conquistas com a
729 elaboração do 1º Plano Nacional de Recursos Hídricos, a criação de muitos Comitês
730 de Bacia, o planejamento por bacias hidrográficas, o monitoramento da rede
731 hidrometeorológica e a criação da ANA que se deu durante a primeira gestão do
732 Ministro Sarney Filho. O Fórum Mundial da Água, o maior evento global sobre o tema

ocorrerá pela primeira vez no hemisfério sul e a previsão é de que acolha um público de 30.000 participantes de diversos países. O encontro terá de um lado a visibilidade internacional, e de outro a possibilidade de um envolvimento sem precedentes da sociedade brasileira na discussão sobre a gestão das águas. Está claro que temo muito a avançar; Diante da mudança do clima que a grava as situações da crise hídrica no País, já crônicas em certas regiões e aprofundadas pelo desmatamento e por dificuldades de gestão é fundamental e urgente mobilizar um conjunto da sociedade para a utilização equilibrada e justa dos nossos recursos hídricos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos ganha relevo dentro desse quadro e mais do que nunca é preciso valorizar o seu papel como a maior instância do Sistema Nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos. Portanto, pessoal, em meu nome e em nome do Ministro Sarney Filho agradeço a participação de todos do colegiado e de tamanha importância para o Brasil, e desejo um bom trabalho para vocês todos e contem conosco e qualquer coisa é só dar um pulo no 6º andar que nós estamos lá.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Muito obrigado, Secretário Marcelo, sempre muito diligente com sua missão institucional, e muito carinhoso com as questões na área de recursos hídricos. Muito agradecido pela sua presença aqui. Dando continuidade aos trabalhos, muito obrigado mais uma vez, Marcelo. Eu convido a Agência Nacional de Águas, na pessoa do Conselheiro Maurício, para fazer o contraponto aí às palavras do Conselheiro Sérgio.

O SR. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (ANA) – Bom, dia. Maurício Andrés, 2º Suplente da ANA no CNRH. Hoje à tarde, às 14h, o nosso diretor presidente, Vicentino, vai estar aqui nesse Plenário para poder falar sobre o projeto legado para a gestão das águas no Brasil. Eu acho que seria uma oportunidade muito boa para esclarecer sobre esses pontos relacionados ao dia do rio, do Rio São Francisco que foram levantados aqui logo há poucos minutos, mas aí eu queria passar a palavra ao nosso Superintendente, Humberto Gonçalves, da Superintendência de Apoio ao Sistema, para ele também adiantar algum ponto sobre esse assunto. Obrigado.

O SR. HUMBERTO GONÇALVES (ANA) – Bom dia a todos. Só para complementar o que foi colocado há pouco, essa discussão sobre o dia do rio ela está, se deu no âmbito de um colegiado que se reúne semanalmente na ANA toda segunda-feira. Esse colegiado se reunia a cada mês e a partir do momento da crise se intensificando no Rio São Francisco, esse colegiado passou a se reunir semanalmente. Tem cerca de 30 instituições que participam em videoconferência e presencialmente aqui em Brasília e o Comitê de Bacia, os Estados todos participam, os órgãos gestores e isso vem se dando porque a tendência é conseguir controlar os reservatórios de maneira que o São Francisco numa crise muito grande, mas o Sobradinho conseguir até o final do ano não chegar no volume morto A nossa meta e conseguir que o reservatório de Sobradinho consiga ficar com água chegando no volume morto, até dezembro, que é o período que começa o ciclo chuvoso, tentando

se recuperar. Então, a crise hoje é a pior de todas as crises históricas que teve na região do São Francisco, nós temos o CEMADEM e ONS que toda segunda-feira apresenta o relatório da situação, isso vem sendo acompanhado. E em um dos processos que nós vimos, seria interessante na discussão de se criar em dia onde não haveria captação de água para diminuir os esforços em cima do rio. Isso foi discutido exaustivamente com os grupos, e na última, penúltima reunião, se não me engano Minas Gerais apresentou na discussão que deveria se também incluir o setor de indústria. O Secretário, não foi você, o Estado de Minas Gerais, a Secretaria, o Secretário de Agricultura fez uma proposição que deveria ser considerado todos os setores, e aí o grupo inteiro concordou, o Comitê de Bacia e todos concordaram que deveria se abrir para todos os setores. Muito bem, isso foi colocado em discussão, se aprovou. Na sequência o grupo todo concordou, na sequência o setor de indústria foi até à ANA e levantou a preocupação quanto à questão de que o setor indústria não foi ouvido, não foi discutido, e a decisão, pelo que eu sei, não acompanho diretamente esse assunto, eu só quero dar uma satisfação do que aconteceu, na sequência parece que a decisão foi manter a Resolução, mas receber as demandas, e o setor da indústria e à medida que o setor da indústria demandasse a ANA ia caso a caso avaliar. E na segunda passada, na reunião de segunda passada já foram apresentadas algumas reivindicações por questões logísticas realmente tinha indústria do setor que não pode ser diminuído o consumo da água por causa do alto forno, enfim, mineração, uma série de... E estão colocando e estão sendo concedidos, quer dizer, caso a caso está sendo concedido. Então, essa é só uma satisfação, o Doutor Vicente à tarde vai estar aqui e dentro do processo legado esse tema vai aparecer e aí nós podemos discutir com mais precisão. Ok? Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Agradeço a manifestação da ANA, Maurício, Humberto, com a palavra o Conselheira Fátima.

A SR^a. MARIA DE FÁTIMA CHAGAS DIAS COELHO (CERH/MG) – Bom, é só para fazer um esclarecimento para uma retificação, no caso não foi Minas Gerais que fez essa proposta. Eu como representante, eu estou representando o Conselho Estadual, mas como Diretora Geral do IGAM, que faz parte desse grupo, não fomos nós que fizemos, não foi o Estado que fez essa proposta de incluir a indústria. Na verdade, a proposição apresentada anteriormente era para incluir a Agricultura, e o representante da Secretaria de Agricultura, presente na reunião, perguntou por que seria um segmento somente vilanizado. Eles se sentiram vilanizados por esse corte, no caso do Estado. Eu estava nesse momento fazendo uma apresentação de que Minas Gerais já tem regras muito rígidas para restrição de uso da água e que não caberia a nós nos rios estaduais regras adicionais, até porque os nossos agricultores lá, que trabalham em sistemas de outorga coletiva eles já irrigam dia sim dia não, impor mais um dia seria acabar com alguns segmentos, alguns perímetros de irrigação. Então, é só para retificar, não houve uma proposta do Estado de Minas Gerais sobre isso, foi uma colocação da SEAPA, da Secretaria de Agricultura, do

representante do Secretário, que estava presente na reunião e ele queria entender, era a primeira reunião ele participara, ele queria entender melhor por que vilanizar um setor e foi essa feita a colocação dele nesse sentido, não foi uma proposta concreta, vamos, porque não houve um estudo sobre isso, técnico, ele não nem tinha elementos e nem eu, nem nosso Estado para fazer uma proposta nesse sentido que, aliás, a nossa proposta era seguir a regra do Estado. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Bom, como esse item não estava na pauta, e como à tarde nós vamos ter a presença aqui do Presidente da ANA, gostaria de sugerir que o debate fosse feito, então, quando da presença do Presidente da ANA aqui no Plenário. Ok? Aí seria, porque isso era o item que estava na pauta, houve o levantamento da questão pelo Conselheiro Sérgio, para que nós não prorrogemos muito a discussão, e tendo em vista que o Presidente da ANA vai estar aqui explanando sobre o projeto legado, eu acho que seria o momento oportuno para que de repente isso voltasse à discussão. Podemos fazer assim? Ok? Muito obrigado. Então, por gentileza com a palavra o consultor Leonardo Mitre para proferir a sua palestra.

O SR. LEONARDO MITRE (Consultor) – Bom gente, bom dia a todos, então. Eu já fui apresentado, mas boa parte dos senhores já me conhece também, eu vou tentar apresentar de uma forma breve o trabalho, na verdade, foi um trabalho extenso de quase um ano e de uma forma geral ele constou de 2 momentos, ele constou de um primeiro momento que foi uma avaliação do Plano Nacional e da implementação do plano até durante o período aí 2006, que é quando ele foi aprovado, até 2015. Até o ciclo 2015. Então, o plano teve ciclos. E um segundo momento do trabalho que constou então de recomendações para o plano a partir de 2021, que, na verdade, é o próximo plano, e uma proposição de uma estratégia, uma estratégia de execução e um sistema de monitoramento do plano através de indicadores, para um ciclo 2016 a 20. Então, de uma forma geral o trabalho constou dessas avaliações e propostas aí. Em síntese o trabalho teve 4 produtos, ele teve então, em um primeiro momento foi uma análise de dados e uma avaliação do que o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, quais foram os impactos da Política Nacional de Recursos Hídricos e as implementações para o Plano Nacional durante o ciclo 2016 a 20, é uma análise totalmente qualitativa, em um segundo momento então o produto 2 ele teve uma outra análise qualitativa, mas teve uma análise quantitativa que foi da execução física dos programas que o Plano Nacional tinha e uma proposta de indicadores, é o trabalho inicialmente em uma proposta de indicadores, mas na verdade nós fomos além porque nós fizemos uma análise da implementação, uma análise propriamente dita da implementação durante esse período. E vimos os produtos 3 e 4 que aí são voltados ao futuro, voltada à proposta de indicadores em um sistema de monitoramento para 2016 a 20, e uma proposta de uma estratégia de execução para esse período aí também 2016 a 20 além de diretrizes e recomendações. Então, falar bem breve dos primeiros produtos e concentrar um pouco mais do final, que é um trabalho daqui para a frente. Então, o primeiro produto

871 basicamente ele foi uma análise de tudo que foi desenvolvido para o plano, ou seja,
872 o plano, os 4 documentos nele, que foram o de diagnóstico, o prognóstico, as
873 diretrizes, programas e metas, apesar do título metas o plano não teve metas
874 naquele período. Ele teve 5 cadernos setoriais. Então, em nível de País tiveram
875 cadernos do setor agropecuária, setor de energia, setor de turismo e por aí vai, 12
876 cadernos específicos para cada região hidrográfica, aí com todos os aspectos
877 técnicos de cada uma das regiões, e 10 cadernos técnicos elaborados pela equipe
878 da ANA, que foram por temas específicos, outorga, qualidade da água,
879 disponibilidade hídrica, instrumento de gestão. Então, uma série de cadernos
880 específicos. Então, esse foi o plano, foi o que foi elaborado para o plano e tiveram
881 uma série de documentos, uma série de estudos que foram avaliados para mostrar
882 como foi o avanço da política de recursos hídricos ao longo desses anos seguinte, e
883 os principais, eu coloquei ali foram os relatórios, informes de conjuntura que foram
884 documentos elaborados pela equipe técnica da ANA e com o apoio dos órgãos
885 gestores estaduais, e que trazem a grande maior parte das informações do sistema
886 gerenciamento do País ao longo do tempo. Então, ou seja, o primeiro produto foi
887 uma avaliação qualitativa disso tudo. Um segundo produto, aí esse sim nós já
888 tivemos uma primeira análise. Então, ele teve a análise qualitativa, qualiquantitativa
889 do monitoramento, do acompanhamento do plano ao longo do período 2006 a 15.
890 Então, como eu disse, um dos grandes dificultadores do trabalho para se propor
891 indicadores nós temos que ter de alguma forma a meta, e um dos grandes
892 problemas, um dos grandes dificultadores do trabalho nesse primeiro momento foi
893 exatamente o plano não ter tido metas. Então, ele teve um documento que previa
894 metas, mas que no final das contas as metas não foram aprovadas e não foram
895 concluídas dessa forma. Então, o plano teve diretrizes e prioridades, então, e essas
896 prioridades foram 22. Então, ou seja, durante esse presídio até 2015 foram 22 temas
897 prioritários para concentrar, aí já uma primeira avaliação minha que são muitos.
898 Então, eu acho que a partir do momento em você tem 22 prioridades você não tem
899 nenhuma, porque, na verdade, tudo virou prioridade. Então, teve um primeiro ponto
900 aí que foi um dificultador em relação a isso. E para essa análise foram criados dois
901 conjuntos de indicadores. Então, um primeiro conjunto foi um conjunto de análise de
902 percepção, então, ou seja, para a sociedade de uma forma geral avaliar qual a
903 percepção deles com relação à implementação dos programas do Plano Nacional de
904 Recursos Hídricos e aí, na verdade, não uma sociedade qualquer é uma sociedade
905 qualificada. Esses indicadores de percepção eles foram aplicados durante um
906 seminário de avaliação do plano que foi realizado em setembro do ano passado,
907 específico para o acompanhamento do plano e para um apoio à proposição de metas
908 para o próximo ciclo. E teve uma análise técnica, indicadores de análise técnica que
909 aí esses indicadores eles tinham perguntas específicas para cada um dos temas
910 prioritários, que remetiam a um nível de avanço, a diferentes níveis de avanço e que
911 esse questionário foi aplicado, aí com o apoio técnico meu, mas numa reunião da
912 Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então, pela legislação,
913 pelo regimento e pela Resolução que cria a Câmara, a Câmara tem atribuição, a
914 CTPNRH tem a atribuição legal de avaliar a implementação do plano. Então, dentro
915 desse conceito esses indicadores técnicos foram aplicados nessa Câmara
916 propriamente dita, e foram indicadores que tiveram nota de 0 a 1, então, ou seja,

foram perguntas de 0 a 1, de uma forma a facilitar a integração e a análise de uma forma geral. Aí mostrando... E aí o próximo mostrando já... Esse. Bom, então, esse próximo já mostra um primeiro resultado, que aí da avaliação, sempre lembrando, é um resultado da avaliação passada, 2006 a 15, foram 22 temas prioritários e desse 22 temas prioritário, então, a aplicação nessa oficina da CTPNRH, então, nós tivemos diferentes níveis de avanço para cada um dos temas dos temas prioritários, os principais que tiveram maiores índices de avanço aí da ordem de 60 a 70% de avanço dentro do contexto aí desses indicadores criados, foram a criação de Comitês de Bacia, os Planos de Recursos hídricos, cadastros e processos de formação e capacitação. Então, esses foram os principais pontos aí que tiveram dessa ordem de 60 a 70% de implementação. E nós tivemos os menores índices de avanço, alguns temas prioritários estabelecidos que não tiveram nenhum ou quase nenhum avanço. Então, ressaltando algum aí, por exemplo, tinha a previsão de uma criação de um plano de comunicação, para o PNRH, que não foi criado, que simplesmente não foi criado. Então, ou seja, a partir do momento em que ele não foi criado, não foi implementado. Outro tema, gestão compartilhada de riscos transfronteiriços, também é um tema que inclusive a própria Câmara Técnica relacionada ao tema ela parou de funcionar. Então, ou seja, alguns temas tiveram uma implementação muito baixa durante esse período aí e essa implementação ela foi exatamente vista pela avaliação das CTPNRH. Então, de uma forma geral foi isso, um índice aí em torno de 42%, para mim um índice baixo considerando 10 anos de implementação do plano até esse período. E aí nós tivemos, os próximos então, são indicadores de análise qualitativa, eu acho que foram dois. Mais para cima do 5 tem algum ou não? Não. Então, esse 6º apagou, mas esse 6º mostrava os indicadores de análise de percepção. Então, esses de análises de percepção nós tivemos dois indicadores em que um avaliava a percepção da sociedade referente qual o nível de esforço empreendido pelos entes, pelos órgãos gestores, pelos entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos com relação à Política de Recursos Hídricos e com relação à implementação do plano, e nós tivemos um segundo indicador que foi relacionado ao grau de mudança para o País relacionado a cada um dos 22 temas prioritários. Esse era o slide que está apagado, então teve uma comparação entre o nível de avanço e o nível de esforço. E aí esse slide seguinte, então, ele agrega para efeito de comparação os indicadores técnicos sobre cada um dos temas prioritários, e o indicador da percepção da sociedade com relação ao nível de avanço dos temas prioritários, e aí tem em ponto interessante dessa análise que os primeiros, principalmente os primeiros 8, 7 temas prioritários que são relativos a questões um pouco mais palpáveis para a sociedade que é a criação de Comitê de Bacia, desenvolvimento de planos ou outorga, e por aí vai, esses tiveram em avaliação bastante coerente entre os dois, ou seja, entre a análise técnica e a análise de percepção. E só que um segundo grupo de indicadores, ou seja, os grupos, os indicadores mais à frente ali que são os relacionados a temas um pouco Ministros palpáveis, um plano de comunicação, gestão de recursos hídricos transfronteiriços e por aí vai, difusão de tecnologia voltada a Recursos Hídricos, esses indicadores tiveram uma discrepância muito grande nos resultados. Então, pode ser percebido aí que as barras azuis ali que são as de percepção e as barras vermelhas da análise técnica, então tiveram uma discrepância grande, inclusive com a sociedade tendo

963 uma análise um pouco mais positiva do que a análise mais técnica. Então, é
964 interessante, tiveram uma percepção muito maior, de um avanço maior, o próprio
965 plano de comunicação ali citando que é o P14 ele teve um avanço em torno de 60%
966 pela sociedade e nada pela análise técnica aí da CTPNRH. Então, em relação a
967 avanço. Então, de uma forma geral esse foi o monitoramento que nós tivemos do
968 plano nacional no período 2006 a 15. Esse foi o resultado aí dessa análise. E aí entra
969 o produto 3. Então, aí em um primeiro momento para esse produto 3 foi uma
970 proposição, nós entramos no período futuro, esse período 2016 a 20 que é um
971 período em nós temos metas. Então, ou seja, nesse seminário de setembro do ano
972 passado tivemos uma primeira discussão, então, teve gente do País todo,
973 representantes de boa parte dos Estados, de todos os setores e foi uma primeira
974 discussão para uma proposição de metas aí para próximo ciclo e primeira discussão
975 saíram as preliminares aí para uma discussão da CTPNRH, que a Câmara Técnica
976 discutiu, formatou e melhorou os textos dessas metas e essas metas vieram para
977 esse Conselho em dezembro do ano passado, que aprovou aí um conjunto de 71
978 metas para o desenvolvimento ao longo desse próximo ciclo aí do plano. Então,
979 foram 71 metas relacionadas aí a 16 temas prioritários. Então, ou seja, daqueles 22,
980 14 foram aproveitados e mais dois novos foram aplicados aí para considerar aí esses
981 16 temas prioritários agora. E aí foram criadas então metas e indicadores para esse
982 período e com resultados aí, metas aí. Os indicadores mais técnicos e aí como
983 avaliação bem mais quantitativa para avaliação aí do monitoramento do plano ao
984 longo desse período. E aí nós partimos para o produto 4 de uma forma geral, já mais
985 direto, se for, deveria ter copiando para o computador. Foi duas vezes. Bom, então,
986 produto 4, aí sim é uma proposta de estratégia. Então, a partir do momento em que
987 nós temos agora metas nós temos que ter uma estratégia e nós conseguimos ter um
988 sistema de monitoramento. De que se tratou essa estratégia? Primeiro momento
989 pactuação com as entidades responsáveis por cada uma das metas pela sua
990 execução. E o que essa pactuação tratou? Tratou de dois pontos específicos,
991 primeiro, cada meta o que o Conselho Nacional, os senhores aprovaram? Vocês
992 aprovaram o título da meta, e o prazo final de conclusão de cada uma delas ao longo
993 desses 4 anos. Então, metas para 2017, 18, 19, 20, e por aí vai. E o título dela, ou
994 seja, o marco final de cumprimento de cada uma delas. O que nós pactuamos com
995 cada um dos entes? Os marcos intermediários e prazos intermediários para a
996 execução de cada uma delas. Então, a estratégia, você tem uma meta que tem que
997 atingir uma proposta de Resolução aprovada pelo Conselho Nacional, qual o
998 caminho, por exemplo, qual caminho para se chegar na aprovação final, e quais são
999 os prazos estimados para que isso seja atingido. Então, isso foi pactuado com cada
1000 um dos entes responsáveis por cada uma das 71 metas. Então, e aí de uma forma
1001 geral essas 71 metas, aí pelo fato e foi proposital isso até pela CTPNRH dentro do
1002 trabalho aí de discussão, as metas foram de responsabilidade de poucos entes, em
1003 um primeiro momento, ou seja, foram as primeiras metas estabelecidas pelo Plano
1004 Nacional, foram poucos entes e entes em nível de Governo Federal que têm uma
1005 maior facilidade em um primeiro momento para um pactuação. Então, ou seja, maior
1006 parte delas pela ANA, uma boa parte pela Secretaria de Recursos Hídricos do
1007 Ministério, algumas compartilhadas entre a ANA e uma boa parte por este Conselho,
1008 ou seja, são propostas de Resolução, são revisões de Resoluções, são temas

1009 relacionados a esse Conselho. Então, que foram definidos aí como relevantes aí
1010 para essas 71 metas. E aí um exemplo aí, eu não vou falar sobre as 71 metas senão
1011 eu acho que a reunião não termina hoje, mas eu vou, tentei pincelar algumas metas
1012 até para os senhores tiveram as características de algumas delas e do que, de como
1013 se trata esse sistema de monitoramento proposto e esses indicadores. O que foi
1014 pactuado. Então, tem uma primeira meta que é coincidentemente a meta 1, que é
1015 definir diretrizes para o monitoramento e a avaliação para a implementação de
1016 planos. Então, essas diretrizes vão vir a partir de uma Resolução, ou seja, o marco
1017 final delas que é o último ponto, que é quando ela vai receber a nota 1, é quando
1018 tiver uma proposta de Resolução aprovada por este Conselho. Então, assim que vai
1019 dar a nota 1. Então, nós pactuamos com a Câmara Técnica de as notas
1020 intermediárias e prazos intermediários que vão ser avaliados aí ao longo do tempo
1021 para cumprimento. Então, ou seja, um início do processo de discussão, uma
1022 proposta de Resolução aprovada pela Câmara Técnica, pela CTIL, e por aí vai. Ou
1023 seja, definiu se esse caminho para chegar na final, e aí para cada um dos
1024 indicadores foi elaborada uma curva de avanço. Então, nós temos aí uma curva de
1025 avanço que sai do zero em 2016 e atinge o 1 no momento em que é previsto o
1026 cumprimento dela. Então, essa, nesse caso, não no dezembro de 2020 que é a
1027 vigência do Plano Nacional, mas dezembro de 2019 que é quando foi o prazo
1028 definido por esse Conselho. Então, aí uma segunda meta que eu selecionei, eu
1029 selecionei um conjunto de umas 4 ou 5 metas para colocar exemplos de tipo de
1030 meta. Essa segunda é uma de responsabilidade da ANA, que é concluir a elaboração
1031 do Plano Nacional de Segurança Hídrica. Então, aí foi pactuado com a ANA, cada
1032 uma das etapas aí para essa conclusão. Então, desde o zero momento que o estudo
1033 ainda nem contratado, até um último momento, o marco final que é o plano
1034 concluído, e dentro desse processo tem um primeiro momento que são os estudos
1035 prévios concluídos e o processo de licitação, um contrato assinado com a empresa
1036 vencedora e um plano do trabalho aprovado pela contratante. Então, foram os
1037 marcos estabelecidos junto com a ANA, pactuados com ela, para cada marco tem
1038 uma nota e um prazo de cumprimento e já está em curso, inclusive, se não me
1039 engano até mais avançado do que o previsto. Então, ou seja, essa já é uma meta
1040 que a ANA já está pactuada e ela já tem conhecimento e já está executando. E tem a
1041 curva de avanço em relação a esta. E a próxima, então, essa já foi um estudo, já é
1042 uma meta referente a um estudo, meta 16 que é um estudo de avaliação de políticas
1043 e planos setoriais e a proposição de uma estratégia para aprimorar a integração
1044 desses planos setoriais com o plano nacional. Então, essa é uma de
1045 responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos e, portanto, foi pactuado pela
1046 equipe da Secretária que definiu, então, quais são as etapas, nós definimos em
1047 conjunto quais são as etapas para cada momento relacionado ao cumprimento da
1048 meta, uma pontuação e os prazos aí para o cumprimento delas visando que em
1049 junho de 2019 esse estudo esteja concluído. E nós temos aí um conjunto de metas
1050 em que dentro da estratégia de discussão nós propusemos, eu propus nesse caso
1051 que sejam elaborados de forma conjunta. Então, meta 22 e 24, por exemplo, a 22 é
1052 revisar a Resolução 16, que é do Conselho Nacional que é a Resolução sobre a
1053 outorga, que estabelece os procedimentos e diretrizes de outorga, e tem uma meta
1054 24 que é definir diretrizes de outorga coletiva. Então, que é algo que já é aplicado por

1055 boa parte dos órgãos gestores, mas avaliou-se pela necessidade aí de diretrizes em
1056 nível de Conselho Nacional. Então, são duas metas que podem ser, de repente,
1057 nessa Resolução que foi aprovada revisando a Resolução 16, ela pode na própria
1058 Resolução já ter as diretrizes para outorga coletiva. Então, são duas metas que
1059 podem ser cumpridas como um ato só. Então, não é à toa, os senhores podem ver
1060 os gráficos são idênticos, as curvas de avanço das duas são idênticas, com os
1061 mesmos prazos, exatamente porque o que foi pactuado foi que elas sejam cumpridas
1062 uma forma conjunta, possa ser isso. Então, tem essa alternativa aí. Outro tipo de
1063 meta aí mais uma de responsabilidade da ANA, uma meta de cumprimento anual,
1064 não atoa o gráfico já vai de escadinha, o gráfico de avanço ele vai uma escadinha
1065 em que é divulgar anualmente o relatório de conjuntura. Então, os documentos
1066 relatórios em forma de conjuntura já são elaborados anualmente, e foi colocado pelo
1067 Conselho uma meta de continuar isso, essa elaboração com uma divulgação aí
1068 anual. Então, mais uma meta nesse caso pactuada com a ANA. E metas
1069 complementares. Então, tem metas tanto para se ter aí também dentro do Conselho,
1070 tanto para a Câmara Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços, quanto com a
1071 CTCOST, tem duas metas que são mais ou menos semelhantes que são, a primeira
1072 é estabelecer uma agenda de trabalho para a Câmara Técnica e a segunda é
1073 implementar essa agenda de trabalho estabelecida. Então, ou seja, são metas
1074 complementares, você tem que concluir o estabelecimento dessa agenda de trabalho
1075 para você começar a implementá-la. Então, não atoa também a curva de avanço
1076 quando a primeira atinge o 1, atinge o 100% de cumprimento, a segunda sai do zero.
1077 Então, ou seja, você tem uma concomitância aí e tem as etapas estabelecidas com
1078 os representantes que foram pactuados, que foi utilizada a pactuação. E falar sobre
1079 as metas, nós temos, então, elas são as 71 metas são agregadas por 16 temas
1080 prioritários, elas são por temas. Então, você tem temas com 3 metas, 5, 7, 1 e por aí
1081 vai. Então, essas metas têm uma agregação por tema prioritário, nós temos, então,
1082 eu coloquei 3 aí, mas tem 16 curvas de avanço, além das 71 por metas, 16 curvas de
1083 avanço por tema prioritário e que mostram a agregação dessas metas sendo que
1084 também no próximo slide nós temos uma agregação para ter a curva de avanço do
1085 Plano Nacional. Então, nós temos aí de dezembro 16, aí já se mostra mais uma
1086 curva mesmo, nós temos uma curva de avanço do plano do período de dezembro de
1087 16 a dezembro de 20, que é quando ele tem previsão de cumprimento de todas as
1088 metas. Então, esse é o sistema aí propriamente dito. E aí tem uma metodologia
1089 proposta. Então, essa é a metodologia proposta do sistema, de uma forma geral a
1090 proposição é que a cada ano, em setembro, por volta do setembro a Secretaria de
1091 Recursos Hídricos ela faça um apanhado e uma consulta a todos os órgãos que têm
1092 responsabilidades pelas metas e avalie qual o estágio em termos de avanço para
1093 cada uma das 71 metas, elabore essas curvas de avanço, aí quanto que avançou
1094 cada uma das metas, faça uma agregação e geração de 16 painéis de
1095 monitoramento, um por tema prioritário que eu vou mostrar mais à frente, e gere a
1096 curva, isso tudo está automatizado em uma planilha, que gere a curva de avanço
1097 global do plano. Isso tudo saia por uma reunião anual, por volta de setembro a
1098 outubro, da CTPNRH, para discussão dessas 71 metas, seria uma oficina anual da
1099 CTPNRH para cumprir a sua atribuição de avaliação da implementação do plano e
1100 nessa reunião, então, saia o resultado oficial do que foi cumprido o que não foi

cumprido, o que está em avanço, o que não está, qual o nível de avanço, e uma proposta de revisão. Então, ou seja, essas metas é importante ter claro que não são estanques, ou seja, têm toda a possibilidade, esse Conselho tem toda a possibilidade de aprovar revisões e aí essa é a proposta, que anualmente a CTPNRH apresente para o Conselho na reunião de dezembro, na ordinária de dezembro, faça uma apresentação dos resultados e das propostas de cada ente para revisar essas metas, seja revisões de texto, seja exclusões de metas que de repente em um determinado momento foi visto que não são factíveis mais, seja alteração dos prazos. Então, aí citando como um exemplo, na última da CTPNRH nós temos uma série de metas do CT Hidro, e uma representante do CT Hidro foi, apesar da já inclusive pactuadas as metas do CT Hidro, a representante foi e falou: nós estamos com problema de recurso. Então, de repente as metas de 2017 nós já vamos ter problema para o cumprimento. Então, ou seja, algo que deve vir para os senhores em dezembro deste ano para repactuar as metas relacionadas ao CT Hidro, em função da questão recursos aí para sua execução e para lançar os editais que são previstos por eles. E aí nós vamos ter um indicador de avanço, que é o próximo slide, que nós vamos ter um indicador de avanço previsto, então, essa curva de avanço previsto ela não muda, e nós vamos ter uma curva de avanço executado. Então, essa curva, essas duas curvas é que vão ser, nós vamos ter um índice aí, um indicador que ele vai dar para cada momento, na verdade ele pode ser feito mensal, mas a proposta é que ele seja feito de uma forma anual, mas nós vamos poder ter, então, com a periodicidade que se desejar um valor percentual de avanço previsto e de avanço executado do plano propriamente dito. E essa é a proposta e o último slide, uma proposta de um painel de monitoramento, então, que aí seria, eu coloquei, inclusive bem claro e em amarelo que é um exemplo hipotético, não tem resultado ali. Ali foi hipotético o texto que eu coloquei, mas que seria para cada um dos 16 temas prioritários, então, a apresentação aqui anualmente tanto para CTPNRH quanto para o Conselho seria 16 slides e não 71, 16 dizendo a condição, qual a condição que está cada um dos temas prioritários. Então, você tem o tema prioritário e você tem as metas relacionadas e você tem uma curva de avanço previsto e executado de cada uma dessas metas, desses temas prioritários, no caso, que é agregado em relação às metas. Eu acho que basicamente é isso o sistema proposto, ou seja, pela primeira vez, como o Secretário e o Diretor já comentaram, pela primeira vez o plano tem uma métrica proposta para fazer avaliação do plano ao longo do tempo aí. Então, eu acho é isso aí. E boa sorte aí.

(Palmas!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –
Agradeço ao Leonardo Mitre pela palestra. Passo a palavra aos presentes que desejam se... Maurício Andrés. Ok.

1146 **A SRª. ELISA MALAFAIA (ANA)** – Parabenizar pelo trabalho. Nós que
1147 acompanhamos o Conselho já há 11 anos, é um esforço que nós precisávamos já ter
1148 feito, que bom que conseguiu, e agora nós temos que trabalhar para executar e
1149 acompanhar. Eu só queria dar uma sugestão, o prazo de setembro para (...) pública
1150 não em prazo bom. Por quê? Porque nós geralmente fazemos esses balanços em
1151 dezembro e janeiro, se nós fizermos esse em setembro vai ser um levantamento, um
1152 monitoramento parcial, em dezembro, janeiro nós vamos fazer outro, geralmente
1153 fazemos pelo Ministério do Planejamento, e para o TCU a prestação de contas, o
1154 balanço. Então, se nós pudermos fazer esse... Porque aí conseguimos fazer um só,
1155 não vai ficar uma informação no monitoramento do plano, e quando nós viermos
1156 prestar contas aqui do que foi aprovado hoje, em março, vai ser outra informação.
1157 Então, para não dar incompatibilidade e também racionalizar a mão-de-obra, toda
1158 hora estar parando para fazer um balanço é ruim. Isso é uma sugestão. Lá no
1159 Ministério do Planejamento nós no PPA nós fazíamos, nos PPAs anteriores a revisão
1160 todo ano, o que acontece quando se revisa todo ano é que todo ano tem uma
1161 prioridade nova. Então, nós fazemos sabe que vai ter dificuldade, algumas áreas vão
1162 ter dificuldade para monitorar, mas eu acho que as revisões devem ser bem
1163 pontuais, porque senão corre o risco de todo ano quando revisa faz tudo de novo. E
1164 aí acaba que depois você perde a linha de partida, porque como todo ano você muda
1165 você já não sabe qual era o planejamento inicial e faz parte do ciclo de planejar,
1166 monitorar e executar não conseguir cumprir uma parte das metas por questões
1167 diversas. Então, restringir um pouco a abrangência da revisão possível, porque
1168 senão todo ano vai ser outra prioridade, outra meta e outro indicador. Obrigada e
1169 parabéns.

1170
1171
1172 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH)** –
1173 Agradeço. Mais alguma inscrição? Vamos esperar primeiro ela se manifestar, depois
1174 você fala. Conselheira Patrícia, por favor.

1175
1176
1177 **A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** – Também dando aí os
1178 parabéns. Uma excelente ferramenta. E que tomara até que os Recursos Hídricos
1179 coloque isso como exemplo e referência para outras políticas públicas essa
1180 ferramenta, é com uma boa ferramenta ela só é boa se usada, se não for usada não
1181 ainda o brilhantismo dela. Então, é só uma questão aqui que eu acho que nós
1182 devemos estar atentos, é o próprio Conselho se pautar por esses indicadores. Eu
1183 acho que nós temos uma pauta de prioridades de assuntos, de temas que foi muito
1184 na base da consulta, muito na base de uma orientação hora para o plano, hora nem
1185 tanto, ora era uma demanda muito própria. Então, eu acho que talvez a
1186 recomendação que nós façamos é que essa questão seja também uma questão
1187 orientativa da pauta do próprio Conselho. Ver o que o Conselho deve fazer, pode
1188 fazer, o que ele precisa de fazer naquilo que está restringindo. E recomendo também
1189 uma incursão pelas outras pastas de políticas públicas que tem muito a ver com a
1190 água, o Ministério de Integração, por exemplo, outros Ministérios de
1191 Desenvolvimento, que façam uma apresentação para Conselho Deliberativos deles

também, para que eles possam também observar o que está definido em termos de política pública, porque nós temos em costume e não é de hoje, de fazer, às vezes, políticas de desenvolvimento sem qualquer avaliação sobre a capacidade de suporte em termos de recursos hídricos daquela região. Então, seria muito interessante também que esse instrumento, que essa ferramenta fosse também uma ferramenta utilizada como ferramenta integradora de outras políticas públicas relacionadas com a questão hídrica. Parabéns.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Muito obrigado, Conselheira Patrícia. Mais alguma manifestação do Plenário? Conselheiro Silvio.

O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA (Sabesp) – Bom, também queria me associar aqui aos colegas Conselheiros que parabenizaram a iniciativa, parabenizaram a elaboração desse trabalho, é muito bom sempre ouvir um plano ser tratado com essa atenção, e com a fixação de metas muito claras e muito objetivas. Eu queria só fazer menção, se puder voltar na apresentação no últimos slide, isso. Esse mesmo. A meta número 2 está descrito ali, definir diretrizes para abordagem do tema das mudanças climáticas nos planos de recursos hídricos. Consta como a situação em dia em discussão na Câmara Técnica. Eu queria só...

O SR. LEONARDO MITRE (Consultor) – Eu falei na hora, isso foi bem claro. Hipotético.

O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA (Sabesp) – Ok. Eu estou vendo ali que é um exemplo hipotético. Infelizmente é um exemplo hipotético. Eu gostaria de justamente de ver mais detalhes sobre essa abordagem, lembrando que existe o Plano Nacional de Adaptação a Mudança do Clima, que foi elaborado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente com uma série de recomendações e de diretrizes importantes que imagino estejam sendo consideradas, estejam sendo consideradas na elaboração, ou serão consideradas na elaboração do Plano Nacional, haja visto que o tema das mudanças climáticas eu acho que já está sendo conduzido pelo próprio Ministério em estudos, prospecção tecnológica, avaliações, recomendações, a própria Agência Nacional de Águas atua também nesse sentido. Então, isso, exatamente. Para balizar a minha fala aqui uma colinha. Então, eu gostaria de ver algum comentário nesse sentido, se o Plano Nacional que aqui, de Adaptação à Mudança do Clima, se ele estará realmente aí com todas as suas orientações e diretrizes que foram estabelecidas para este campo tão importante, eu acho que o Conselho Nacional precisa estar na vanguarda dessa discussão. Eu acho que nos compete, a todos nós aqui termos o bom senso de fazer essa avaliação com muito critério, com muita coerência desses prenomes que estão acontecendo e, enfim, é uma análise muito criteriosa que todos nós temos a responsabilidade de contribuir para essa avaliação. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –
Agradeço o Conselheiro Sílvio. Mais alguma manifestação do Plenário?

O SR. GONÇALO ALVARO V. FERNANDES (ANA) – Na verdade, eu estou acompanhando a coordenadora do GT Prioridades, mas colocado o assunto da mudança climática hoje à tarde na ANA vai ser feita uma apresentação sobre um estudo dos riscos econômicos das mudanças climáticas na região do Piranhas Açu, levando em consideração os Recursos Hídricos. Então, hoje à tarde, a partir das 14h30 vai ser feita essa apresentação. Bloco M Sala de Vidro. Então, eu só queria dizer que essa questão realmente está na nossa pauta não é uma questão fácil da ser tratada, as incerteza são grandes, mas está havendo iniciativas, há outras iniciativas também de contratação de um plano para... Eu não me lembro o título exatamente agora, é extenso, mas para internalização de ações para adaptação às mudança climáticas tanto na ANA como nos seus parceiro estaduais no setores e nos usuário também, nos parceiro setoriais. Então, estão havendo ações, realmente o passo é lento porque o tema carece ainda de muito embasamento teórico e ainda de nós termos certeza do que dizemos, mas hoje à tarde está convidado na Agência Nacional de Águas na Sala de Vidro.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Leonardo.

O SR. LEONARDO MITRE (Consultor) – Bom, então, tentando responder ao comentário breve aí, eu acho que que a Elisa comentou, está clara a questão dos prazos de planejamento, só, na verdade, justificar porque aqueles prazos, na verdade, foi para coincidir com a reunião ordinária que o Conselho já tem em dezembro. Então, ou seja, é algo que pode ser rediscutido aí pela Secretaria, pelo Conselho, eu acho que isso é a totalmente aberto, do meu lado foi de um lado técnico de tentar propor algo que já aproveite uma reunião ordinária que o Conselho já tem em junho e dezembro, e para isso foi feito um cronograma reverso. Então, ou seja, dezembro o Conselho, outubro a CTPNRH, e em setembro a Secretaria. Então, já foi algo que pode de repente ser talvez apertado um pouco mais para de repente a Câmara Técnica, às vezes, fazer uma reunião uma semana, 15 dias antes da reunião do Conselho e a Secretaria de repente de outubro para novembro, ou alguma coisa desse tipo. Eu acho que é algo que pode ser discutido nessa linha. E você comentou também sobre a questão das revisões, eu acho que as revisões são importantes, têm que ter, mas eu concordo plenamente com você, que tem que ter um limite, não é simplesmente troca tudo. Então, eu acho que são, eu acho que as revisões vão vir já da CTPNRH e eu acho que é uma avaliação que tanto a Secretaria quanto à Câmara Técnica vão ter antes de passar para cá, em uma linha de não muda tudo, alguma coisa na linha do que tipo a justificativa do CT Hidro que

já vem, que é algo que já foi comentado por eles mesmos, nós estamos sem recurso em 2017. Então, é algo, nesse caso é algo pelo menos na minha percepção factível, de ser alterado. Então, coisa desse tipo. A Patrícia comentou da questão da importância do Conselho se pautar, eu acho que é fundamental, ontem, inclusive foi apresentado aí eu fiz uma apresentação um pouco mais em detalhes para os presidentes de Câmaras Técnicas e apresentando exatamente quais são os temas, ou quais são as metas em 16 metas ali que são relacionadas às Câmaras Técnicas. Que as propostas de Resolução a serem revisadas, a serem escritas, temas a serem discutidos por eles. Então, já foi, inclusive apresentado e eu acho que é o ideal que cada um tenha isso. Então, tenha isso em mente, não só os órgãos que têm responsabilidade direta como as Câmaras Técnicas aí do Conselho tenha isso pautado. Então, e com relação à questão dos Sílvia eu acho que já foi respondido, mas só para deixar claro mais uma vez que aquele vermelhinho ou verde li no final e os comentários foram exemplos completamente hipotéticos ali, eu não fiz avaliação ainda de cumprimento de nenhuma meta, até porque não teve essa avaliação ainda. Então, aqueles textos, aquele vermelho foi só um exemplo do que deve ser mostrado para vocês do resultado do sistema.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok, muito obrigado. Contempla? Então, mais nenhum inscrito, podemos dar segmento à nossa pauta? Item 2 das apresentações, atuação das Câmaras Técnicas em especial na implementação das prioridades da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos temas propostos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos às Câmaras Técnicas. Convido a analista ambiental Roseli Souza para explicar a dinâmica da apresentação. Na sequência, teremos os relatos dos Presidentes das Câmaras Técnicas. Lembro que cada Presidente de Câmara Técnica terá 10 minutos para a sua apresentação.

A SR^a ROSELI SOUZA (SRHU/MMA) – Bom dia a todos Conselheiros e Conselheiras, e demais presentes. Então, o nosso objetivo aqui é fazer um breve relato do que vem sendo discutido no âmbito das Câmaras Técnicas. Como os senhores sabem, atualmente, pelo Regimento Interno cada Conselheiro pode encaminhar a proposta de temas a serem discutidos pelas Câmaras Técnicas. A Secretaria-Executiva a cada início de mandato também solicita que os Conselheiros encaminhem propostas e temas, o ano passado, há exato um ano nós fizemos essa apresentação aqui. Aqueles temas foram encaminhados para as Câmaras Técnicas, e como acabou de ser apresentado também nós temos as prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O que cada Câmara Técnica tem feito? Ela tem se debruçado sobre esses temas que foram encaminhados pelo Conselheiros, e a partir do momento em que foi aprovada a Resolução 181 nós solicitamos, também, para que as Câmaras Técnicas fizerem esse balizamento entre as prioridades do plano e os temas propostos pelos senhores Conselheiros. A nossa proposta aqui é fazer um breve relato da cada Câmara Técnica. Iremos iniciar pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que é a Jussara, a Jussara está aí. Jussara já está

postos. A nossa ordem aqui vai ser um pouco, têm 3 Câmaras Técnicas que fazem trabalhos em conjunto, que é a CT Plano, a CTPOAR e a CTAS. Então, vai ser nessa ordem e depois nós vamos chamar os demais presidentes. Só deixar registrado aqui o nosso agradecimento aos Presidente pelos trabalhos que vêm sendo feitos, na condução dos trabalhos nas Câmaras Técnicas, e também aos Conselheiros, aos presidentes que não estão aqui, que já foram do mandato passado, que agora nós estamos dando continuidade a esse trabalho realizado por eles. Então, Jussara, por favor,

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Bom dia a todos. Vai colocar ali. Bom, eu acho que boa parte do meu resumo de trabalho da agenda da Câmara Técnica, acho que deu para sentir um pouco a apresentação do Leonardo. A quantidade de tarefas que nós temos agendadas. Nós fizemos um planejamento olhando os compromissos que nós já tínhamos anteriormente, os compromissos colocados no Plano Nacional e os compromissos que surgiram, como esse item 2 que surgiu da última reunião do CNRH, e temos aí 19 itens de pauta para cumprir até 2019. Então, é uma agenda bastante apertada e não, o tempo aqui é bastante curto e nós elencamos as principais ações, que nós desse conjunto de 19 pautas, que nós vamos trabalhar nesse período. O primeiro deles eu acho que está bem claro e bem especificado pela apresentação, do Leonardo, eu vou passar para o segundo. O segundo ele surgiu da reunião de dezembro do Conselho, quando nos foi demandado discutir priorização para outorgas. O Conselho encaminhou então essa demanda para as Câmaras Técnicas, CTPAR e CTPNRH. A CTPOAR deu início, teve reunião antes de debater o assunto e já veio à nossa reunião da Câmara Técnica do plano já com um início de proposta de encaminhamento. Nessa reunião do plano em que o Presidente da CTPIAR estava junto nós instituímos então um Grupo de Trabalho para discutir esse assunto e já nessa primeira reunião já instalada essa questão do grupo ficou definido para que nós tivéssemos alguma resposta, para trazer ao Conselho já nessa reunião. Nós definimos uma oficina de trabalho com alguns especialistas e as duas Câmaras Técnicas conjuntas para que nós pudéssemos alinhar conceitos e como poderiam ser operacionalizadas essa realização de definição de prioridades dentro dos 3 níveis de planejamento, o Plano Nacional, os Planos Estaduais e Planos de Bacia. Essa oficina foi realizada em junho e nós tivemos, assim, alguns consensos e eu acho que foram cerca de 180 itens que acabaram surgindo de sugestões, e isso está sendo sistematizado, a nossa próxima reunião é no dia 1º de agosto, do Grupo de Trabalho. Eu diria que as 4 principais coisas identificadas na oficina foram que as nossas informações, aí o conjunto dos dados dos nossos cadastros são muito insuficientes, eles dificultam um pouco a estabelecimento dessas prioridades. Uma outra lacuna que também foi percebida é justamente a questão que até foi discutida há pouco pelo Leonardo e sugerida aqui a questão dos diferentes setores, dos diferentes planos setoriais, o conhecimento, deles é muito importante para a definição desse conjunto de prioridades. Houve um consenso de que essa discussão sobre prioridades ela deve se manter continuamente no âmbito dos Colegiados de Bacia. Outro consenso que apareceu é que essas definições elas têm que considerar multicritérios. Então, são esses

principais resultados que nós temos para informar ao Conselho com relação a essa demanda de dezembro. Outra atividade importante que tem sido colocada continuamente nessas últimas reuniões, é a questão do acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Paraguai. Na última reunião nós tivemos presente o presidente do grupo de acompanhamento que nos deu um relato de como estão andando, e a partir daí nós já definimos uma próxima reunião que ocorrerá nos dias 14 e 15 de agosto onde estarão convidados os gestores dos órgãos dos dois Estados, do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, para discutir as questão dos licenciamentos principalmente e em especial das hidrovias e dos hidrelétricos para entender exatamente as questões que estão em debate naquela condução do plano. E por fim, um outro trabalho que também está em andamento com bastante densidade é a realização que está prevista para o dia 16 e 17 de agosto de uma oficina de trabalho para que nós possamos discutir o arranjo na implementação do plano da margem direita do Amazonas, que é uma demanda que já vem em discussão desde o ano passado. Então, na próxima reunião da Câmara nós devemos ter já uma nova visão desse trabalho. Eu acho que é o principal, em síntese é o isso aí. Eu quero agradecer muito o apoio da Secretaria e da ANA nas nossas demandas da Câmara e em termos de informações e de dados, enfim, de tudo que nós precisamos para poder realizar as discussões com segurança. E isso, o apoio tem sido muito grande, eu quero parabenizar as equipes pelo esforço e pelo tamanho do trabalho que eles desenvolvem. Obrigada.

(Palmas!).

A SR^a ROSELI SOUZA (Analista Ambiental) – Na sequência nós chamamos a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, o Presidente Zoltan Romero. Nós vamos deixar as perguntas para o final porque vai facilitar as respostas.

O SR. ZOLTAN ROMERO C.RODRIGUES (CTAS) – Bem, nós aqui na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas estamos com alguns desafios que eu chamo até desafios, que são as nossas principais ações em pauta no momento. Um que é particularmente difícil, que é as diretrizes para a gestão integrada de Recursos Hídricos Subterrâneos e superficiais, que essa pauta realmente tem um nível de complexidade técnico e político elevado. Acompanhamento das prioridades e metas do PNRH, aí nesse caso nós temos algumas prioridades que apesar de essenciais também envolvem várias complexidades, como ampliar o conhecimento sobre ocorrência de chuvas, sobre a quantidade de qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Essa é uma questão bastante interessante na época atual, e chama atenção para um problema um pouco discutido que é o uso e ocupação do solo. Como metas de curto prazo, além disso, tem a questão de ampliar a rede integrada de monitoramento de águas subterrâneas, o Brasil ainda está muito incipiente em monitoramento de águas subterrâneas, está começando agora, a primeira rede nacional começou a ser implantada há apenas 5 anos. Ou seja, algo em termos de Recursos Hídricos extremamente recente. E ainda precisa ser, claro, crescer muito.

E incluir essa rede monitoramento de águas subterrâneas nas análises das redes hidrometeorológicas nacionais, que é outra questão interessante porque as redes estão sendo trabalhadas, a rede de meteorológica nacional, mas a rede de águas subterrâneas tem que ser incorporada na rede hidrometeorológica nacional, no seu planejamento e instalação. Também implantar projeto piloto de gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas, tentar instalar este ano um sistema, uma bacia piloto onde esse sistema poderá ser implantando. E elaborar pelo menos um estudo de aquífero na região amazônica. Hoje os atuais estudos da ANA já demonstraram que lá estão alguns dos maiores aquíferos do mundo, com capacidade de superar, inclusive o Guarani, entre outros. E o 3 que é estruturação do seminário sobre águas subterrâneas em novembro de 2017. Esse evento parece simples, mas é o primeiro da história do Brasil que vai ser realizado, ou seja, é um seminário para que o Estado possa apresentar aos órgãos, Estado quando eu estou falando é na sua escala macro, federal e estadual, os entes que estudam as águas subterrâneas apresentarem aos diversos membros do Conselho, das Câmaras Técnicas e aí dos Comitês de Bacia o atual conhecimento sobre a água subterrânea no Brasil que ainda é muito desconhecido, até pelos membros do sistema. Basicamente é isso. Então, como eu falei, é algo, apesar dos assuntos terem uma aparência simples, eles vão demandar muito trabalho. Obrigado aí.

(Palmas!).

A SRª ROSELI SOUZA (SRHQ/MMA) – Obrigado, Zoltan. Eu chamo agora então a Câmara Técnica de outorga, o nosso Presidente de outorga é o Thiago ele é do IGAM, ele não pôde comparecer, mas ele solicitou que Luiz Henrique, que é representante da ANA na Câmara Técnica, fizesse a apresentação.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO (ANA) – Bom dia a todos e todas. Como Roseli falou, o Thiago ficou impossibilidade de vir e pediu a nossa colaboração para falar dos trabalhos que vêm sendo feitos na Câmara Técnica, a perspectiva do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Bom, dois trabalhos feitos atualmente já foram feitos aqui conjuntamente com outras Câmaras Técnicas, que é a CTPNRH, que é a definição de prioridades, priorização de outorga para a construção dos Planos de Recursos Hídricos. A Jussara já colocou aqui, é um desafio novo para nós, posto aqui por este Conselho Nacional de Recursos Hídricos na última Plenária e a Jussara já falou dos encaminhamentos, da oficina e como nós estamos trabalhando nesse sentido. É um desafio que nós estamos encarando para ter resultados assim que possível. E eu já pulei aqui o número 1 que é um trabalho feito junto com a CTAS, o colega Zoltan já acabou de falar um pouco sobre isso também, que é um outro desafio muito grande para essas duas Câmaras Técnicas para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para a Política Nacional de Recursos Hídricos, como integrar, fazer a gestão integrada das águas superficiais e das águas subterrâneas. Só falar que esse tema entrou inicialmente em pauta na CTAS em 2014, mas em seguida se viu a importância do debate desse tema na

regularização, propriamente no uso da água e aí entrou questão, entrou em pauta também a CTPOAR, nós passamos a integrar esse tema juntamente com a CTAS. O GT, primeiro foi feito um GT para se debruçar sobre o tema, esse GT inicialmente também só tinha a CTAS e depois a CTPOAR passou a integrar esse GT, houve uma oficina, um workshop sobre o tema em 2014. Foi importante, se debruçou sobre o conceito, o estado da arte, os desafios, é um tema extremamente complexo do ponto de vista, como colocou o Zoltan, técnico e político, mas que nós estamos conseguindo avançar sem a expectativa inicial de que encerraríamos esse tema em 2 ou 3 meses, 2 ou 3 reuniões, não é Zoltan? Mas estamos consensuando pontos de vistas técnicos, políticos, administrativos e avançando nesse tema. Então, que tem um rebatimento muito grande sobre no final o disciplinamento do uso da água, portanto, um rebatimento na regulação, um rebatimento nas outorgas, por isso que a CTPOAR passou a intrigar juntamente com a CTAS a discussão desse tema. E tem esse terceiro tema previsto, que já foi colocado aqui, inclusive pelo Leonardo Mitre, nos planos, nas metas dos planos, que é a revisão de 16. Essa revisão da 16 foi pautada, inclusive pela própria ANA em função dos anos já que decorrem, 16 anos de diretrizes gerais para o País de outorga, emissão, análise das outorgas. Então, a ideia e nós com todos o sistema, os Estados, órgãos gestores, a ANA, se debruçar sobre isso, ver sobre os critérios já postos, o que é ainda é considerado válido, o que ainda estamos utilizando plenamente, aqueles que em função do estado da arte hoje de gestão da regulação dos Recursos Hídricos precisam ser revistos. Então, um desafio muito grande. Então, eu acho que o prazo 2018 é um prazo bastante desafiador para nós. Não vai ser fácil, já adianto, devido às generalidades que estão imputadas dentro dessa Resolução, são diversas questões postas dentro dessa Resolução, mas que vamos nos debruçar e possivelmente incorporar outras coisas que foram demandadas pelo Conselho para a CTPOAR, como, por exemplo, outorgas coletivas, outorgas sazonais e etc., que nós achamos e entendemos que é possível estarem dentro das diretrizes gerais postas para a emissão de outorgas para o País. Mas, então, é um desafio muito grande, principalmente o tempo, e vamos estar debruçados sobre elas para tentar cumprir. Foram postos para nós também outros temas no âmbito das prioridades das prioridades para o CTPOAR, alguns deles já foram vencidos, como, por exemplo, os lançamentos, captações, derivações e acumulações consideradas insignificantes. Em dezembro saiu a Resolução sobre isso, depois de alguns anos de discussões sobre o tema. E outros também que já foram superados. No geral é isso a contribuição da Câmara Técnica para as metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Obrigado.

(Palmas).

A SRª ROSELI SOUZA (SRHQ/MMA) – Então, na sequência nós chamamos a CTCOB, a Presidente e a Lívia, que é do Conselho Estadual do Rio de Janeiro.

A SRª LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Primeiro eu gostaria de devolver a este Conselho uma demanda que nos foi feita na última reunião do Plenário do Conselho, que surgiu no caso do Paranaíba, da cobrança do Paranaíba, o Conselho então pediu que a CTCOB voltasse a estudar o assunto, mas não apenas para um Comitê específico, como se fosse uma normativa geral, a CTCOB estudou esse assunto e já passou uma minuta para a CTIL analisar. Então, só dando um retorno para o Conselho. E daqui por diante nós temos como principais assuntos de pauta, então, o estabelecimento de prioridades para aplicação de recursos, que nós já falamos aqui um pouquinho quanto à Resolução que foi aprovada aqui hoje, até foi a Patrícia que levantou esse ponto, mas como eu disse já está em pauta. Prioridades para a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água pelo setor hidrelétrico, e definir os mecanismos de consulta que também é a segunda questão que foi levantada naquela Resolução. E com isso, nós pensamos em realizar um seminário com o objetivo de discutir os mecanismos e orientar a aplicação desses recursos da cobrança e que esse seminário fosse feito em conjunto com a CTIL, já até foi conversado na última reunião da CTIL e sinalizado da forma positiva. Analisar a aplicação dos recursos provenientes da dos recursos da cobrança hidrelétrico, exercício orçamentário de 2016 e elaborar um relatório para o Conselho Nacional. Nós percebemos aqui um déficit de análises da CTCOB sobre esse assunto, de anos anteriores. Então, nós conversamos com a ANA através da Elisa e ela se comprometeu a trazer mesmo anos anteriores para a CTCOB analisar, para que nós possamos devolver o assunto ao Plenário. Revisar diretrizes e critérios para a implementação da cobrança em bacias hidrográficas. São esses os assuntos que estão sendo discutidos na Câmara Técnica e que nós estamos colocando como norte para as próximas pautas.

(Palmas!).

A SRª ROSELI SOUZA (SRHQ/MMA) – Obrigada. A próxima Câmara Técnica é a CTAP, o presidente da CTAP é o Paulo Isobe, do Ministério do Planejamento, infelizmente ele teve que sair, foi convocado para uma reunião de emergência, mas eu vou falar um pouco sobre essa Câmara Técnica. A principal atividade dela atualmente é a revisão das Resoluções CNRH 143 e 144 que se refere à segurança de barragem. Foi criado um Grupo de Trabalho, ano passado foi realizada a oficina sobre esse GT de Segurança de Barragem, nós estamos um pouco atrasados em dar resposta em relação a esse Grupo de Trabalho, já nos comprometemos junto ao Paulo para fazer uma reunião essa semana ainda com ele. E nós vamos retomar para dar uma resposta ao Conselho sobre o resultado desse Grupo de Trabalho. A Câmara Técnica tem uma atividade permanente que é analisar o relatório de segurança de barragens, esse relatório é anualmente elaborado pela ANA, até o dia 31 de agosto a ANA tem que encaminhar ao Conselho o relatório, e a Câmara Técnica tem que analisar. Então, dentro da CTAP é criado um Grupo de Trabalho para analisar esse relatório de segurança de barragens. Esse é uma atividade então que é permanente da Câmara Técnica. E uma outra atividade que é a primeira

reunião que nós vamos realizar é definir justamente essa agenda de trabalho com base nas prioridades do Conselho e do próprio do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então, basicamente são esses assuntos que a Câmara Técnica vem discutindo. Teve um assunto na última reunião que já foi sobre um conflito, um possível conflito existente entre um salto e que fica no Rio Grande do Sul, e a operação das barragens, mas isso já está sendo discutido internamente junto com a ANA e com o operador do sistema. Na próxima reunião da CTAP nós vamos trazer os atores para nos informar o que foi discutido e o que foi definido sobre esse assunto. A próxima Câmara Técnica é a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, convidar o presidente recém empossado, que é o Lineu, anteriormente era o Jeferson. Então, Lineu, por favor.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES (CTCT) – Obrigado. Bom dia a todos. Eu vou você passar a palavra para o Antônio, para ele contextualizar melhor, tem participado, mas eu queria só colocar um relato das Câmaras que eu acho que tem muito assunto discutido e debatido, chega um ponto que não cabe nem moção, nem Resolução, e esse assunto morre. Eu acho que toda Câmara deveria de certa forma deixar um documento técnico, isso é uma coisa que consegui trabalhar mais, deixar sempre um legado técnico, que realmente a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia que ela é transversal a várias outras Câmaras, observa-se por exemplo, a de águas subterrâneas cabe uma parte de ciência e tecnologia, como nós podemos agregar isso e fazer essa compatibilização. Por favor.

O SR. ANTÔNIO MIRANDA (SRHQ/MMA) – Bom, eu sou representante do MMA nessa Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, tenho acompanhado mais especificamente esse assunto aí na Câmara Técnica, e também representando o Ministério nós também vimos acompanhando os trabalhos que são conduzidos pelo Ministério das Cidades dentro dessa temática, e pela Resolução 181, aprovada agora este ano, das prioridades do plano, ela coloca como um das prioridades a definição de diretrizes para o uso racional e reuso de água. A meta seria, essa meta seria para a CTCT com prazo até dezembro de 2018, e só que esse assunto já vinha sendo trabalhado dentro da Câmara Técnica, já há algum tempo, desde 2013/2014 já vem sendo trabalhado esse tema, onde já foram realizadas duas oficinas, uma específica para o uso racional e reuso na indústria, outra oficina sobre o uso racional e o reuso na agricultura. Nessa fase ainda estávamos sob a direção competente do professor Jefferson à frente da presidência da Câmara Técnica. E agora a ideia é dar continuidade a esse trabalho, até para cumprir mesmo com a demanda, a meta lá da prioridade do PNRH. Então, nós temos ainda a programação de mais uma oficina sobre o uso racional e reuso doméstico de água para fechar todo o escopo dentro da temática e temos também a intenção aqui na Secretaria de Recursos Hídricos de dar esse apoio, esse suporte ao trabalho da Câmara Técnica por meio de um consultoria que vai auxiliar na compilação de todo esse material, inclusive observando os materiais provenientes desses estudos do Ministério das Cidades que estão em andamentos buscando internalizar os resultados desses estudos nas discussões do

CNRH para que nós possamos ter um resultado final que seja compatível e coerente com esses trabalhos que estão em andamento também. Então, no mais é isso, existem outras metas lá no Plano Nacional de Recursos Hídricos, na Resolução 181 para as quais a CTCT é interveniente com outras Câmaras Técnicas e, inclusive na parte dos editais lá do MCTI, para o CT Hidro, a CTCT ela é colocada como interveniente, mas nós ainda vamos marcar uma reunião para a discutir qual a forma em que nós podemos fazer essa interveniência nesses temos. Então, basicamente é isso.

A SRª ROSELI SOUZA (SRHQ/MMA) – Obrigada, Antônio. Próxima Câmara Técnica nós vamos falar, se não me engano é a CTEM, que é a Câmara Técnica de Educação Capacitação Mobilização Social e Informação de Recursos Hídricos, atualmente ela é presidida pela Renata Maranhão, que é do Ministério do Meio Ambiente, mas foi por uns três mandatos presidido pela Suraya, do Comitê de Bacias. Vou passar a palavra à Renata.

A SRª. RENATA ROZENDO MARANHÃO (PRESIDENTE DA CTEM) – Bom dia a todos e a todas. A CTEM ela tem diversas atividades propostas, mas nós estamos agendando para agosto fazer uma oficina para considerar as 9 prioridades apresentadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a prioridade do plano e também verificar porque só tem uma prioridade do plano específica para a CTEM, mas nós entendemos que a CTEM pode contribuir com diversas outras prioridades em interface com as Câmaras Técnicas. E este ano nós, uma das demandas do Conselho era institucionalizar o encontro formativo nacional de educação ambiental para a gestão das águas, que este ano nós realizamos a sua 5ª edição, que ele é um encontro que vem crescendo nesse processo, e ele contribui com grande parte dessas prioridades apresentadas para o Conselho. É um encontro que fortalece a interação entre os Comitês de Bacia, é um encontro que atua na formação, identifica demandas por formação e capacitação. Então, isso acaba pautando as políticas de educação, capacitação e mobilização do Ministério, da ANA e dos outros órgãos, e este ano nós realizamos a sua 5ª edição e nós vamos produzir um relatório, uma publicação multimídia com vídeos, relatos, diagnóstico de experiência, nós selecionamos 7 experiências exitosas de educação na gestão das águas e ele tem trazido, ele pautado os educadores ambientais, a Política Nacional de Educação Ambiental que era uma demanda do Conselho para atuar com a questão da água. Então, isso vem fortalecendo aí a educação ambiental tanto dentro da escola quanto fora da escola. Então, essas foram, e ele foi institucionalizado esse ano, durante o encontro formativo em maio, o Ministério assinou aí a institucionalização desse encontro sendo realizado a cada 2 anos. Então, isso passa a ser já algo que os educadores e todos os atores que estão no sistema podem contar com esses momentos aí para troca de experiências e fortalecimento das iniciativas. Uma outra ação, que esta foi apresentada pelo Plano Nacional, foi a única meta específica para a CTEM que é de desenvolver projeto pedagógico de difusão da Política Nacional de Recursos Hídricos nas colas escolas e encaminhar ao MEC proposta de revisão dos conteúdos escolares. Essa meta nós já começamos a dialogar com o MEC e nós

entendemos que ela precisa de alguns ajustes. Nós sabemos da importância de trabalhar com esse tema dentro das escolas, mas nesse momento está sendo discutida a Base Nacional Comum Curricular, que é esta base que vai trazer todas as diretrizes e princípios e pautar os currículos estaduais e municipais. Então, nós estamos em um momento extremamente oportuno, essa base ela está em consulta, as consultas se iniciam em julho e se encerram em 11 de setembro e a proposta, eu ainda a proposta isso para a Câmara Técnica, a proposta é que nós apresentemos um documento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecendo algumas contribuições para essa base considerando aí a temática aí de recursos hídricos. Nós estamos nesse momento. Eu vou depois divulgar para todos vocês o calendário dessas consultas públicas, que é importante que vocês participem delas já façam essa intervenção aí na base, para que em um segundo momento nós consigamos desenvolver outras ações que fortaleçam essa temática dentro das escolas. E as duas últimas, os dois últimos assuntos mencionados estão relacionados à comunicação, tanto de definir diretrizes de comunicação para o sistema, como pensar em uma estratégia de comunicação do plano. A prioridade do plano ela colocou a CTEM como interlocutora, uma atribuição da ANA com o Ministério do Meio Ambiente, e é um desafio, ao mesmo tempo que a capacitação e a educação ela foi identificada na pesquisa como algo que avançou bastante, a questão da comunicação ela teve um baixo avanço. Então, esse é um desafio da CTEM de avançar aí nessa questão das diretrizes para a comunicação tanto para o Singre, quanto para a Política Nacional de Recursos Hídricos. E nós vamos iniciar agora, fruto até desse encontro formativo, uma formação dos Conselheiros, dos representantes da CTEM, e com isso nós podemos pensar também na ampliação de um processo formativo para o Conselho Nacional de Recursos como um todo, já aproveitando os cursos disponíveis pela ANA, pelo Ministério do Meio Ambiente, pensando talvez em trilhas pedagógicas e entendendo as lacunas por formação dos Conselheiros do CNRH e considerando a alta rotatividade. Então, é algo que a CTEM pode contribuir, um diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas e os demais representantes. É isso. Obrigada

(Palmas!).

A SR^a ROSELI SOUZA (SRHQ/MMA) – Na sequência, é a CTIL. A CTIL que é a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, o presidente é o Júlio Tadeu, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Bom, esses são os principais, sempre lembrando o que a Roseli mencionou no início, para todas as Câmaras Técnicas tem muito mais assuntos que estão sendo tratados e estão sendo previstos a serem tratados. Esses três são os principais relacionados às prioridades do plano e também relacionado com a atividade hoje ou para este ano. Então, na CTIL essa primeira proposta que compatibiliza a Resolução 106 de 2010 e a 159,

ela, na verdade, já foi deliberada. A 106 ela é uma Resolução que trata da implantação do Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos, e a 159 das assembleias dos diferentes segmentos. Essa 106 ela vinha sendo discutida, vinha necessária a sua reformulação, e nós na análise verificamos que uma é interdependente da outra. Então, existe uma proposta que já foi discutida na CTIL, na última reunião, foi aprovada, sobre uma nova Resolução englobando as duas, porém, não deu tempo para trazer para esta reunião agora do Conselho. Então, ela deve ficar para a próxima reunião de Conselho. Então, esse procedo assunto praticamente já está resolvido dentro da CTIL. Essa revisão do Decreto 463/2003, que regulamenta o Conselho e dá outras providências, no fundo o que esse Decreto trata é da composição do Conselho. E isso está na pauta também para começar a discussão na CTIL na próxima reunião, lembrando os mais antigos e dizendo aos mais novos, em 2006 o Conselho aprovou uma proposta, uma moção porque isso aí é um Decreto, tem que ser uma moção do Conselho encaminhado à Casa Civil, propôs a alteração, em 2006 propôs a alteração da composição do Conselho. Essa proposta ficou, está na Casa Civil desde 2006, claro que já são 11 anos e talvez ela necessite ser, se for o caso, no mínimo ser reavaliada outra vez para ver se as necessidades de composição permanecem as mesmas ou não. E aí com outras sugestões nós podemos ter essa, vai ter essa discussão, que deve iniciar na próxima reunião. Revisão da Resolução 5 que trata do funcionamento e da composição dos Comitês de Bacia. Também é uma das primeiras Resoluções que o Conselho fez, todos os Comitês de rios federais eles seguem estritamente essa Resolução. Os de rios estaduais a maioria dos Estados adotaram essa Resolução internamente também. Mas tem algum outro detalhe que nós precisamos revisar, enfim, documentos a serem apresentados, forma, enfim, composição, inclusive. Então, isso vai estar, é matéria de pauta também da CTIL. E essas três são atribuições diretas da CTIL. Esse último item é a atividade permanente. Então, tudo que vocês viram anteriormente em todas as Câmaras Técnicas é pauta da CTIL também. Então, conforme a Câmara Técnica aprova, ela passa na CTIL, a Resolução, moção, ou seja, o documento, passa na CTIL para dar uma análise de sua viabilidade legal e institucional. Não entra no mérito, se for o caso de ter alguma dúvida sobre o mérito, devolve, quer dizer, nós não discutimos o mérito, quer dizer, o mérito já foi discutido pela Câmara Técnica anterior, se tiver alguma questão legal aí a CTIL pode devolver, em geral devolve à Câmara de origem para que seja adaptada aos comentários. Então, são esses além de ter também aquelas coisas, essa atividade permanente, como, por exemplo, recomposição de Câmara Técnica, e outras coisas que nós fazemos sempre, todo ano tem essa atividade. Obrigado.

(Palmas).

A SRª ROSELI SOUZA (SRHQ/MMA) – para as duas próximas Câmaras Técnicas eu vou convidar o diretor Sérgio para ele fazer uma explanação sobre elas.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (Diretor de Recursos Hídricos - SRHQ/MMA) –
Bom, em primeiro momento registrar que essas duas Câmaras Técnicas tanto a CTCOST quanto a Transfronteiriças elas estão tanto quanto ainda adormecidas, vamos dizer assim, e nós precisamos reativá-las. É um compromisso do qual o Secretário Jair também colocou de que como nós temos 10 Câmaras Técnicas, e temos temas para essas Câmaras Técnicas, principalmente agora com a Resolução das prioridades. Com a Resolução das Prioridades o Conselho, esse pleno pautou também as Câmaras Técnicas com temas importantes. Então, nós vamos ter, revistando agora, colocando as prioridades dadas pelo Conselho, fazer um trabalho inicial de verificação junto aos órgãos que indicaram os seus representantes nas respectivas Câmaras, nas duas para que eles possam confirmar ou fazer novas indicações de representantes. Então, essa é a nossa meta mais imediata de reativação, quer dizer, voltar os trabalhos. Sendo que para a CTCOST especificamente, nós já começamos a desenvolver dentro do Ministério um trabalho conjunto com a Diretoria de Gestão Ambiental e Territorial, o DGAT, que é uma Diretoria nossa, a antiga DZT, que tem uma área, uma gerência específica costeira, que tem demandas importantes dentro da Política de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, de atividade. Então, através dessa integração também das duas diretorias do DRH com o DGAT, nós já fizemos algumas reuniões com a Gerência Costeira, que é o Doutor Regis que é o gerente, nesse mês agora, há uma semana o Secretário Jair esteve em um grande encontro, no 10º Encogerco, que é um encontro costeiro nacional, que foi na cidade da Rio Grande, onde nós tivemos também uma demanda forte dos presentes, dos estudiosos da academia, das universidades e de outros órgãos, que são, se não me engano, 17 Estados que têm gerenciamento costeiro, e desses estavam lá presentes 11 Estados. Que também trabalharam fortemente até em função da história que está nos dando essa questão também, além da importância, mas tem a intrusão salina, tem a questão das mudanças climáticas, tem os eventos extremos. Então, essa questão de uso ocupação do solo, a integração da Política de Recursos Hídricos com a Política Costeira, então temos uns desafios muito interessantes e importantes, temos que estar mais presentes e trabalhando com isso. Então, nós já estamos, nós retomamos o caderno específico do programa 9 que tem no plano e retomando isso para nós possamos, essa está um pouco mais ainda adiantada da retomada dessa Câmara Técnica que devemos já fazer logo no semestre agora que se inicia, no segundo semestre já uma reunião de recomposição e debate de uma agenda positiva, específica, mais firme e respeitando e levando, lógico, como obrigação também essas questões apontadas para definir a agenda de trabalho e discutir formas de implementação do programa. Então, esse é o informe específico dessa Câmara de Gerenciamento Costeiro. Fora isso, então, nós vamos contar também com o Conselho com esse Departamento Interno, o DGAT de Gerenciamento Costeiro, de apoio direto, independente, vai estar direto conosco no Conselho nos ajudando nessa pauta. E a Transfronteiriça também faz parte de um trabalho de retomada com um cuidado um pouco maior porque ela trata também de acordos e questões entre países. Então, claro, ela precisa ter, é importante também retomando o que está constando na prioridade da questão das Bacias Transfronteiriças e os Rios Transfronteiriços, fazendo uma articulação aí com o apoio direto do Ministério do Meio Ambiente, da Assessoria Internacional que é o

nosso braço de conversa com o Ministério das Relações Exteriores. Então, a ASIM nossa trabalhando com a ASIM da ANA e trabalhando com o MRE, nós vamos também fazer um trabalho de retomada dessa atividade que também é fundamental e importante. Então, o que nós teríamos um pouco para falar e também dar o nosso compromisso, esse segundo semestre agora já trabalharmos com essas, além das 8 que já estão em pleno vapor essas duas outras retomando essas atividades. Seria isso. Obrigado.

(Palmas!).

A SRª ROSELI SOUZA (SRHQ/MMA) – Para encerrar, Conselheiros e Conselheiras, no ano passado nós aprovamos, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou 12 Resoluções e 2 moção. Só deixar registrado e solicitar a todos que divulguem as nossas Resoluções e moções para que elas sejam efetivamente implementadas. Então, agora eu acho que abrimos para as perguntas.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Eu agradeço os palestrantes, Jussara, Zoltan, Luiz Henrique, Lilian, Roseli, Lineu, Renata, Júlio e Sérgio que falaram sobre as ações das 10 Câmaras Técnicas do CNRH. Agora, vamos passar a palavra para os comentários dos senhores Conselheiros. O primeiro inscrito foi o Jeferson, que pediu primeiro e em seguida passarei aos demais.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Unesp) – Bom dia, quase boa tarde a todos, Jefferson Nascimento de Oliveira, ex-presidente da CTCT e representante das organizações técnicas de ensino e pesquisa, pela academia. Bem, muito bom ver aí o trabalho que nós fizemos nesses últimos anos à frente da CTCT, eu só queria uma ressalva, não sei e foi colocado, as oficinas foram sobre o uso racional e reuso, não sei se estava constando ali, posso ter passado batido, estava, não é? Maravilha, porque isso é mais importante dentro do cenário que nós temos hoje neste País. O uso racional e depois o reuso, porque integrar essas duas coisas e a minha fala vai ao encontro de quem está aqui do meu lado, que coordenou toda a ação do Interágua nessa questão de reuso do qual nós fizemos parte de várias reuniões e, inclusive da última reunião e do seminário sobre reuso da água a nível Brasil, eu e o Antônio também que está sentadinho ali, a respeito dessa situação. E cabe informar que meta dessa nossa antiga gestão e também para a futura, que integrar o que foi discutido, os resultados propostos nesse Interágua para o País porque essa condição de escassez ela vai continuar mesmo com a integração com águas subterrâneas, mesmo com cobrança, isso não vai mudar, em minha concepção em um curto prazo. Parabenizo a todos, e sucesso aos novos Presidentes, como sugestão também as nossas... Fortalecer todas as Câmaras Técnicas que são muito importantes e retornar os trabalhos, eu acho que a Câmara

Costeira, como o Sérgio colocou, retomando, é muito importante, transfronteiriços também, trazer de novo o MRE para cá, que não sei se está com o representante do Ministério das Relações Exteriores aqui presente, mas é importante esse fortalecimento das Câmaras fortalecendo o Conselho. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Muito obrigado Conselheiro Jefferson. Com a palavra o Conselheiro Ivo.

O SR. IVO MELLO (IRGA) – Senhor Secretário, senhor diretor, colegas Conselheiros, nós preocupados com a Câmara, com o não funcionamento da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, nós enviamos um ofício a semana passada à Secretaria-Executiva aqui do Conselho Nacional de Recursos Hídricos com alguns considerandos, com algumas argumentos aí, trazendo mais ou menos o que o diretor agora colocou aí dentro para reativar as atividades, mas eu queria acrescentar algumas coisas porque nós somos um pouco mais antigos e, inclusive eu resgatei aqui a ata de uma reunião um Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, da Câmara Técnica de Gestão Transfronteiriça, ela está disponível no site do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e só para chamar atenção da importância de acontecer, nós estamos sugerindo que seja retomado e retomado com uma reunião descentralizada. E eu explico porquê. É porque nós trabalhamos lá naquela região hidrográfica do Rio Uruguai, nós temos desde essa de 2007 essa reunião aqui, vai fazer 9 anos agora, está fazendo 9 anos, nós temos dito já e aprovado aqui na Câmara a intenção da Câmara sugerindo ao Conselho da criação do Comitê do Rio Uruguai. Está aqui o colega de Santa Catarina e a representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul que estão tratando esse assunto, nós não temos conseguido evoluir, mas chamar atenção da importância disso porque vocês não têm ideia da quantidade de iniciativas que entre Uruguai e Argentina, que aparecem e caem no nosso colo e dizem assim, vamos resolver os problemas do Rio Uruguai, aí chamam todos, não sei quem, vem, não vem, um monte, mas são tudo iniciativas totalmente desarticuladas, principalmente do nosso Sistema de Recursos Hídricos, totalmente desarticulada, elas não têm nada a ver, essa semana em uma cidade argentina na fronteira lá, teve um evento de 2 dias promovido, inclusive por chancelarias lá, por governos provinciais e etc., chamando para fazer, discutir problema de gestão na Bacia do Rio Uruguai. E cada vez que vem chamar, que falam conosco, que estamos lá, nós não podemos estar nem opinando, nós até, eu sou Conselheiro inclusive do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas isso tem que acontecer via sistema de gestão, sistema estabelecido de gestão de Recursos Hídricos. Então assim, a importância da Câmara para nós que estamos na fronteira, dividimos águas com outros países aí e, inclusive com legislações, por exemplo, da pesca do peixe dourado, e do surubim, que ela funciona do meio do rio para a Argentina é de um jeito, do meio do rio para o outro lado brasileiro é de outro. Aí chega em Santa Catarina também é diferente entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Então, não existe praticamente nada de integração e isso com certeza, minimamente para discutir e tentar colocar Santa Catarina, Rio

Grande do Sul ou o Castelhana e o Brasil em uma mesma mesa de discussão para nós tentarmos acordar coisas que funcionem, porque senão o pescador que está do lado de lá ele está cumprindo uma lei e eu cumprindo outra. Então, vocês não imaginam o imbróglio que é isso. Então, eu gostaria de deixar, Secretário, essa sugestão está manifestada oficialmente aqui à Secretaria-Executiva, para que haja. Nós sugerimos para levar lá para o Sul porque na oportunidade há 9 anos atrás, para vocês veem como é importante essa internalização, essa integração de outras regiões nas pautas do Conselho, e nessa ata aqui nós temos uma demanda que foi colocada lá na época pelos irrigantes, e que ela foi internalizada na pauta do Conselho e no Rio Grande do Sul foi resolvido. Que era um problema de que as legislações, os legisladores, analistas ambientais, Ministérios Públicos não se acertavam em relação à liberação, a outorga ou a licença para fazer barramento para preservação de água no uso de múltiplos, mas principalmente uso na irrigação. Está resolvido isso no Rio Grande do Sul, um grande, porque foi debatido em CTIL, não é Júlio? Foi debatido em tudo quanto foi instância aqui no Conselho, não se chegou bem a um consenso, mas os atores que participavam dessas discussões acabaram entendendo isso e o Rio Grande do Sul hoje tem uma legislação específica para poder fazer essas intervenções. E nós estamos, inclusive, para esta data que são 21 e 22 de agosto, nós estamos propondo a Jussara já foi embora, nós estamos propondo a realização de um segundo seminário visando estudo de agências de bacia no nosso Rio Grande do Sul, no primeiro foi o ano passado lá em Santa Maria, nas dependências da UFSM, a professora Jussara colaborou bastante e nós estamos propondo um segundo evento nesse momento e trazendo uma sugestão, viu Júlio? De que nós aproveitemos o Programa Marco, porque ele parece que está esquecido, os documentos que eram para vir não vieram, o manual de boas práticas de irrigação que nós elaboramos não apareceu ainda, já faz um ano que foi. Então, porque o Programa Marco lá com projeto o projeto piloto Quaraí Quaram, deixou muitas, mas muitas discussões profícuas de gestão integrada entre países, de águas transfronteiriças. E nós gostaríamos que a Câmara Técnica na primeira pauta, se foi Uruguaiana, ótimo, se não, se foi em Brasília ou outro local, melhor como seja, do jeito que for decidido, que tome essas pautas do programa marco, inclusive porque elas foram muito profícuas, deixaram documento muito bons para que nós possamos trabalhar na gestão proativa e sustentável de Recursos Hídricos Transfronteiriços. Então, fica a nossa sugestão e a nossa parceria para contribuir e trabalhar, eu sou um, na última Constituição agora aprovada por este Conselho da Câmara Técnica de Gestão Transfronteiriça, nós estamos lá, o IRGA está representado por nós como um dos membros da Câmara e nos colocamos à disposição para trabalhar em conjunto, em parceria para que nós possamos recuperar essa pauta importantíssima para nós. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –
Obrigado, Conselheiro Ivo. Conselheiro Paulo Robson, pediu.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (Comitê Gravatahy) – Na realidade é rápido, eu peguei carona aqui no microfone. Bom dia a todos e todas. Fazendo eco às palavras do Ivo, eu tinha proposto a me manifestar em assuntos gerais, mas este assunto surgiu agora e como representante dos Comitês nós temos debatido essa questão da Câmara Técnica Transfronteiriça, nós temos um representante. E é importante a atuação, o início ou reinício dessa Câmara em função das políticas, do fortalecimento do sistema, eu acho que isso fundamental, nós do País, no Brasil não podemos ter ou não ter política, ou não estar atuando e os outros países tendo uma política definida, como o Ivo disse, a metade do rio é uma coisa na outra metade é outra e fica a indefinição de todos. A questão, eu como represento todos os Comitês não vou, aceito a defesa do Ivo, não só do Rio Grande do Sul, mas nós vemos, temos que ver uma visão do País todo, na questão do Acre, a questão dos Estados onde nós temos fronteiras com outros países. Então, de fundamental importância a retomada dessas Câmaras para o fortalecimento do sistema. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – obrigado, Conselheiro Paulo Robson. Conselheiro Zoltan. É o Zoltan Presidente da Câmara Técnica.

O SR. ZOLTAN ROMERO C. RODRIGUES (CTAS/CNRH) – Sou apenas o presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, mas como o que eu vou falar é exatamente sobre a apresentação das Câmaras Técnicas, e principalmente das novas, que estão sendo retomadas, não são tão novas, mas estão recomeçando, há um aspecto que desde 2004, 2005 eu e alguns membros da ANA temos discutido a necessidade de gestão integrada de águas superficiais, subterrâneas, e isso ainda não está bem claro para as pessoas, as influências que existem. E no caso da gestão integrada e gerenciamento costeiro, por exemplo, a água subterrânea é uma discussão essencial, porque, por exemplo, não sei se o pessoal aqui sabe, mas a pior coisa que pode acontecer num poço em uma área costeira é ele rebaixar pouco porque se ele rebaixa pouco parece que tem muita água e tem, é água do mar. Então, é só uma questão de tempo até esse poço que rebaixa pouco em uma área litorânea estar salinizado. Então, é um é um aspecto que eu acho que a CTCOST não pode deixar de incluir nas suas discussões, a influência da cunha salina e da entrada de água que, inclusive pode afetar a qualidade dos rios na foz, porque uma vez que o aquífero é salinizado, como ele tem ligação com os rios, esse sal vai passar a sair dos rios e vai aumentar a salinidade dos rios nas zonas costeiras. Outro aspecto já é com a Câmara Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços, que é também similar. Por que. Quando se fala em recursos transfronteiriços as pessoas pensam basicamente em rio, mas têm os aquíferos transfronteiriços, e mais, têm os fluxos subterrâneos transfronteiriços, e a Bahia que é o Estado onde eu trabalho, não faço fronteira com nenhum País, mas existem fronteiras com os Estados. Então, por exemplo, a chuva que cai na Bacia do São Francisco no Estado da Bahia, é chuva, então é chuva ali, no Estado da Bahia, na Bacia do São Francisco. Boa parte dela, na verdade, já está medido, já justiça não é mais uma discussão, já foi medida pela

1972 ANA e por outros estudos, essa chuva que cai na Bahia na Bacia do São Francisco
1973 migra pelo fluxo subterrâneo em um volume de 253 metros cúbicos por segundo para
1974 a Bacia do Tocantins, quer dizer, isso não é uma migração assim como algumas
1975 pessoas, não, como o Aquífero Urucuia é um aquífero livre, isso é uma questão de
1976 semanas, foi medido que chuvas que caíram na Bahia na Bacia do São Francisco, 3,
1977 4 semanas depois já estavam nascendo lá na Bacia do Tocantins, em volumes dessa
1978 ordem. E isso eu estou falando de uma área pequena, que é literalmente aquela área
1979 fronteira entre Bahia, Tocantins e Goiás, quer dizer, quando nós estamos falando
1980 de recursos hídricos transfronteiriços não são só os rios transfronteiriços, também
1981 têm que ser discutidos os aquíferos transfronteiriços e as discussões que isso vai ter,
1982 porque, por exemplo, hoje, seguindo estritamente a Constituição Federal, claro que
1983 ninguém vai fazer isso, isso é maluquice e etc., mas seguindo estritamente a
1984 Constituição Federal eu poderia construir uma tremenda bateria de poços no oeste
1985 baiano, estaria dentro do Estado da Bahia, tirando água que está infiltrando no
1986 Estado da Bahia, que está no aquífero no Estado da Bahia, e bombear todos esses
1987 253 metros cúbicos por segundo que garantem as nascentes no Tocantins, sem
1988 estar violando lei nenhuma. Eu estou absolutamente dentro da lei, cumprindo tudo
1989 certinho e tudo de acordo. E Tocantins que sentisse falta da água. E isso não seria
1990 sentido 1 ano, 2 anos, 3 anos depois. Seria sentido apenas algumas apenas depois.
1991 Só esse detalhe porque eu acho essas duas Câmaras muito importantes, mas que
1992 elas não devem esquecer da água subterrânea. Só isso. Muito obrigado.

1993
1994
1995 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –**
1996 Obrigado Presidente Zoltan. Conselheiro Willy, por favor. O último orador inscrito da
1997 manhã.

1998
1999
2000 **O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA (Fonasc) –** Bom dia colegas do Conselho. Bom dia
2001 equipe do Ministro Zequinha, nosso secretário aqui. Wily Ortiz, da região serrana do
2002 Rio de Janeiro, sociedade civil, Fonasc. Eu queria exaltar o item de pauta da CTIL
2003 que foi comentado aqui pelo Senhor Presidente, o Júlio, queríamos enaltecer o que
2004 está sendo discutido no momento, a recomposição do Conselho Nacional e o
2005 Conselho embora já tenha prestado muitos serviços à política das águas no Brasil ao
2006 longo desse tempo todo, mas ele não acompanha uma linha de coerência que
2007 fundamenta e é a plataforma da política das águas no Brasil. Ele é muito setorial e
2008 participativo, mas essa participação ela é muito pequena ainda, não está de acordo e
2009 nem coerente como deve ser a política das águas no Brasil. Sobrecarrega em
2010 responsabilidade do Governo Federal que tem dois representantes por cada
2011 Ministério, o que não é necessário, não é uma questão qualitativa e sim quantitativa.
2012 Então, nós convidamos todos os colegas a participarem, reflitam sobre essa
2013 recomposição que nós vamos começar a discutir e que a CTIL teve a brilhante ideia
2014 de colocar em pauta, convido e insisto para que dialoguemos entre nós, que nós
2015 possamos fazer um modelo mais justo, não por uma questão democrática ou
2016 participativa, mas por uma questão qualidade e eficiência de gestão, que isso que é

a proposta da política das águas que busca com essa plataforma que completa agora 20 anos que foi exaltada aqui pela mesa. Obrigado, Secretário.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado Conselheiro Wily. Então, vamos dar um intervalo para o almoço. Ficaram dois temas só para a parte da tarde, mas de muita importância, que é o Projeto Legado que vai ser apresentado pelo Presidente da ANA e as ações em Mariana que está apresentada pela diretora Gisela. Nos assuntos gerais será tratado sobre o 8º Fórum Mundial da Água. Então, peço a gentileza de que todos estejamos aqui pontualmente às 14h para reiniciarmos os trabalhos. Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Só para informar, o nosso restaurante, quem está acostumado a almoçar aqui no restaurante do Ministério, ele não está funcionando. Está certo? O Ministério do Planejamento tem um restaurante no bloco C aqui ao lado. O bloco AGU aqui do lado tem? O da Agricultura um pouquinho mais à frente também tem.

(Intervalo para almoço).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Vamos dar início aos nossos trabalhos. Convido os senhores Conselheiros a tomarem os seus lugares. Dando continuidade à 37ª Reunião do CNRH. Vamos para o item 4, convidando o Dr. Vicente Andreu, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, para realizar a apresentação do projeto legado para a Gestão dos Recursos Hídricos do Brasil. Com a palavra o Dr. Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas) – Boa tarde a todos os Conselheiros. Jair e Sérgio agradeço também a oportunidade de estar falando aqui com todo o Conselho Nacional a respeito desse projeto que está intitulado como um legado para a Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. Inicialmente também dizer que esse trabalho está sendo conduzido por todas as áreas da Agência Nacional de Águas, com participação de todas as áreas e a equipe interna que está trabalhando nesse processo também está aqui presente. Então, a Socorro está aqui conosco, o Volney, o Maurício Andrés e o Libânio, que ontem estava preparando um “zap” para mim quando estava três a zero para o Cruzeiro, mas ele antes de conseguir mandar e-mail para mim, ele teve que recolher e não conseguiu mandar e-mail para mim ontem à noite, porque uma vitória de três a três que o Palmeiras conseguiu também. Cumprimentar o Humberto, o nosso superintendente aqui presente, a Gisela, eu vi também o Thierry da Agência Nacional de Águas, o Rogério Menescal, o Marcos Neves, todos aqui presentes. Bom, eu pensei em apresentar para vocês a discussão sobre o legado de duas maneiras, a

2063 primeira é falar um pouco sobre a contextualização, o seu contexto, os seus
2064 princípios e depois falar um pouquinho sobre como nós pretendemos que esse
2065 processo aconteça, se desdobre, além do que já foi feito. Nós aproveitando o fato do
2066 debate, inclusive aqui mesmo no Conselho, nesse auditório acerca dos 20 anos da
2067 Lei e aproveitando também a realização no Brasil em março do ano que vem do 8º
2068 Fórum Mundial, entendemos que era importante que nós aproveitássemos esse
2069 potencial desses dois eventos, mas em particular da realização do 8º Fórum Mundial
2070 das Águas, que nós pudéssemos fazer algumas reflexões e propostas objetivas
2071 acerca de diversas avaliações que já foram realizadas ao longo do tempo acerca do
2072 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e aproveitando esse
2073 conjunto de avaliações que já foi feito, seja no Conselho Nacional, eu me recordo
2074 inclusive de quando eu era secretário também dentro da Secretaria no Congresso
2075 Nacional, diversos trabalhos, algumas instituições como a própria CNI também
2076 apresentou avaliações, avaliações de organismos como a OCDE e tudo mais, mas
2077 pensamos que aproveitando esse conjunto de avaliações que já foi realizado, que
2078 nós criássemos uma agenda propositiva para cada uma, ou pelo menos para parte
2079 dessas lacunas que as pessoas enxergavam no âmbito do Sistema Nacional de
2080 Recursos Hídricos. Então, pensamos em constituir uma agenda a partir desse
2081 conjunto de avaliações sobre lacunas existentes no sistema e que esse processo,
2082 claro que ele sempre possibilita um processo de reflexão, mas que ele ao invés de
2083 ser apenas mais um processo de reflexão sobre o sistema, procurasse a partir
2084 daquelas avaliações que são razoavelmente consensuais entre nós apresentar
2085 propostas objetivas para cada uma dessas lacunas. É evidente que esse é o
2086 propósito, nem tudo tem resposta e mesmo assim as propostas que nós estamos
2087 apresentando inicialmente, elas não são propostas definitivas, mas elas pretendem
2088 ser a partir, ou também de propostas já existentes no sistema, ou a partir de uma
2089 formulação inicial das equipes da Agência Nacional de Águas de trazer para
2090 discussão, a cerca desses problemas, uma proposta objetiva que dê respostas a
2091 cada uma delas. Então, de maneira muito concreta há uma avaliação, no sistema
2092 tem vários exemplos, há uma avaliação geral no sistema sobre o funcionamento do
2093 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Começar inclusive por aí. Então, qual foi a
2094 ideia? A ideia é de que há uma certa avaliação geral de que um Conselho Nacional
2095 precisaria ter um Conselho com número razoável, ele não poderia ser expandido,
2096 não podia ser largado demais, porque isso dificultaria o próprio funcionamento; há
2097 uma avaliação geral de que um Conselho Nacional não pode ter de partida nenhum
2098 tipo de maioria preestabelecida, porque isso limita a capacidade de decisão do
2099 Conselho; uma avaliação de que no Conselho Nacional os Estados não estão
2100 representados. Então, se é um Conselho Nacional, porque não que todos os Estados
2101 estejam representados, é uma visão de que os municípios não tenham uma
2102 representação dentro do Conselho Nacional. Então, esses tópicos de uma maneira
2103 geral, eles fazem parte das avaliações que o sistema, ao longo desse tempo todo,
2104 produziu. Então, a partir dessas avaliações, nós procuramos sistematizar uma
2105 proposta inicial que nós estamos apresentando para a discussão nesse processo e
2106 eu vou explicitar como funciona esse processo. Outro exemplo, há uma identificação
2107 histórica, por parte do sistema, de que a formação, a constituição de Comitês de
2108 Bacia Hidrográfica em algumas regiões do Brasil, particularmente na região

amazônica, ela é tremendamente dificultada pela interpretação que nós temos a respeito da montagem de um Comitê de Bacia Hidrográfica, na totalidade da bacia hidrográfica, que se aplica e não é à toa que a maioria dos comitês estão nessas regiões, se aplica perfeitamente a Região Sul, a Região Sudeste do Brasil, mas que já começa a apresentar limitações, até mesmo para o Centro-Oeste, mais ainda para o Nordeste do Brasil e acentuadamente para a Região Amazônica. Então, a partir dessa constatação o que nós formulamos como uma proposta inicial para a discussão? De que o importante para a Gestão de Recursos Hídricos, obviamente é poder atuar preventivamente, ou durante situações de conflito, em áreas de conflito existente, ou conflito potencial. Então, apresentamos uma proposta inicial que dê resposta a essa avaliação, vamos dizer assim, quase que histórica da nossa impossibilidade de prática de montar Comitê de Bacia Hidrográfica em grandes extensões, quem vai pensar um Comitê de Bacia Hidrográfica em quatro milhões de quilômetros quadrados, como é o caso da bacia hidrográfica do Amazonas. Então, tem uma proposta inicial para isso. Mais um exemplo, com isso encerro, há sempre uma discussão por parte dos Comitês de Bacia Hidrográfica à cerca da capacidade financeira de um funcionamento adequado por parte das agências de bacia. É claro que isso é uma função com várias variáveis, o valor na bacia e tudo mais, mas sempre houve um questionamento de que esse limitante de 7,5% restringia tremendamente a capacidade de que um Comitê de Bacia Hidrográfica tivesse uma agência que tenha a natureza executiva, mas que tivesse também uma agência que pudesse dar respostas a natureza de um Comitê de Bacia que precisa de equipes de assessoria, precisa de contratos de consultoria, precisa realizar reuniões, precisa editar materiais, precisa dialogar com a sua base, ou seja, ela não pode ser interpretada simplesmente como uma agência executiva. Então, sempre houve um questionamento de que esses valores são valores limitados. Aproveitando, então, uma proposta que já está em andamento há um tempo no Congresso Nacional, que propõe o aumento de 7,5 para 15%, nós estamos trazendo a discussão de que uma possibilidade, então, para responder a essa lacuna do Sistema Nacional, é de que se eleve esse valor de 7,5 para 15%. É uma proposta e nesse caso, como mencionai, é uma proposta já baseada inclusive em formulações que estão em andamento no Congresso Nacional. Então, nós procuramos ao longo desse período e a ideia aqui é que na sequência eventualmente da minha fala, e ajudando, tirando algumas dúvidas, ou algumas colocações que vocês queiram fazer, a equipe inclusive está... É você que vai fazer Libânio? O Libânio está aqui a posto. Nós vamos fazer a apresentação da maneira como estamos fazendo ao longo desse processo. Então, a ideia é a de apresentar contribuições de tal maneira que possamos construir dentro do sistema uma visão razoavelmente uniforme em torno de medidas que visam superar essas lacunas identificadas. Em alguns momentos havia a compreensão e foi levantado isso, e nós estávamos fazendo uma revisão da 9433. Isso é uma questão importante, porque a revisão pressupõe que você pode olhar para aquela legislação e revê-la integralmente. A ideia não é fazer uma revisão, mas sim uma identificação dessas lacunas e fazermos uma proposta de aperfeiçoamento do sistema, e da legislação existente. Nós imaginamos que esse conjunto de contribuições a partir de uma proposta inicial, que é uma provocação da Agência Nacional de Águas, é uma agenda para discussão acerca dessas propostas,

2155 precisaria seguir um rito de discussão que contemplasse dois aspectos. O primeiro
2156 deles que qualquer pessoa interessada nesse processo obviamente pudesse
2157 participar e dar a sua contribuição. Então, no nosso site, no site da Agência Nacional
2158 de Águas, qualquer pessoa sabendo disso, conhecendo, acessando o site,
2159 entendendo que deva dar uma contribuição, ele pode fazer uma contribuição acerca
2160 de incluir, rever, modificar, excluir qualquer uma dessas propostas. Mas pensamos
2161 também em uma discussão qualificada a respeito dessas propostas. Então,
2162 pensamos uma agenda, já realizamos várias, realizamos com ONGs, com a
2163 indústria, a indústria inclusive duas reuniões, uma com a CNI e outra
2164 especificamente com todas as federações de indústria do Brasil; já fizemos com a
2165 navegação, com o setor hidrelétrico, com os Comitês de Bacia Hidrográfica, fizemos
2166 várias reuniões e tem um calendário de reuniões aonde para público, vamos chamar
2167 assim, jamais conhecedores e participantes do processo de recursos hídricos, para
2168 que nós fizéssemos uma discussão qualificada com cada um deles, apresentando,
2169 discutindo e formatando essas possibilidades de melhoria em torno das nossas
2170 propostas. Se no começo havia uma certa confusão, e vou falar um pouquinho sobre
2171 isso aqui também rapidamente, se no início havia uma certa confusão de papéis,
2172 chegou a haver algum questionamento na primeira ou segunda reunião, nas demais
2173 o que temos sentido é que a resposta a essa iniciativa, é uma resposta muito
2174 positiva, inclusive com essa estratégia que eu mencionei de aproveitar a realização
2175 do 8º Fórum Mundial do Brasil, por quê? Porque isso vai chamar a atenção da
2176 Sociedade Civil, vai chamar a atenção dos tomadores de decisão, vai chamar a
2177 atenção do Congresso Nacional; no caso brasileiro, vai chamar a atenção inclusive
2178 de candidatos, porque nós vamos estar em um ano especial de eleições no nosso
2179 país, de tal maneira de chamar a atenção deles para esse conjunto de propostas que
2180 está em elaboração para que nós tenhamos, então, um novo conjunto de proposta
2181 que visem a melhoria do nosso sistema. Esse processo de discussão no início,
2182 como eu falei, houve alguns questionamentos se nós estávamos substituindo
2183 algumas instâncias. Em particular, a instância do Conselho Nacional e obviamente
2184 que como esse é um processo de discussão a resposta é simples, obviamente que
2185 não. O Conselho Nacional tem todas as suas prerrogativas de discussão e
2186 formulação acerca da política, mas o que nós propomos é um debate amplo acerca
2187 de medidas que precisam ser, podem ser, ou que entendemos que precisam ser
2188 tomadas para melhoria do sistema, não há qualquer substituição das atribuições do
2189 Conselho. No momento também havia uma dúvida, mas vocês estão falando aqui em
2190 melhoria e aperfeiçoamento dos instrumentos de cobrança, e essa discussão
2191 também está acontecendo no Conselho Nacional e é normal, porque esse processo
2192 não substitui ou paralisa o Conselho Nacional. Então, se o Conselho Nacional tomar
2193 alguma decisão acerca de alguns desses problemas que nós apontamos
2194 inicialmente, e que se tenha alguma Resolução a esse respeito, obviamente que
2195 essa proposta sai do conjunto do legado, porque ela já está superada a partir dessa
2196 discussão. O mesmo raciocínio vale em relação ao Congresso Nacional, significa
2197 que nós não temos nenhuma demanda a favor, ou contra o que esteja acontecendo
2198 no Congresso Nacional, e o Congresso Nacional não discute mais nada, enquanto o
2199 legado não chegar ao final, obviamente que não, porque se essa proposta, como eu
2200 dei como exemplo, passar dos 15% para o valor da cobrança para as agências

2201 passar no Congresso Nacional, ou outro valor que do nosso entendimento seja uma
2202 proposta melhor do que a proposta que nós temos hoje; isso sai do conjunto de
2203 propostas que estão sendo elaboradas. Portanto, não substituí, nem paralisa seja o
2204 processo de discussão, seja o funcionamento de todas as instâncias, em particular,
2205 do Conselho Nacional. Havia uma dúvida também se ao se fazer uma discussão
2206 sobre uma proposta de Resolução, por que ela parece no legado como uma proposta
2207 de Resolução, isso não deveria ser função das Câmaras Técnicas, isso não deveria
2208 ser função exclusivamente do Conselho Nacional? Evidente que a Câmara Técnica e
2209 o Conselho Nacional terão que eventualmente apreciar qualquer medida que venha a
2210 ser tomada em Resolução, mas a lógica do processo, ele impõe evidentemente que
2211 nós tenhamos uma proposta objetiva e por ser uma proposta objetiva, nós
2212 procuramos nesse processo de legado, inclusive definir o que como fazer cada
2213 substituição que nós julgamos que seja necessária. Se nós estamos substituindo as
2214 Resoluções do Conselho Nacional, poderíamos dizer, mas nós estamos nos
2215 colocando na condição, por exemplo, do Presidente da República, por quê? Porque
2216 algumas das propostas que estão no legado, estão redigidas assim e são de Decreto
2217 Presidencial, porque para termos a proposta de maneira objetiva. Outra das
2218 propostas, elas são medidas de proposta de Lei, nós temos a capacidade, nós
2219 Conselho, de propor medida legal? Não tem, têm suas instâncias, no máximo a
2220 medida de autoria popular, mas quem vai propor é um deputado. Então, qual é a
2221 ideia? É que aquela proposta que apresentemos inicialmente, obviamente fruto do
2222 processo amplo de debate, ele já tenha uma base bastante consistente para aquilo
2223 que é necessário para que a proposta seja viabilizada. Então, ela não é tanto mais
2224 um processo de reflexão, porque esse processo de reflexão já aconteceu, não
2225 significa que ele está completo, ou que não precisa ser feito mais, mas aquilo que já
2226 aconteceu de reflexão, nós estamos procurando trazer como proposta objetiva, como
2227 uma agenda propositiva e essa agenda propositiva para cada um desses seus
2228 aspectos apresenta qual é a medida concreta, projeto de lei, um Decreto, uma
2229 Resolução. Acredito que sejam basicamente esses três formatos que nós temos.
2230 Então, a ideia é construir um processo amplo de discussão qualificada a partir de
2231 uma proposta inicial para suprir essas lacunas. Como é que pretendemos que esse
2232 processo se desenrole? Inicialmente uma primeira fase, que essa fase de discussão
2233 com os setores, discussão qualificada, inclusive essa no dia de hoje, que poderá se
2234 esgotar aqui no Conselho, evidentemente não com os Conselheiros, como poderá
2235 ser refeita se o Conselho entender que pode fazê-lo em um outro momento até de
2236 uma maneira mais abrangente, se assim entender, fazer um processo de discussão
2237 qualificada. Essa proposta de discussão qualificada é feita a partir de um documento
2238 inicial, que é um documento que nós estamos chamando de documento zero, esse
2239 documento zero já sofreu ao longo dessas discussões algumas modificações. Então,
2240 nós estamos na versão 0.2 do documento. Nesse processo de discussão, que nós
2241 pretendemos que se encerre por volta de meados de agosto deste ano, nós vamos
2242 construir o que estamos chamando de Documento 1, versão um do documento; e aí
2243 entra a formulação desse documento da versão e a etapa seguinte, que vou relatar,
2244 obviamente haverá um processo de aprimoramento, mas obviamente o tempo já não
2245 é tão amplo. Feita a versão nº 1, nós então faríamos uma discussão coletiva, não
2246 mais setorial, discussão coletiva com todos esses agentes que participaram desse

2247 processo em um seminário que nós ainda estamos definindo o formato, mas que
2248 será um dia, serão dois dias, se será grupo, se será o tempo todo com todo mundo
2249 junto, que metodologia nós vamos adotar, ainda não está claro para nós qual seria
2250 mais eficaz para um processo como esse, mas a ideia é que em novembro e não
2251 mais setorialmente, nós juntemos todos os setores e possa construir o que nós
2252 estamos chamando de um consenso razoável a cerca dessas propostas. Na
2253 discussão, inclusive com a indústria, eu recebi esse questionamento: “mas o que é
2254 um consenso razoável? ”. O consenso razoável é aquilo sobre o qual no nosso ponto
2255 de vista não há uma discordância significativa por parte do sistema em relação
2256 àquela proposta; se obviamente uma proposta, ela é uma proposta com um nível de
2257 dissenso de discordância muito grande dentro do sistema, quando chegar em
2258 novembro obviamente essa proposta não seria incluída no processo de legado. Esse
2259 processo também não é um processo, como é uma construção de um consenso e de
2260 construir uma legitimidade em torno da proposta, ela não obriga, nem limita as
2261 pessoas aquela proposta. Então, se nós apresentamos no processo de legado uma
2262 proposta qualquer que alguém entenda que aquilo deva ser de maneira diferente, ou
2263 que não se opõe veementemente, mas que não concorda com elas, esse processo
2264 de discussão não vincula nenhuma das instituições, ou pessoas que discutem nesse
2265 processo para que tenham compromisso formal com esse documento, mas ele é um
2266 processo político de construção de um certo acordo em torno daquilo que seria
2267 necessário, ou é necessário, para o aprimoramento da legislação. Em novembro,
2268 então, com base no Documento 1, que seria divulgado previamente, fechado a fase
2269 do Documento 0, vamos para esse seminário. Feito esse seminário, nós
2270 pretendemos construir, então, o que a gente está chamando de documento final.
2271 Com esse documento final, a ideia é que nós passemos a trabalhar com os agentes
2272 políticos, ou mesmo dentro do Conselho Nacional, no sentido de transformar aquela
2273 agenda numa agenda prioritária e aproveitar a realização do 8º Fórum, como
2274 mencionei desde o início, para que nós possamos, então, no 8º Fórum conseguir
2275 apoio dos parlamentares, de ministros, de governadores, de candidato a
2276 governadores, que nós consigamos construir, então, o apoio necessário durante o 8º
2277 Fórum para que nós possamos viabilizar esse conjunto de propostas o mais
2278 rapidamente possível. Então, o processo é esse. Como vai acontecer no 8º Fórum?
2279 Ainda não está definido, mesmo porque o próprio processo do 8º Fórum de
2280 funcionamento das mesas e tudo mais, também não está definido, mas a ideia é no
2281 mínimo nós temos um evento paralelo e aí se é um dia, se é o Fórum inteiro, se é
2282 uma tarde, isso também não está claro, mas que aonde nós procurássemos trazer
2283 para a discussão acerca desse documento que foi construído daqui até lá, nós
2284 pudéssemos trazer esses atores, esses agentes e conseguir deles o apoio
2285 necessário para que essas medidas sejam implementadas. Então, se alguns
2286 demandam por projeto de leis, conseguir o apoio de parlamentares, deputados e
2287 senadores para que ele se comprometam com aquelas propostas que nós estamos
2288 apresentando para que aquelas propostas possam andar rapidamente no Congresso
2289 Nacional, se elas refletem em medidas de Resolução do Conselho, que as Câmaras
2290 Técnicas definidas, obviamente a partir de então pelo Plenário do Conselho
2291 Nacional, defina para as Câmaras Técnicas: olha, os temas importantes para
2292 discussão na Câmara Técnica são esses a partir desta proposta inicial; e aí as

2293 Câmaras Técnicas dentro do processo de discussão vão decidir se aquela proposta
2294 vai ser modificada dentro do processo legítimo da Câmara, como vai ser o processo
2295 legítimo no Congresso Nacional. Então, em linhas gerais é isso, é um processo de
2296 construção de uma agenda propositiva que visa apresentar proposta para o
2297 aperfeiçoamento da legislação do Sistema de Recursos Hídricos com propostas
2298 objetivas para cada um desses temas. O processo de decisão a respeito do que vai,
2299 ou não vai para o documento ao longo desse tempo. O que nós pensamos, mas isso
2300 precisou de algum ajuste, era de que todos aqueles que participam desse processo
2301 de discussão com os senhores e as senhoras aqui passariam a compor um grupo de
2302 análise das propostas subsequentes que estão sendo apresentadas. Então, vamos
2303 supor tem uma proposta de quinze só para facilitar e depois em alguma reunião
2304 específica alguém sugere quatorze, nós vamos modificar, ou não, os quinze pelos
2305 quatorze? Então, a ideia é de que todos aqueles que participam desse processo, que
2306 têm os seus e-mails nesse processo, eles recebam previamente por parte da
2307 Agência Nacional de Águas um e-mail dizendo o seguinte: “olha, tem uma proposta
2308 assim, a Agência Nacional de Águas acha que essa análise é pertinente, e, portanto,
2309 opinem, nós devemos ou não mudar de quinze para quatorze? ”. Vai ser dado um
2310 prazo, está sendo dado um prazo e aí nesse prazo a omissão, ou seja, a não
2311 resposta é entendida como uma aprovação, porque senão você ficaria com isso
2312 indefinidamente em aberto, mas aqueles que queiram sugerir. Sim, concordo, pode
2313 fazê-lo, não precisa responder; ou não, não concordo, eu acho que deva ser mudado
2314 para 14,25, qualquer coisa desse tipo. Então, se abre um novo processo a respeito
2315 dessa discussão específica. Então, esse processo é um processo que
2316 cumulativamente todos aqueles que participam dessa discussão, eles são
2317 convidados a contribuir, opinar sobre o que deve ser agregado, ou não ao
2318 documento. E por último, com isso eu vou encerrar as reuniões. Nossas reuniões
2319 setoriais são todas, não sei se ainda está ao vivo, mas elas permitem a participação
2320 por Videoconferência. Então, a próxima todos são avisados, aqueles que desejam
2321 fazem o contato e entram com a reunião setorial, eu acho que a próxima é a Abdib.
2322 Então, a próxima reunião é a Abdib lá em São Paulo. Então, todos que desejam
2323 podem acompanhar a reunião por teleconferência e a ideia é que cada reunião
2324 dessa, não sei se já está assim, eu acho que não, poderia ser transmitida ao vivo,
2325 mas elas são gravadas e ficam disponíveis como um acervo para qualquer consulta
2326 posterior. Então, é dessa maneira que nós estamos procurando combinar a
2327 necessária discussão ampla e aberta para qualquer contribuição nesse processo,
2328 mas também com uma discussão qualificada, como nós fazemos aqui setorialmente
2329 no Conselho Nacional. Tem uma que eu acho que vai ser interessantíssima também,
2330 a Jussara também estará convidada, que nós estamos chamando com os dirigentes
2331 da Agência Nacional de Águas da BRH, todos aqueles dinossauros do sistema, nós
2332 estamos marcando também uma reunião com dinossauros, estamos pensando, já
2333 fizemos os contatos, mas ainda não viabilizamos com a CNBB, CNBB todos sabem
2334 que é uma instituição importante também. Então, discutir com a CNBB, apresentar o
2335 legado; o legado é o Fórum? Eu não falei explicitamente, mas obviamente que está
2336 demonstrado, não, o legado não é o Fórum, o legado poderia acontecer com ou sem
2337 o Fórum, e o Fórum poderia acontecer com ou sem o legado. A ideia é aproveitar a
2338 realização do Fórum, incluir essa discussão lá dentro. Acho que a confusão, tem

2339 muita confusão sobre isso, não me preocupa, porque a confusão trabalha no
2340 fortalecimento da discussão que nós fazemos, porque as pessoas entendem que
2341 essa é uma discussão relativa ao Fórum, de certa medida é, muito embora não seja
2342 vinculada. E que esperamos, então, que a partir de março do ano que vem, nós
2343 tenhamos de uma maneira razoavelmente unitária entre nós uma unidade
2344 razoavelmente grande de propostas que visem à melhoria do Sistema Nacional de
2345 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então, inicialmente é isso e devolvo a palavra
2346 aqui ao Jair.

2347
2348
2349 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH)** – Muito
2350 obrigado. Agradeço as palavras do palestrante Vicente Andreu, nosso ilustre vice-
2351 presidente da ANA, além de Conselheiro presidente da ANA. E abro a palavra aos
2352 presentes que desejam se manifestar. Algum Conselheiro queira fazer o uso da
2353 palavra? Conselheira Patrícia, quase não enxergo, só enxerguei o crachá.

2354
2355
2356 **A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBONI BOSON (FIEMG)** – Boa tarde a todos. Boa
2357 tarde presidente Vicente. Bom, em primeiro lugar, elogiar a iniciativa, eu acho que
2358 um ponto de convergência para essas reflexões é sempre muito importante, ele tem
2359 toda razão. Há muito que nós vimos grupos aqui e grupos ali fazer reflexões sobre o
2360 sistema; tem os amantes do sistema, eu me coloco nele, não sou dinossauro, mas
2361 sou amante, têm aqueles que são contra. O sistema enfrenta desde o início uma
2362 discussão de genes, o grupo ambientalista sempre ficou muito revoltado de ter dois
2363 Conselhos, porque a água é meio ambiente, nunca entendeu muito bem a gestão
2364 hídrica com a gestão de alocação para usos múltiplos, achou que estava se
2365 roubando do meio ambiente o olhar ambiental da água e não está nada. O Conama
2366 não perdeu nenhuma das suas competências, o sistema ambiental não perdeu
2367 nenhuma competência em relação à água, enfim. Então, há muito que nós vimos
2368 mesmo, então, convergir no documento, eu acho sempre louvável alguém ter essa
2369 coragem, essa iniciativa de colocar. E ser uma coisa institucional também é bom,
2370 porque não adianta ser um grupo de academia, um grupo de organização civil e
2371 muito menos ainda um grupo de usuários. Então, quer dizer, isso é uma coisa
2372 institucional também é interessante. Incomoda-me um pouco, mas sei que a você
2373 também, eu tenho um filho palmeirense e um cruzeirense Vicente, você acredita, um
2374 palmeirense doente e outro cruzeirense doente, aí eu fugi de casa. Bom, eu sei que
2375 isso te incomoda também, é o nome legado. Legado é um testamento, de quem?
2376 Quem está deixando esse testamento? Então, assim, não sei se isso pegou e não
2377 tem mais jeito de reverter, é igual a Praça da Savassi que chama Diogo Nogueira,
2378 mas ninguém fala Diogo Nogueira, só fala Savassi, então não adianta. Diogo
2379 Vasconcelos. Bom, não sei se pegou, não sei como é, mas me incomoda, sabe,
2380 porque não uma agenda de compromissos, uma agenda de reflexão, um termo
2381 coletivo de compromisso, alguma coisa desse tipo, enfim, mesmo que o apelido fique
2382 legado, tentar reverter essa questão do legado, que traz uma questão ruim. Outra
2383 coisa que eu não sei como, eu não tenho a receita, mas precisava nós pensarmos, é
2384 como colocar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ele não pode estar na

2385 mesma medida de ouvir a indústria, ouvir as ONGs e ouvir o Conselho, não é isso,
2386 ele não pode ser isso, ele não pode ser uma parte, ou ele internaliza de alguma
2387 forma, de uma forma mais institucionalizada, enfim, nós temos que pensar um meio,
2388 já que a iniciativa não partiu desse Conselho, ao menos ver se ele se insere nisso de
2389 uma maneira mais institucionalizada, ele não pode ser o mesmo peso da indústria,
2390 da ONG. A outra questão é que eu acho é que temos que dar um peso assim, bem
2391 grande e na sua fala eu vi que esse peso existe que é no fortalecimento desse
2392 Conselho. De todas as falas, eu falei hoje de manhã, vou repetir, os estudos que
2393 OCDE têm feito a partir de um intercâmbio com a ANA, todas as falas são de
2394 fortalecimento do Conselho. Há várias divergências sobre se é a forma, se é o
2395 número de gente que enfraquece, se é a pauta que enfraquece, se é uma questão,
2396 mas o fortalecimento do Conselho é uma tônica. E aí eu queria casar uma coisa com
2397 o que foi dito hoje de manhã, foi apresentado um trabalho de indicadores para
2398 acompanhamento e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, eu achei muito
2399 interessante e lá tem uma série, apresentação foi muito rápida, mas pelo que nós
2400 conhecemos tem uma série de ferramentas, de cenários que podem ajudar nessa
2401 construção do fortalecimento do Conselho. Um deles, por exemplo, que foi da
2402 Câmara Técnica sobre a Câmara Técnica, as metas da Câmara Técnica, eu acho
2403 que aquilo tem uma indicação boa sobre a questão, porque têm havido na nossa
2404 história muito mais as Câmaras Técnicas pautando Conselho, do que o Conselho
2405 pautando a Câmara Técnica, quer dizer, a Câmara Técnica tem que funcionar se o
2406 Conselho demandar, ela não pode ser uma coisa permanente, porque aí você tem
2407 brilhantes pessoas lá com espírito público muito elevado, todos doidos para fazer as
2408 coisas, mas não pode ser a vontade dessas pessoas, ou desse grupo que vai pautar
2409 o Conselho, eu acho que tem que ser o Conselho, que tendo uma demanda, consulte
2410 a Câmara Técnica sobre aquela demanda específica. E essa coisa de trazer temas
2411 para cá e o Conselho levantar a bandeira para saber se aquele tema é bom, ou ruim,
2412 não é bem assim que a coisa se dá. A demanda tem que nascer mesmo e forte. E aí
2413 nessa linha é só para..., porque casou com essa apresentação e lá só pelas metas
2414 das Câmaras e pela atuação das Câmaras, nós sentimos o que realmente é
2415 permanente e o que não é. E não é que o assunto não seja importante, o Conama,
2416 não é Gisela, tem um Fórum, um núcleo que quando tem um assunto, que é
2417 importante, reúne aquele assunto e resolve aquele assunto, não é uma Câmara
2418 Permanente sobre aquele assunto. As Câmaras estão diretamente relacionadas as
2419 pautas. E têm uma outra Câmara, que é o CIPAM, que é muito interessante também,
2420 que avalia a admissibilidade daquilo, porque às vezes um Conselheiro quer uma
2421 coisa, não quer dizer que é demanda do Conselho, aquilo é avaliado a
2422 admissibilidade podia resolver esse problema. Então, eu fortaleceria nesse Termo de
2423 Compromisso o compromisso de fortalecimento do nosso Conselho Nacional de
2424 Recursos Hídricos, que eu discuto se foi a forma, porque ele já foi forte do mesmo
2425 tamanho que está hoje, da mesma forma que está hoje. Então, o que ocorreu?
2426 Talvez o que ocorreu um pouco foi até a perda de status da Secretaria, nós tínhamos
2427 uma Secretaria que era de recursos hídricos e de repente jogaram o lixo nela, depois
2428 tiraram o lixo dela, enfim. Foi uma confusão e já cheguei na época quando assumiu a
2429 Izabela mesmo, não sabiam nem onde colocar a Secretaria, não sabiam se
2430 colocavam nas mudanças climáticas, quer dizer, essa reflexão histórica tem que ser

2431 feita. E termino pedindo realmente para nós revermos também essa proposta do
2432 calor é assim, eu acho que nós temos que aperfeiçoar um pouco o processo de
2433 aceite e de busca, e talvez o Conselho Nacional possa fazer um papel balizador
2434 dessa questão nesse processo de forma a fortalecê-lo também nesse sistema. É
2435 isso. Obrigada.

2436
2437
2438 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –**
2439 Agradeço a Conselheira Patrícia. Mais algum Conselheiro quer fazer o uso da
2440 palavra antes da manifestação do Dr. Vicente? Inclusive Dr. Vicente, antes da sua
2441 manifestação, gostaria de sugerir que esse documento legado, ou outro nome que
2442 venha ter de acordo com a sugestão da Conselheira Patrícia, seja enviado para
2443 análise das Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que
2444 naquilo que couber seja analisado pelas Câmaras Técnicas, eu acho que seria
2445 interessante, seria mais uma contribuição aí para esse processo. Com a palavra o
2446 Dr. Vicente.

2447
2448
2449 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Diretor-Presidente da Agência Nacional de**
2450 **Águas) –** Enquanto você falava Patrícia, eu olhei aqui e sugiro que todos façam o
2451 mesmo. O conceito de legado é um conceito muito amplo, talvez o mais simples seja
2452 esse, o mais comum, que você mencionou como sendo alguém deixando alguma
2453 coisa, mas é missão, vocês deem uma olhada, é um conjunto muito grande, o nome
2454 não é o melhor, que se cria uma confusão, não é bom. Nós adotamos um sobrenome
2455 ao legado. Então, se tiver apresentação, vocês vão ver que o legado ganhou um
2456 sobrenome que explicita, mas é aquela coisa, que sobrenome é bem maior do que o
2457 nome. A minha sugestão para que nós resolvamos isso de comum acordo é o
2458 seguinte, vamos manter legado durante esse processo que é interna e nós que
2459 estamos participando sabemos mais ou menos o que é. Quando chegar em
2460 novembro, nós pensamos sobre isso e é quando começa a etapa mais externa de
2461 discussão, que ele ganhe o seu nome definitivo, e que nós nos apresentemos depois
2462 no Fórum Mundial e para a discussão depois de fechado o documento com nome
2463 que seja mais apropriado, e que seja mais fácil de ser entendido, mas como isso já
2464 aconteceu com muita gente, está andando e muito embora não seja o melhor
2465 apelido, é como quem perde o cabelo é o careca, eu ainda não cheguei a tanta
2466 coisa, mas não é o melhor apelido, pode ser bonitão, pode ser uma outra, mas eu
2467 sugiro manter o apelido de legado interno, mas fica aqui como um compromisso
2468 nosso de no seminário, quando for para a etapa externa, que é para discussão com
2469 senadores e com tudo mais, com todos, com a sociedade, com a mídia e tudo mais
2470 nós arrumemos um nome mais apropriado e aí até recomendo vocês fazerem, pode
2471 ser. Mas, assim, Patrícia apresentar uma sugestão efetiva para que nós no seminário
2472 discutimos e adotemos esse nome definitivo quando for etapa para fora, mas nesse
2473 processo interno aqui, até para não criar, assim, mas participei da discussão do
2474 legado, agora vocês estão aí... Deixa aí com esse apelido, com esse sobrenome,
2475 mas que nós tenhamos o compromisso. Você fez uma série de colocações, que são
2476 de conteúdo, e obviamente eu respeito e acho que a discussão aqui não é tratarmos,

2477 mas é fundamentalmente com a questão do método, o método e Conselho Nacional.
2478 Sempre há, por parte da corporação, uma tendência a que as corporações sejam
2479 assim detentoras de todas as responsabilidades referente quais temas. Eu vou fazer,
2480 vou começar por uma inversão. Muito disso aqui é Congresso Nacional, então nessa
2481 linha, nós deveríamos estar discutindo nas comissões do Congresso Nacional as
2482 questões que envolvem legislação, obviamente que não é, porque é um debate da
2483 sociedade e é o Congresso Nacional, é claro que compete discutir, mas compete
2484 decidir em forma de Lei aquelas discussões. As instituições internas do Conselho
2485 Nacional não são para criar formulações para discussão externa na sociedade.
2486 Então, uma Câmara Técnica discutindo a cerca de um tema, ela propõe Resoluções
2487 para o Conselho Nacional, é uma função deliberativa e isso não é um processo
2488 deliberativo; isso é um processo de discussão política, que pretende ser o mais
2489 democrático possível, mas obviamente que o tempo e as condições são sempre
2490 limitadores, mas ela é uma discussão de natureza política, ela não ensaja, como
2491 ensaja uma Câmara Técnica com uma decisão do Conselho Nacional, ela não
2492 ensaja uma decisão, o Conselho Nacional decide, o Conselho Nacional, ou no
2493 máximo recomenda a promoção, mas o Conselho Nacional tem uma função
2494 executiva como o Congresso Nacional, e o Conselho Nacional não substitui e nem
2495 estamos equiparando a discussão com os setores do sistema para essa discussão.
2496 Competirá ao Conselho Nacional dentro das suas instâncias deliberar sobre aquilo
2497 que for transformado em proposta de Resolução. A outra coisa são os Conselheiros,
2498 que não é o Conselho Nacional, e aí para os Conselheiros evidente que a nossa
2499 ideia, inclusive, era de que os Conselheiros fossem envolvidos no processo de
2500 discussão dos setores, mas quando você chama o setor elétrico, não vieram os
2501 Conselheiros do Conselho Nacional, vieram outras pessoas, mas nós chamamos, os
2502 irrigantes até vieram, o Ivo estava lá, participou conosco, mas outros não eram do
2503 Conselho Nacional, por quê? Porque os irrigantes entenderam participar daquela
2504 reunião com outras pessoas. Então, vejam a contradição que é, quando chamamos a
2505 indústria, em parte, eram os Conselheiros, mas em parte não eram os Conselheiros.
2506 Então, essa não é uma discussão de Conselho, eu falo isso por convicção, se tiver
2507 errado, nós reformulamos, mas isso não é uma discussão de Conselho, essa é uma
2508 discussão de sociedade, de usuários, de pessoas interessadas de pessoas que têm
2509 contribuição que depois será decidido, porque o legado não decide nada, não tem
2510 nenhuma decisão no âmbito do legado, o legado propõe construir uma unidade
2511 política do sistema em torno das medidas necessárias para o seu aperfeiçoamento,
2512 ele não está propondo nenhuma medida objetiva. Bom, se alguém coisa for do
2513 Conselho, como eu já mencionei, essa questão do Conselho aí sim será discutida
2514 dentro do processo do Conselho; se alguma coisa for Lei, aí sim será discutido no
2515 âmbito do Congresso Nacional; se outras serão decretos, nós vamos fazer uma
2516 pressão política para que a Casa Civil, Presidente da República, decida sobre aquela
2517 proposta que o conjunto do sistema se propõe. Então, eu tenho completa convicção
2518 de que trazer para dentro do Conselho é um limitante para o processo, você coloca o
2519 Conselho como o órgão máximo que ele efetivamente é, mas como o representante
2520 de toda comunidade de recursos hídricos, o que ela obviamente com todo respeito a
2521 todos nós não é, nenhum de nós aqui representa o conjunto do sistema e podemos
2522 pensar isso sim em um mecanismo melhor de envolver os Conselheiros, mas há de

se supor que os Conselheiros deveriam..., era essa a ideia, mas não aconteceu de que os Conselheiros viriam com uma representação quando você chama o setor, chama o setor da agricultura no Governo Federal, vem os representantes do Conselho, ou uma parte deles, mas algumas pessoas, não foi assim que aconteceu, navegação não foi assim que aconteceu. Os setores preferiram discutir momentaneamente com outros representantes. Agora, e os Conselheiros necessariamente ficam de fora, ou vão fazer uma reunião como essa aqui, que talvez não dê tempo de discutir? Claro que não. Então, eu diria assim, eu particularmente estou muito à vontade e todos sabem disso o quanto nós apostamos no processo de discussão. Então, se os Conselheiros estão interessados, vamos fazer uma discussão específica de dia inteiro, vamos montar essa reunião com os Conselheiros, mas não será, nem pode ser pela natureza do propósito, não será e nem pode ser uma reunião do Conselho Nacional, ou uma discussão de uma Câmara Técnica do Conselho Nacional. Aí me desculpem, seria uma tentativa inclusive do próprio Conselho Nacional de aprisionar o processo de discussão, que é um processo político, não é um processo de deliberação; o processo de deliberação será tomado dentro das instâncias legítimas que inclusive poderão, vamos supor que aprovemos uma Resolução que modifique o Conselho Nacional, dá um exemplo, o Conselho Nacional é isso, isso e isso, nós aprovamos no meio do legado, aí essa proposta vem para o Conselho Nacional, o Conselho Nacional manda para Câmara Técnica, a Câmara Técnica é obrigada a aprovar? Ela pode modificar, ela está resguardada na sua autonomia? Evidentemente que sim. Então, não podemos inverter isso para fazer com que a discussão aconteça só dentro da Câmara Técnica para que depois flua para a sociedade. Essa é a minha opinião em relação a esse ponto. As outras questões que você levantou, como eu falei, acho que são mais de conteúdo, de opinião a respeito de certos temas, que vão nessa direção, mas agradeço em particular, é esse o propósito mesmo, eu sei que todos têm convicção disso e a ideia é o fortalecimento do sistema, e dentro do fortalecimento do sistema o fortalecimento dos Comitês de Bacia, dos órgãos gestores e particularmente do Conselho Nacional como órgão máximo do sistema. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado. Muito bem, a nossa ideia é justamente que, através das Câmaras Técnicas, o Conselho pudesse contribuir para esse documento. Foi nesse sentido que eu fiz a proposta de que o documento fosse submetido para que as Câmaras Técnicas, no que coubesse, pudesse dar a sua opinião. Essa opinião seria uma contribuição para o legado que você está propondo. Essa foi a minha ideia, mas aqui ideias são ideias. Podemos refletir sobre isso.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas) – Eu insisto em dizer que não se pretende que as pessoas que participam de uma Câmara Técnica não discutam, mas esse não é um processo da Câmara Técnica, porque a Câmara Técnica não decide, o Conselho Nacional decide. Então, uma proposta da Câmara Técnica, da Câmara Técnica, não dos membros da

Câmara Técnica, é uma proposta que têm legitimidade dentro do sistema para ser a proposta a ser submetida ao Conselho, ou ela pode ser discutida lá fora? Então, eu só queria insistir nisso de que o processo é um processo democrático de discussão, ele não substitui as instâncias, as instâncias não deliberam. Então, se tem um deputado que vem discutir conosco, significa que o Congresso Nacional está fazendo já a discussão naquele processo? Evidentemente que não. Então, eu só queria entender, porque senão passa a impressão, e está muito longe disso, de que se pretende excluir o Conselho Nacional, as instâncias do Conselho Nacional da discussão. As instâncias do Conselho Nacional, são instâncias do Conselho Nacional; o Conselho Nacional é Conselho Nacional; os Conselheiros, as pessoas que têm as suas contribuições, quanto de vocês não têm contribuição que não é aprovada em uma Câmara Técnica? Quer dizer que ou só discute na Câmara Técnica, ou não pode discutir? Quantas das pessoas têm discussões que não são as discussões da Câmara Técnica, só podem acontecer dentro da Câmara Técnica. A Câmara Técnica é um processo de deliberação, claro que é de discussão antes da deliberação, mas ele delibera no sentido de encaminhar ao Conselho claro, tem a sua limitação, mas ele delibera. Isso não é um processo de deliberação. Então, eu insisto Jair, para não passar uma visão arrogante, excludente, qualquer coisa assim, é uma concepção de como é que nós fazemos essa discussão com os entes. Vamos supor que não tivesse Conselho nenhum, abstrai. Então, é isso, é como se a sociedade não pudesse discutir as questões do Congresso Nacional, não, essas coisas do Congresso Nacional só são discutidas no Congresso Nacional. Então, eu insisto para não confusões de papéis, o que não significa a não discussão com os Conselheiros; para isso, volto a dizer, estaremos abertos para quantas reuniões os Conselheiros entenderem que especificamente na condição de Conselheiros precisa ser feito. Volto a dizer, nós erramos, mas isso é um problema nosso também. A representação dos setores muitas vezes não foi a representação do Conselho Nacional, isso é um problema que nós temos que olhar e encarar como uma realidade.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Com as suas palavras, eu gostaria de reiterar que quando pedi que as Câmaras fossem ouvidas, não é no sentido de deliberar, jamais deliberar sobre uma proposta, mas contribuir naquilo de suas alçadas de deliberação para o documento. Tão somente isso.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas) – Jair, eu vou encaminhar a Secretaria Geral do Conselho para encaminhar as Câmaras Técnicas e depois nós vamos ver, porque aí é um teste, se a Câmara Técnica vai discutir, enquanto Câmara Técnica, duvido que o faça, mas pode ser que o faça, ou se ela vai discutir, enquanto pessoas que compõem a Câmara Técnica. Na minha opinião, vai acontecer desse jeito, mas para que nós não fiquemos aqui em dúvida e qualquer coisa, nós estaremos encaminhando oficialmente, apesar que é público, encaminhar aos Conselheiros, mas pedindo, sugerindo que você encaminhe,

inclusive as Câmaras Técnicas, e as Câmaras Técnicas façam dentro delas a discussão que quiserem sabendo que elas não, nesse processo, não deliberaram sobre aquele conteúdo, porque inclusive uma posição da Câmara Técnica pode ser mudada pela discussão dos setores que compõem o Sistema Nacional. Só para não ter dúvida.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Nenhuma dúvida Vicente, é só no sentido realmente de contribuir, é uma sugestão que eu coloquei e que se acatada será só isso. Está bom? Não é tão somente uma sugestão de contribuir, porque eu entendo que esses documentos, essa proposta que você lançou é de suma importância para que o aperfeiçoamento do nosso sistema e do nosso arcabouço jurídico que rege o assunto. Percy está inscrito.

O SR. PERCY BAPTISTA SOARES NETO (CNI) – Bom, boa tarde. Dr. Vicente, por óbvio eu vou e acho que várias das coisas que nós vamos colocar aqui, nós já dissemos na reunião que teve a ANA com a rede de recursos hídricos da indústria. Primeira coisa, eu quero colaborar com o que a Patrícia disse, eu acho que o grande mérito do legado é colocar a proposta na mesa e não botar diagnóstico na mesa. Eu acho que por isso ele já é um processo de sucesso, nós já avaliamos tanto esse sistema pela primeira vez está lá tem Minuta de Decreto, tem Minuta de Resolução. Então, acho que tem matéria-prima para uma discussão mais avançada, nós subimos alguns degraus aí no debate. Eu não acho aí, com todo o respeito discordando do senhor, que essa manifestação do Conselho seja corporativismo, eu acho que ela é e pode ser um institucionalismo, uma institucionalidade. Eu acho que esse não é um processo da sociedade e acho que esse é o mérito, foi o que a Patrícia falou também, o mérito dele é ser um processo que está sendo apresentado em todos os lugares pelo Presidente da ANA, ele não está sendo apresentado por um líder do movimento social, ele não está sendo apresentado por uma ONG, ele não está sendo apresentado pelo setor usuário. O fato de ele ser um processo apresentado pelo Presidente da Agência Nacional de Água, que é parte do Sistema de Recursos Hídricos, o faz um processo institucional; não o faz um processo da sociedade, e aí porque se ele fosse do movimento espontâneo da sociedade, até poderíamos discutir. Agora, quando a ANA, Agência Nacional de Água, se empenha e aí nesse processo alocando funcionários públicos, quer dizer, é um processo institucional, nós estamos falando de uma proposta de Governo de discutir com a sociedade, e discutir com a sociedade, mas é uma proposta capitaneada pela Agência Nacional de Água; e aí sim entendo e concordo com as manifestações aqui que o Conselho não pode ser visto como mais um ator, não é que ele vá mudar, ou quando a CNI foi convidada para a primeira reunião do legado, ela foi convidada com outros atores que não estavam no Conselho; qual foi a sua primeira atitude lá? dizer: “não, opa, eu quero fazer uma reunião específica com a minha base de representação.”. E na reunião específica com as federações, o que as federações disseram? “Opa, eu quero discutir com a indústria que está no meu Estado.”. A CNI convidou as federações que disseram: “antes de eu opinar, eu preciso ouvir que este é um processo estruturado de discussão com o setor.”. Imagino que os outros setores devem fazer a mesma coisa, e isso acontece com o que está no legado e

com o que está na Câmara Técnica. Quando nós vamos, enquanto indústria em uma Câmara Técnica, o processo é o mesmo, é alinhamento antes, nós ouvimos as federações, se o tema pega algum setor, nós ouvimos o setor. Então, este processo estando, ou não na Câmara Técnica a dinâmica de discussão do setor, que eu imagino que seria bom que fosse de todos, de discutir com os seus pares é a mesma. Eu vou me manifestar, enquanto indústria, claro baseado na indústria tal que tem uma opinião diferente da CNI, óbvio isso vai ter sempre, faz parte do jogo. Agora, eu como representante desse setor preciso ouvir esse setor para me manifestar. Essa é uma institucionalidade. A outra, que acho que é importante, e surgiu na discussão da CTIL, não é Júlio, quando formos discutir os itens prioritários da discussão da CTIL, muitos deles eram para nós começarmos a discutir coisas que no legado já tinha proposta. Então, qual foi a discussão nossa? Por que vou partir do zero, da folha em branco na CTIL para discutir um texto de Resolução, por exemplo, quando o texto que está no legado já está estruturado, opa, por que não pego esse texto do legado e não parto dele na discussão da CTIL, e não preciso esperar fazer isso depois da oficina do legado em novembro, porque se vou discutir uma Resolução de cobrança na Câmara Técnica de Cobrança, eu já tenho um texto no legado, por que vou fazer uma discussão na Câmara Técnica de Cobrança de seis meses de um texto que não é do legado e o legado vai discutir um texto para resolver o mesmo problema do sistema, e aí vou ter uma proposta da Câmara, e uma proposta do legado e isso é perda de carga, que eu estou discutindo os mesmos atores vão estar discutindo em dois lugares ao mesmo tempo as coisas semelhantes, sendo que o espaço institucional é o Conselho. Então, acho que isso mereceria uma reflexão, não sei bem como fazer isso, se eu tivesse proposta, eu já tinha trazido, mas essa ideia surgiu de nós avaliando qual era a agenda da CTIL para esse ano e olhando o índice do projeto legado, e as coisas vão se batendo umas nas outras. Eu acho importante. E a última coisa, eu acho assim, se olharmos a 9433 e olharmos as competências que a Lei dá a este Conselho, está lá entre as competências deste Conselho analisar propostas a serem encaminhadas para o legislativo. Então, eu dizer assim: o que é do Conselho é do Conselho, o que é do Congresso é do Congresso, não; se é uma proposta que vai sair do Executivo, mesmo ouvindo toda a sociedade, para o Congresso, eu acho que mesmo essas propostas atendendo a competência definida na 9433, deveriam sim ser objeto de discussão nesse Plenário, por uma questão de institucionalidade.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –
Agradeço as palavras do Percy. A Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Bom, as minhas palavras eu acho que vão um pouco na linha do que as que me antecederam. Eu penso o seguinte: as Câmaras Técnicas, temos em algumas, principalmente as duas que eu participo um pouco mais, densas discussões e que quando eu tive a oportunidade agora, esses últimos dias, de acessar o projeto, eu fiquei impressionada com a quantidade de coisas que até entendi agora na sua fala que vem justamente de uma sistematização

das coisas que já estão acontecendo. Então, é natural até que todas aquelas coisas que nós nos debruçamos e debatendo apareçam lá. O que significa passar pelas Câmaras Técnicas de alguma maneira? É que como esses temas, muitos deles já fazem parte do dia a dia do debate, nós já temos algumas experiências, algum conceito, alguma visão já discutida. O que seria uma opinião de uma Câmara Técnica? Não substituir o conselho em hipótese alguma, mas trazer, subsidiar o próprio Conselho por conta de já ter um amadurecimento de algumas discussões. Então, tentando pensar numa forma, talvez levar para todas as Câmaras Técnicas. Porque eu fiquei pensando na temporalidade também. Difícil. Porque se esse processo para estar pronto, ou, enfim. Ter resultados, objetivos em novembro. Realmente tem essa dificuldade de temporalidade. A sua sugestão de fazer um dia com o Conselho, talvez fosse possível. Não com o Conselho, com os conselheiros. Talvez as Câmaras Técnicas, aquelas que terão reuniões aí, antes desse dia, pudessem fazer um resumo de como discutiram ao longo desses últimos anos esses temas, qual é a posição que já têm e encaminhar aos conselheiros. E conselheiros então, nesse dia, teriam não apenas a sua própria opinião, mas teriam também alguns subsídios dos assuntos que já foram discutidos dentro do próprio Conselho, no âmbito dessas muitas Câmaras Técnicas. Então, talvez, essa seja uma sugestão de construir esse processo dentro da temporalidade possível, uma vez que seja. Isso não quer dizer que nós no Conselho não iremos nos debruçar posteriormente em cima de todas as propostas que vieram ao Conselho. Porque todas aquelas propostas que estão no Legado que forem propostas de resoluções, elas vão passar para o Conselho e o Conselho vai passar dentro da sua normalidade de discussão aqui dentro. Então, tudo será de novo naquilo que se refere a conceitos, a competência nossas irão correr normalmente. Eu tenho essa leitura. Então muita tranquilidade com relação a isso. Por outro lado, essa discussão com os conselheiros e os conselheiros receberam algum subsídio extra por parte de síntese, alguma que seja, que seja possível ser construída até a data. Dentro daquelas Câmaras Técnicas que puderam dar uma conversada sobre o Legado, enfim, levar aos conselheiros. É bastante positivo porque não fica apenas restrito àquelas opiniões aquilo que é da esfera do Conselho. Nós podemos também dar opiniões até do Conselho, dá opinião sobre matéria a ser levada ao Legislativo, bem lembrado pelo Percy. Então, eu acho que é uma maneira de tentar conciliar essa forma de participação, tendo em vista essas questões de temporalidade.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – O.K.
Agradeço a conselheira Jussara. Mais alguém quer fazer o uso da palavra? Dr. Vicente.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas) – Eu tentei deixar claro, não devo ter conseguido, de que qualquer discussão que aconteça no Conselho a respeito de qualquer decisão, ela exclui essa matéria do Legado. Então, se Conselho Nacional conseguir pegar esse conjunto de resoluções, decidir essas resoluções imediatamente, não tem discussão mais no Legado, gente.

2753 Agora, o que nós não podemos esconder atrás da porta, debaixo da mesa, é que
2754 esses temas que as Câmaras Técnicas estão se debruçando, provavelmente, elas
2755 estão levantadas a milênios. Milênios. Não foi ontem que vocês olharam e falaram:
2756 “vamos discutir sobre isso”. São questões históricas do sistema. Se a Câmara
2757 Técnica decidir. Você foi muito preciso, Percy, porque esse é o objetivo. Se o
2758 Conselho Nacional entender que tem uma proposta inicial nesse conjunto de coisas
2759 que ela já é ponto de discussão inicial, inclusive de decisão, trazer para o Conselho.
2760 Resolvido. Acabou. A ideia. Qual é a finalidade da discussão? É exatamente esse.
2761 Então, veja, não há uma substituição, não há nada. É um processo de discussão
2762 geral. Vamos supor que uma ONG apresente uma ideia na Internet no Globo News e
2763 alguém da Câmara Técnica pega aquela proposta e leva para Câmara Técnica e
2764 discuti. Porque a Câmara Técnica e Conselho são deliberativos. Então, com relação
2765 a parte do meio da sua fala, todos temos total acordo, é para isso mesmo. Vamos
2766 supor que algum deputado veja o Legado e diga: “isso é um Projeto de Lei que vou
2767 apresentar no Congresso Nacional”. Nós vamos dizer para ele: “não. O senhor
2768 espera até novembro. Depois o senhor espera até março. E o Congresso Nacional
2769 só decide em março. O Conselho Nacional só decide em março”. Vamos supor que
2770 cheguemos com pauta zero em março. 100% de sucesso. Leva para o limite. A ideia
2771 é justamente a de viabilizar que aquelas questões históricas do sistema, elas possam
2772 ter um tratamento adequado e pontual. Porque nós não estamos abrindo a discussão
2773 sobre tudo na Lei. Nós estamos discutindo sobre aquilo que nós, o sistema, os
2774 usuários, entendem que precisa de aprimoramento. Então, não há contradição. A
2775 questão que nós nos colocamos aqui de maneira, vamos dizer assim, diferente, é
2776 sobre a concepção do processo e o processo de discussão e decisão. Eu insisto,
2777 mas não faz a menor diferença. Mesmo porque o Conselho é autônomo para fazer o
2778 que desejar, para discutir as propostas do Legado ou qualquer outra coisa. Parece
2779 que o Conselho está limitado por aquilo que consta no caderno de discussão. Se o
2780 Conselho insiste, que as Câmaras Técnicas insistam, vamos fazer. Agora, isso não
2781 paralisa e não substitui um processo de discussão que é geral. Ele não é específico
2782 e limitado a discussão interna dentro do Conselho Nacional. Que o Conselho
2783 Nacional pode fazê-lo a qualquer momento, estando ou não no Legado. Então, se ele
2784 pode fazê-lo a qualquer momento, do jeito que desejar, porque ele precisa pegar
2785 essas coisas e dizer: “para discutir isso, tem que passar necessariamente no
2786 Conselho”. O Conselho tem competências como a de formular propostas para o
2787 Congresso Nacional sobre uma série de questões. Mas, infelizmente, ao longo desse
2788 tempo não conseguimos fazê-lo. Quem sabe se provocado nesse debate. Agradeço.
2789 É esse o espírito de ter. Chega para aquelas questões. Não precisamos tanto de
2790 diagnóstico. Precisamos de uma proposta em torno daquela proposta discutir. Então,
2791 se em torno daquela proposta que estamos apresentando tiver uma aprovação do
2792 Congresso Nacional, ou o Congresso Nacional só poderá apresentar aquilo que está
2793 dentro do Legado, gente. Por quê? Porque o Congresso Nacional tem uma outra
2794 natureza. Isso é um processo de natureza política. Quando o Conselho e, eu vejo, na
2795 minha opinião, vocês sabem como para mim essas questões do processo
2796 democrático e participação é importante. Quando eu vejo que a Câmara Técnica
2797 quer discutir, a Câmara Técnica, na minha opinião, não deve e pode discutir o que
2798 desejar. Ninguém está limitando a Câmara Técnica. Mas, a Câmara Técnica não

discute sobre um processo geral. O que ela pode fazer é pegar, como você mencionou, essa proposta aqui e vamos decidir e ponto. Decidiu igual o Legado, decidi diferente do Legado. Quem tem autoridade para decidir sobre isso? A Câmara Técnica, é o Conselho Nacional. Então, quando tentamos limitar as discussões no âmbito das instâncias, com toda a sinceridade, eu vejo uma ação, mesmo que involuntária, de limitação de cerceamento dessas discussões. Vou mais adiante. As discussões que o setor da indústria discute são as questões que a Câmara Técnica propõe e o setor da indústria discute. Ou antes de propor dentro do setor da indústria leva primeiro para Câmara Técnica para depois levar para a indústria. Por quê? Porque é normal, é legítimo que o setor discuta as suas questões. Então, por que a sociedade, de uma maneira geral, não pode discutir as questões relativas ao sistema nacional? O sistema nacional é propriedade nossa? É propriedade dessa instância? Ao fazer isso, eu vejo que é mais do que contribuir uma limitação da instância, não das pessoas. Por que quais são as contribuições efetivas sobre o sistema? São aqueles que conhecem o sistema. Por isso que estamos dizendo é um processo aberto, mas é um processo qualificado. Os conselheiros são pessoas qualificadas para discutiram esse sistema. Sim. Nós imaginávamos que os conselheiros viriam pelos setores. Não aconteceu. Portanto, vamos envolver os conselheiros. Qualquer sugestão é válida. Os conselheiros. Os membros de Câmara Técnica querem fazer essa discussão, excelente. Por que nós vamos limitar? Eu quero que eles discutam. Mas não é a Câmara Técnica discutindo, são as pessoas da Câmara Técnica, que são conselheiros ou não, que vão discutir e dá a sua contribuição para a constituição do processo. Inclusive, sendo uma contribuição para si próprio. Porque ele pode contribuir para outro, para uma proposta de lei, para um decreto, como ele pode contribuir para si próprio criando uma agenda. Mas é o conselheiro, não é a Câmara Técnica. Então, eu não queria me contrapor, pelo contrário, nós queremos envolver todos os senhores e senhoras que por acaso não conseguimos nesse processo envolver ainda, mas esse processo tem tempo para isso. Como envolver as pessoas que, porventura, não sejam conselheiros, mas participam da Câmara Técnica e deem as suas contribuições. Ivo, me permita usá-lo, só como uma menção, que é idêntica de vocês. Quando fizemos a discussão ontem ou anteontem, com o setor da agricultura, qual foi a posição do setor que você representa? Excelente. Eu vou fazer essa discussão. Dentro do meu fórum de representação e depois vou trazer novas contribuições. É isso que pretendemos. Mas, esse fórum de contribuição de vocês está todo dentro da Câmara Técnica? Claro que não. Então, é só essa menção. Na minha opinião, não vamos trazer para a instituição do Conselho o que ele limita para fora e limita para si próprio. Porque ele limita para si próprio. “Não. Eu vou discutir coisas que são da minha responsabilidade, mas vou apresentar para o Legado”. Olha só a contradição. São minhas responsabilidades, mas vou apresentar como uma sugestão para Legado. O Conselho não apresenta sugestão para o Legado. O conselho discute e delibera para dentro de si, o que quiser, inclusive utilizando propostas que já estejam dentro do Legado. Então, eu existo e se não construirmos aqui, dificilmente construirá, mas eu me comprometo junto com a nossa equipe que está discutindo isso no Legado, de apresentar em poucos dias para a Secretaria Geral para divulgação para todos vocês do Conselho Nacional. Como que nós envolvemos os conselheiros do Conselho

2845 Nacional nesse processo e como nós envolvemos os representantes da Câmara
2846 Técnica, que não são conselheiros, nesse processo. E aí, buscarmos. Que é isso
2847 que nós queremos, Jussara. Mas volto a dizer, o método é fundamental e o método é
2848 de discussão. Por último, a liderança do processo. Isso foi uma coisa muito discutida
2849 entre nós. Ela precisa de alguém que inicie esse processo. Mas, vejam, não tem no
2850 Legado nenhuma proposta de resolução da ANA. Por quê? Porque as resoluções da
2851 ANA são competência da ANA. E ali não se trata de um Plano de Ação da ANA, se
2852 trata de uma discussão de aperfeiçoamento do sistema. A mesma coisa valeria para
2853 o Conselho Nacional. Então, se alguém tem alguma proposta de resolução da ANA e
2854 tudo mais, os fóruns são outros. Agora, você incluir uma questão que é da sua
2855 competência. Nós dizíamos o seguinte: “uma coisa é Plano de Ação outra coisa é
2856 Legado”. Plano de Ação é o que está sob a sua exclusiva responsabilidade, portanto,
2857 no nosso caso, ANA. As questões do Legado são aquelas que dependem de outros
2858 para sua realização. Quem são os outros? Os que têm competência, o Conselho
2859 Nacional, o Presidente da República e o Congresso Nacional. É só isso, gente. Mas
2860 eu me comprometo, como eu falei, a partir da sugestão do secretário, das
2861 contribuições da indústria, da contribuição da Jussara, de sugerir. Isso para não ficar
2862 também na ideia de temos um problema, mas não tem proposta. Como nós estamos
2863 na fase das propostas, nós apresentaremos. Mas o Conselho decide claramente
2864 como quiser fazê-lo. Nós apresentamos uma proposta, já vamos pensando nisso, de
2865 como incluir os conselheiros e os representantes de Câmaras Técnicas, num
2866 processo de discussão que precisa ser intenso, mas que tem um prazo limitado. O
2867 mundo vai acabar em março de 2018? Também não. Então, a ideia de março de
2868 2018 é apenas uma estratégia, não é nenhuma obrigação legal, institucional, formal.
2869 O que está no Legado é tudo, o que não está no legado não vale. Março é apenas
2870 uma estratégia de potencialização da viabilização das nossas propostas. Nada além
2871 disso. O mundo não acaba e nem começa em março de 2018, a partir das propostas
2872 do Legado. Então, outras questões. Está evidente, me permitam encerrar com isso
2873 mesmo. Está evidente que algumas propostas parecem robustas, eu sinto assim, de
2874 repente não são. Mas parece que algumas propostas são robustas, mas outras estão
2875 frágeis. Qual é a nossa resposta enquanto sistema para crise hídrica? Qual é a
2876 nossa resposta enquanto sistema para questão de qualidade? Qual a nossa proposta
2877 enquanto sistema para segurança de barragens? Qual é a nossa resposta enquanto
2878 sistema para essa necessária, se não subordinação. Porque eu compartilho no geral
2879 do que a Patrícia Bonzon mencionou, já a segunda vez que estou coordenando com
2880 ela, é uma brincadeira que eu faço com ela. Mas nós precisamos ter uma
2881 formalização de uma relação entre o sistema. Está lá. Articular os sistemas. Como
2882 que nós fazemos isso? Essas propostas do Legado estão frágeis. A discussão
2883 inclusive é para que as pessoas possam nos ajudar nesse processo todo a deixar
2884 mais robusto o conjunto de propostas que nós precisamos apresentar nesse
2885 processo. O que não der, não deu. Vai demorar, precisa amadurecer, precisa de
2886 mais tempo. Mas sobre algumas, nos parece estão robustas, outras nem tanto. O
2887 Conselho Nacional, alguém imagina que nós temos a ilusão de que a proposta inicial
2888 que nós apresentamos será a proposta final, que será discutida no âmbito da
2889 sociedade sobre composição e participação do Conselho Nacional. Que é uma coisa
2890 extremamente polêmica. Funcionamento do Conselho, composição do Conselho,

membros do Conselho, funcionamento de Câmaras Técnicas. Mas, objetivamente estamos apresentando uma proposta para discussão. Agora, o que vai sair desse processo todo, não sabemos. Sairá algo que obrigará o Conselho Nacional a adotá-lo? Claro que não. Mas se esse processo foi amplo, se a proposta é robusta. Nós teremos na mão, nós membros do Conselho Nacional, uma proposta inicial como a própria indústria está fazendo, para tomar uma decisão sobre um ponto tão polêmico como esse que é o funcionamento, a representatividade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Por favor.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só uma dúvida mesmo. Esses slides ainda serão apresentados? Esses 54 slides do projeto. Só isso.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas) – Apresentação está cheia, não está só com isso. Eu sugiro que apresentação seja feita só na parte de como contribuir individualmente. Encaminha a apresentação por e-mail para todas as pessoas que estão aqui. E aí, nós só apresentaríamos muito rapidamente, se você permitir. Vou precisar sair por conta dos compromissos que estavam previamente agendados. Mas a equipe toda está aqui, a Dra. Gisela diretora da ANA está participando disso direto, inclusive tem uma apresentação em seguida. Eles poderão cumprir sobre isso. Mas para responder, poderia passar por isso, mas focando como contribuir e nós encaminharíamos, assim como documento que todos vocês, acredito, receberam. Mas, assim, como documento nós mandamos essa apresentação para cada um de vocês. Isso se o secretário me permitir. Libânio, faz a organização.

A SR^a. MARIA DO SOCORRO L. CASTELO BRANCO (ANA) – É o seguinte, na página da ANA, aqui no lado direito aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SR^a. MARIA DO SOCORRO L. CASTELO BRANCO (ANA) – O Dr. Vicente anunciou a aprovação do nome do Dr. Ricardo Medeiros Andrade para a nova diretoria da ANA. A aprovação se deu pelo Senado Federal. Bem, na página da ANA, aqui do lado direito, vocês vão encontrar no item 3 o Projeto Legado. Só clicar. Aqui vocês vão encontrar *(Falha no áudio)* do projeto. Esse documento dois que vocês receberam, ele já está aqui disponível. Esse documento que vocês receberam hoje já está aqui disponível. É o subtítulo: Desafios e propostas para gestão das águas do Brasil. Então toda essa versão está aqui. E a cada ciclo, a cada versão, ele será disponibilizado. Ainda na página, vocês vão encontrar essa apresentação que estaria, que poderá ser feita, poderia ser feita hoje ou no momento em que o Conselho designar para os conselheiros. O interessante aqui é que tanto na

proposta, você tem todos os objetivos. Ele é um reflexo da proposta, logicamente. Todo o cronograma que se pretende cumprir, que o Dr. Vicente apresentou. A nossa página. E as questões aqui, a parte mais importante, não é Paulo, que são as questões identificadas e que já estão 'intemizadas', como segurança e infraestrutura hídrica, modelo brasileiro de governança, gestão integrada de recursos hídricos, instrumentos de gestão e outras questões. Para cada um desses subitens, a proposta, o problema identificado, inclusive, se é modificação de lei, Decreto ou proposta de resolução, para facilitar o trabalho de todo mundo. Então, são quatro propostas de aprimoramento de leis, três propostas de Decreto, quatro novos Decretos, quatro propostas de aprimoramento de resoluções também de CNRH e três de novas resoluções. Bom, então, aqui está tudo. Todo o documento foi construído dessa forma. Então, por exemplo, segurança e infraestrutura hídrica, a constatação do problema, o resumo da proposta e quais são os instrumentos que precisam ser aprimorados. Em seguida, vem a proposta de alteração. Voltando lá. Então, como obter as contribuições? É só se cadastrar. Vocês vão abrir. Deixa-me ver. É muito simples. Coloca o e-mail do usuário e cria uma senha e entra. Até se esquecer a senha tem como recuperar. Está certo. Aqui todas as contribuições já cadastradas, tudo que nós já recebemos até o momento. Organizada já por item, porque vai ter o rebatimento no documento. Então, diferença na legislação de rios temporários do Semiárido. Aí o tema é Atuação do Single em momentos de crise. Foi uma autoria individual da Soraia Cristina das Neves Freitas de Souza. Então, quer dizer, é um processo transparente, todos podem acessar. Qualquer dúvida, todos podem tirar conosco. Ah sim. Outra coisa muito importante, as reuniões já realizadas estão todas aqui, as datas e os áudios ou vídeos dessas reuniões. Fora disso, nós estamos disponíveis. Eu vou voltar lá na apresentação. Nós estamos disponíveis também para receber propostas e esclarecimentos por meio desse endereço eletrônico: legado.ana@ana.gov.br. Estamos disponíveis também no Facebook, no YouTube e no Twitter. Quer dizer, o Twitter não estamos utilizando muito. Facebook e YouTube. Estamos à disposição e vamos marcar para apresentação detalhada. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Eu que agradeço a apresentação. Dando continuidade à nossa pauta. O último item das apresentações do dia: ações de recuperação da bacia hidrográfica do Rio Doce, é da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água. Tem sido compromisso desse Conselho acompanhar as atividades realizadas pelo Comitê Interfederativo, criado em resposta ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana. O CIF é presidido pelo Ibama e composto por representantes da União e do Governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Nessa reunião será priorizada as atividades da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água. Assim, convido a Dra. Gisela Forattini, diretora da Agência Nacional de Águas, coordenadora da Câmara Técnica, para realizar a palestra.

A SR^a. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas) – Boa tarde a todas e a todos. São 40 slides, vou tentar ser o mais breve possível. Tentar mostrar aqui um trabalho que viemos desenvolvendo desde o acidente, desde novembro de 2015. É um trabalho bastante robusto. Temos recebido algumas críticas de que esse trabalho não têm sido bem divulgado. O trabalho é tanto que às vezes temos pouco tempo para divulgar. Mas, já fizemos uma apresentação no CONAMA. Hoje eu agradeço o espaço aqui dado. Importante que o CNRH também conheça o trabalho. Esse é um pedaço do trabalho. Está aqui conosco a Ana Alice, diretora do IBAMA. Ana Alice, se apresente. Ana Alice é vice-presidente desse Comitê Interfederativo que foi criado. Vou falar rapidamente sobre a estrutura de governança que foi criada. Dizer, os trabalhos que nós viemos desenvolvendo na Câmara Técnica, com a participação bastante forte dos Estados da agência e de outras instituições. Cadê? Jamile está aqui. Jamile é do o Ministério das Cidades. Participa conosco na Câmara Técnica. Jamyle, Ministério da Saúde. E o Sérgio, SRHU, antiga SRHU, MMA. Que também é membro da nossa Câmara Técnica. Ou seja, temos muita gente boa nessa Câmara Técnica e muito trabalho, enfim. Já deixo aqui um convite para vocês. Não sabemos ainda o dia, em torno de 24, 23 de agosto, estaremos fazendo um seminário de peso para mostrar ao Brasil todo esse trabalho. O ministro deve abrir esse seminário. Eu não sei se será um ou dois dias. Jamyle e Sérgio, por favor, já estejam convocados porque a nossa Câmara com certeza vai apresentar muito mais coisa do que tem aqui. Apesar de ser diretora de uma agência nacional, mas eu diria que 60% do meu tempo tem sido dedicado a essa bacia do Rio Doce. Como capixaba que sou e como brasileira também quero ver isso tudo resolvido. Então, vamos lá. A estrutura de governança é essa que foi criada. Temos um Termo de Ajustamento de Conduta, Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, que foi assinado no dia 2 de março de 2016. Temos essa estrutura de governança. A Fundação Renova, fundação de direito privado, que foi criado em agosto de 2016, somente em agosto de 2016, praticamente um ano depois. Responsável pelos estudos e diagnósticos, identificação de medidas adequadas, elabora e implementa programas e propõe indicadores. Temos o Comitê Interfederativo. A interlocução formal com a fundação. Define prioridades, acompanha execução dos programas, delibera, monitora e fiscaliza. Temos as Câmaras Técnicas, no número de 11. O que a Jamyle resolveu criar a Câmara Técnica de Saúde. Na verdade, o Ministério da Saúde desde do início tem dito que era importante ter um local somente para a saúde. Então, recentemente criamos essa Câmara Técnica. Então, somos 11 Câmaras Técnicas. Então, essas Câmaras Técnicas, na verdade, são as instâncias consultivas. Quem carrega o piano, Ana Alice. Ana Alice além de ser presidente do CIF, coordena a Câmara Técnica de Restauração Florestal, que no todo representa um trabalho bastante grande. Nós auxiliamos o CIF no desempenho da finalidade de orientar, monitorar e fiscalizar a execução de medidas. O CIF se manifesta por deliberações. Nós já estamos na 80ª deliberação. É muita coisa para um ano e meio praticamente de trabalho. E as Câmaras Técnicas que sugerem a esse Comitê Interfederativo as deliberações baseadas em Notas Técnicas. A nossa Câmara já elaborou 11 Notas Técnicas. São 41 programas. 23 programas socioeconômicos e 18 programas socioambientais. Ali estão as cláusulas do TTAC, que foi assinado. As instituições signatárias TTAC

foram: o Ibama, ICMBio, DNPM, FUNAI, ANA, FEAM, IGAM, IEF, IEMA, IDAF e
AGERH. A área de abrangência dessa nossa Câmara Técnica, isso está
especificado na cláusula I do TTAC. Nós temos a área ambiental I, que é mais a
montante, as áreas afetadas pela deposição dos rejeitos e calhas das margens dos
Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. E a área ambiental II, considerando 39
municípios na calha do Doce, afetados. O TTAC é disponível no site do Ibama, ANA,
creio que no site de todas as instituições que participam desse esforço concentrado.
Bom, então a área de abrangência socioeconômica é um pouquinho diferente.
Localidades e comunidades adjacentes a calha do Rio do Carmo, Gualaxo e Córrego
Santarém e, ainda, a área estuarina, costeira e marinhas impactadas. A deliberação
7 do CIF é bem clara no sentido de dizer quais são competências de cada Câmara
Técnica, quais são as Câmaras Técnicas e quais são os programas relacionados a
Câmara Técnica. Para vocês terem uma ideia, enfim, só a nossa Câmara Técnica
coordena três programas. E só um dos programas, que é esgotamento sanitário e
resíduos sólidos, que tem uma participação muito grande do MMA, são R\$
500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) destinadas a essas ações. Em um
todo, esse TTAC abrange mais ou menos cerca de R\$ 22.000.000.000,00 (vinte e
dois bilhões de reais). Então, a Fundação Renova detém esse orçamento para fazer
ações mitigatórias e compensatórias em toda a bacia do Doce. Bom, é isso aí. As
Câmaras Técnicas não substituem as competências específicas de cada instituição.
Então, se o Ibama tem que multar, por alguma razão, o Ibama vai multar. É isso
basicamente. As 11 Câmaras Técnicas. Tem uma de Gestão de Rejeitos de
Segurança Ambiental, que é coordenada pelo Ibama de Minas Gerais, Marcelo
Belisário. A Conservação e Biodiversidade, coordenada pelo ICMBio, Marcelo
Marcelino. Restauração Florestal e Produção da Água, Ibama, está ali a nossa
diretora da DBFLOR, Ana Alice. Segurança Hídrica e Qualidade da Água,
coordenada pela Agência Nacional de Água, no caso eu. Tem ainda os programas
socioeconômicos. Organizações Social e Auxílio Emergencial. Reconstrução e
Recuperação de Infraestrutura. Educação, Cultura, Lazer e Informação. Antigamente
a saúde estava nessa Câmara Técnica. Tem a Comunicação, Participação, Diálogo e
Controle Social, aqui da Casa Civil, o coordenador é o João. Economia e Inovação.
Indígenas e Povos Comunidades Tradicionais, que foi estruturada muito
recentemente. E de Saúde também, estruturada muito recentemente. É interessante
porque se vocês pegam o TTAC para darem uma lida, a Câmara Técnica de Saúde,
Jamyle, tem os programas muito definidos e já bastante estratificados. E quando
você ver os nossos três programas sob a coordenação da nossa Câmara Técnica,
nós praticamente partimos do zero, não tinha nada definido. De Restauração
Florestal a mesma coisa. Partir do zero para então estruturar programas que deem
conta desse desastre, mitigação e compensação. São 11 Câmaras. A saúde, eu
puxei a setinha, que saiu dessa de Educação, Cultura e Lazer. E são as deliberações
do CIF: 07 e 67. No caso a 67 foi a que criou a Câmara Técnica de Saúde. A
estrutura de governança é mais ou menos isso aí. Está bom. E nós nos entendemos.
E outra coisa, não é Ana Alice, este é um Termo de Ajustamento de Conduta que foi
assinado, não foi homologado e que funciona. Continuamos trabalhando como se
homologados fôssemos. É muito interessante isso. Eu acho que é o brilho no olho
que cada um que participa disso que faz diferença. É realmente esse o

3075 compromisso, enfim. Em vermelho é evidente que coloquei o zoom para a nossa
3076 Câmara. Ali a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água, enfim,
3077 com os nossos três programas. Vamos lá. A nossa Câmara Técnica, coordenação da
3078 ANA. Temos dois suplentes, um é o Comitê de Bacia do Doce, o segundo é a
3079 Prefeitura de Governador Valadares. Participantes: somos 20 membros e 20
3080 suplentes. Então, 40 técnicos trabalhando somente nessa Câmara Técnica. Temos
3081 aí governos municipais, também temos a Prefeitura de Rio Doce em Minas Gerais.
3082 SEAMA, IEMA, SEDURB e AGERH, no Espírito Santo. SEMAD, SECIR, IGAM,
3083 FEAM e COPASA, em Minas Gerais. Governo Federal, temos: a ANA, Ibama.
3084 ICMBio, SRHQ do MMA, Ministério das Cidades, Ministério da Saúde e FUNASA.
3085 Desde o início trouxemos o Ministério da Saúde para a nossa Câmara Técnica
3086 porque julgávamos que água é evidente saúde. Foi muito interessante porque
3087 fizemos um workshop intercâmaras com a Câmara de Educação, que a época tinha
3088 saúde, e a de Comunicação, para discutirmos o monitoramento. Porque a nossa
3089 Câmara Técnica cuida de monitoramento da água bruta. Mas discutimos o
3090 monitoramento da água tratada para abastecimento humano. E agora, gentilmente,
3091 entregamos essas duas Notas Técnicas na mão da Câmara Técnica de Saúde. Essa
3092 então começou muito bem, Jamyle? Porque já começou com duas Notas Técnicas e
3093 todos os programas estruturados. É isso aí. São esses três programas, coisa pouca.
3094 Problema de coleta, tratamento de esgoto, destinação de resíduos sólidos de cunho
3095 compensatório. Temos a cláusula 171, é 171 mesmo. Programa de melhoria do
3096 sistema de abastecimento de água, de cunho reparatório e compensatório. Temos a
3097 177 e a 178. 179 que nos dava essa incumbência de termos um Programa de
3098 Monitoramento da bacia do Doce, áreas estuarinas, costeiras e marinhas
3099 impactadas, de cunho reparatório e compensatório. Eu queria fazer uma ressalva.
3100 Logo que aconteceu o desastre, o Ibama multou, várias multas, o IEMA, Minas
3101 Gerais também multou. E cada um desses órgãos pedindo o monitoramento de
3102 qualidade da água diferenciados, em pontos diferentes, com parâmetros diferentes.
3103 Então, nós dissemos: “meu Deus”. Pelo menos quatro das Câmaras Técnicas
3104 socioambientais têm que se entenderem em relação a questão do que monitorar,
3105 onde monitorar, com que frequência e tudo mais. Fizemos também um workshop
3106 intercâmaras em Vitória. Onde nos reunimos, Gestão de Resíduos de Rejeito,
3107 Restauração Florestal, Segurança Hídrica e ICMBio, da Biodiversidade, para
3108 podermos discutir o monitoramento que fosse razoável, para não sairmos batendo
3109 cabeça. Elaboramos um documento chamado Bases mínimas para o monitoramento
3110 do Doce. Esse documento virou depois do nosso PMQQS, Programa de
3111 Monitoramento de Qualidade e Quantidade de Águas e Sedimento do Doce. Sucesso
3112 de crítica. Está aqui o documento. Então, nós estamos indo. Realmente ficou um
3113 documento robusto, onde quatro Câmaras Técnicas se reuniram para elaborar esse
3114 documento. Então, entregamos o Bases mínimas para a Renova. Pedimos que eles
3115 fossem um pouquinho mais criativos. E entregassem um documento para nós
3116 estamos. Estamos indo. Essas estações telemétricas já estão implantadas no Doce.
3117 Nós estamos indo, agora no dia 16 até 23 de julho, fazemos vistorias nessas
3118 estações, sendo que já tínhamos feito uma vistoria lá para alocar essas estações
3119 junto com a Renova. Afinal de contas, o IGAM, a ANA, IEMA e AGERH, sabem como
3120 gerenciar uma rede de monitoramento e tudo mais. Eu acho que a expertise básica

3121 nós temos nesse assunto. Alguns produtos. Não se assuste com o tamanho de
3122 informações. Está aí para vocês, mas eu quis trazer tudo. Primeiro lugar, cláusulas
3123 169, 170, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Está aqui o Sérgio que podem
3124 me ajudar nisso. Destinação de resíduos sólidos. Vocês me desculpem chamar
3125 SRHU, mas acho tão bonitinha. (*Risos!*). Porque nos ajudou para caramba. Enfim,
3126 vamos em frente. A cláusula 169 é essa. “A Fundação disponibilizará R\$
3127 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para os municípios (...).§ 1º (...).§ 2
3128 (...).”. E por aí vai. Então, nós já nos, vamos dizer, manifestamos. A nossa Câmara
3129 Técnica já se manifestou mediante a Nota Técnica 01, a deliberação CIF 21, Nota
3130 Técnica 04, considerando somente R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta
3131 milhões de reais). E o ofício que nós fizemos ao CIF com uma proposta de
3132 cronograma de trabalho. Por traz de cada Nota Técnica dessa nós tem muito
3133 trabalho envolvido. São reuniões. Eu diria para vocês tranquilamente, reuniões
3134 técnicas para tomar decisão nesse um ano e meio, dessa Câmara Técnica. Porque
3135 eu também participo como suplente do Vicente no CIF. Foram em torno de 60
3136 (sessenta) reuniões, mais ou menos, por baixo. Tivemos depois a deliberação 41 do
3137 CIF que já englobava os R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Fizemos
3138 um workshop em Belo Horizonte com todos os prefeitos envolvidos, dizendo:
3139 “senhores são R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), mas tem essa
3140 deliberação”. Os prefeitos tinham acabado de entrar. Esse workshop foi no dia 12 de
3141 janeiro de 2017. A Fátima nos deu um apoio muito grande lá, a Zuleica também.
3142 Onde nos reunimos todos os prefeitos para falar qual era o conceito desse programa.
3143 Depois elaboramos a Nota Técnica 05 com priorização e hierarquização de ações.
3144 Vamos em frente. Depois, a deliberação 43 definiu critérios e valores tetos para nós
3145 enquadrássemos cada demanda de município que chegasse. A 41, a anterior que
3146 falei no slide passado, ela definiu um cronograma. Definimos então que até o dia 4
3147 de abril, receberíamos todas as demandas dos municípios em relação aos seus
3148 projetos. Alguns municípios queriam dinheiro para projeto, outro para obras, outro
3149 para, enfim. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Não. Contrapartida, em
3150 questão de financiamento e tudo mais. Então, vocês imaginam, 39 municípios, de
3151 uma forma absolutamente desigual, enviando para nós as suas demandas. Nós
3152 mandamos formulários para esses municípios que deveriam ser preenchidos,
3153 dissemos mais ou menos quais seriam os critérios já definidos da deliberação e os
3154 valores teto para cada município. Depois eu conto mais para frente o que veio
3155 acontecendo. O dia 4 de abril realmente não foi uma data que foi observada pelos
3156 municípios, porque nós recebemos até junho demandas que nos chegava. O que nós
3157 vimos aqui, gente, foi uma amostra reduzida do que é o Brasil em termos de
3158 saneamento, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Eram municípios que às
3159 vezes estavam lá na frente já com financiamentos e outros que sequer conseguiam
3160 preencher um simples formulário que nós mandamos. Foi eu quem mandei esses
3161 formulários e assinei esses ofícios. Então, na verdade, eram para mim que os
3162 municípios acabaram ligando e dizendo: “Dra. Cadê o dinheiro? A conta está aberta”.
3163 Eu falei: “muita calma nessa hora. Dinheiro público, vamos com calma”. Outra
3164 dificuldade que nós tivemos é que este, um programa de R\$ 500.000.000,00
3165 (quinhentos milhões de reais) era o único programa nesse TTAC absolutamente
3166 órfão. Ele só dizia o seguinte: a Fundação Renova tem que repassar dinheiro para os

3167 municípios. Cláusula 169. Está escrito aqui. Foi com muito esforço que nós
3168 conseguimos elaborar essa Nota Técnica 11. Tem aqui a letra do Eduardo o tempo
3169 inteiro, no SRHU, nessa Nota Técnica. Agradeço muitíssimo a vocês. Por conta da
3170 deliberação 43 fizemos essa Nota Técnica 11 onde participaram com muito esforço a
3171 ANA, Ministério das Cidades, FUNASA, SRHQ, Secir e Sedurb, até pelas suas
3172 competências. Então, nós conseguimos aprovar, está quentinha, no dia 27 de junho,
3173 foi anteontem, uma deliberação do CIF dizendo o seguinte, estabelecendo prazos
3174 para Renova, não tem aquela história de a Renova tem que repassar dinheiro para
3175 os municípios. Nós estamos considerando aqui capacitação, estrutura de apoio
3176 técnico aos municípios e proposta de repasse de recursos financeiros formalizadas
3177 junto a instituições financeiras públicas, leiam se bancos, que estão acostumados na
3178 questão de atuar na área de saneamento básico, e/ou desenvolvimento humano.
3179 Para análises de projetos, celebração de contratos e repasse, acompanhamento e a
3180 teste da execução. Sugerimos alteração do TTAC, que deverão ser aprovadas pelo
3181 juízo que está acompanhando a homologação do TTAC. Mas, era, imagina R\$
3182 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) num projeto desse e o projeto era
3183 absolutamente órfão dentro desse TTAC. Quem ia analisar projeto de saneamento
3184 básico? Uma Câmara Técnica? Não é nem competência da Agência Nacional de
3185 Águas analisar um projeto de esgotamento sanitário. A 171, é o Programa de
3186 Melhorarias de Sistema de Abastecimento de Água. Nos municípios que tiveram
3187 localidades cujo operação do sistema de abastecimento público ficou inviabilizada
3188 temporariamente, como decorrência do evento. Vocês veem. Aí está, vamos dizer,
3189 adjetivado qual foi o impacto que estamos considerando em cada município desse. A
3190 fundação deverá construir sistemas alternativos de captação, adução e melhoria
3191 das estações de tratamento de água. Para no mínimo deixar cada município desse
3192 independente do Doce em cerca de 30% dessa vazão necessária. Para municípios
3193 ali. Os projetos deverão ser desenvolvidos em dois anos e as obras em três. O
3194 parágrafo segundo diz quais são os municípios. Parágrafo terceiro fiz quais foram os
3195 distritos que foram impactados dessa forma. Municípios com mais de 100.000 (cem
3196 mil) habitantes, esses 30% passa a ser 50% de dependência. Para Governador
3197 Valadares, que é um caso à parte, tivemos deliberação do CIF, logo no início, onde
3198 Governador Valadares tinha um projeto emergencial de abastecimento que dá 67%
3199 de redução de dependência do Doce. Não por acaso é a cidade mais populosa da
3200 bacia, a primeira a ser impactada, lá a montante. Tivemos outras deliberações.
3201 Sempre pedindo que a Renova apresentasse o estudo de disponibilidade hídrica.
3202 Uma Note Técnica 02, deliberação 10 e 16, por aí vai. É importante dizer que
3203 também pedimos. Na Nota Técnica 03, pedimos a Renova um Plano de Ação de
3204 ações para o período chuvoso. Que no passado já teve esse período. O nosso medo
3205 era termos mais problemas e o sistema de abastecimento deveriam ser rapidamente
3206 melhorados. Não aconteceu nada porque tivemos pouca chuva. Infelizmente ou
3207 felizmente. Temos aí outro período chuvoso chegando e esse plano ficou bastante
3208 interessante, que a Renova nos apresentou. Tivemos a deliberação do CIF 33, Nota
3209 06, relatório técnico. Conjunto do Ibama e IEMA analisando a questão do material
3210 sobrenadante, os coloides. A deliberação agora também muito recente, a 76, que a
3211 Renova foi notificada pelo CIF pelo descumprimento da cláusula primeira da
3212 deliberação 33, que diz respeito aos coloides. Essa é novidade para você, Jamyle.

Depois da notificação virá a multa. As ações previstas no Plano de Ação para o período chuvoso e sistema alternativos de captação e melhoria das estações, é a cláusula 171. Mas também a Renova nos apresenta relatórios mensais, que é exatamente esse daqui. Ela tem que nos apresentar por deliberação do CIF 33. Carinhosamente chamado relatórios II, é esse aqui. Todo mês ela nos apresenta um relatório fotográfico do andamento de como estão essas melhorias que estão sendo feitas no sistema de abastecimento e também naquelas soluções alternativas. São esses os municípios compreendidos. Bom, eu trouxe aqui algumas fotos. Realmente tem muita coisa acontecendo. Não basta receber este relatório. Pessoal da Secir de Minas Gerais e o pessoal da IEMA do Espírito Santo tem ido a campo verificar se isso é verdade. Então, pode passando ir passando. Isso aqui é Belo Oriente, Minas Gerais. Governador Valadares, várias melhorias que foram feitas. Um antes e outro depois. Melhorias nas caixas gozadoras de produtos químicos. Como eu disse, a Renova está fazendo um estudo bastante robusto agora, segurança hídrica de disponibilidade hídrica na bacia. As vazões de referência antes do evento estão aqui colocadas, mesmo porque a Agência Nacional de Águas já tinha todos esses dados. E a vazão, a redução percentual seria as vazões metas a serem disponibilizadas para esses municípios ao final de todas as obras. Com o objetivo de garantir 30%, 50% ou 67%, no caso de Governador Valadares, de independência ao Doce. Os sistemas alternativos de captação também são alguns exemplos. Colatina, adutora do Rio Pancas. Foi entregue em fevereiro de 2017. Linhares, nós tivemos um sistema de bombeamento subestação e chegada da água no SAE, painel de operação remota, enfim. Isso tudo já foi entregue também, em outubro de 2016. Resplendor, tem detalhamento de obras da adutora do Córrego Barroso, que é um dos mananciais alternativos de abastecimento, é uma vazão pequena. Aqui está o estudo de segurança hídrica que foi o cronograma que recebemos da Renova. Vocês vão dizer e me perguntar: “mas a relação é boa? Como que está a Renova? A Renova tem tantos conselhos? Como diria a Fátima. Conselho consultivo? Curador?”. A relação está melhorando. Assim, é uma coisa que... Agora eu estava falando com a Fátima Chagas do IGAM, era um pouco complicado, Sérgio e Jamyle sabem disso, a interlocução, uma vez que nós do lado de cá estávamos talvez num patamar técnico um pouco mais adiantado. A Renova era uma fundação que estava se reestruturando, contratando as pessoas, muitas delas vindas da Samarco, que é mineração pura e simples. Então, estamos, vamos dizer, melhorando a nossa interlocução. Agora, eu recebi esse documento, esse relatório, Consolidação e análise das informações, definição das localidades e interesse e suas metas de abastecimento. Nos foi entregue de uma consultoria bastante renomada. Quando levamos, pelo menos, dois dias analisando esse documento que estava absolutamente inconsistente. Quando vamos fazer essa observação numa reunião nossa. “Ué, Dra. Mas esse documento é de fevereiro. Nós estamos em maio”. “Foi o que nos entregaram, para cumprir um prazo”. Então, de vez em quando beira, assim, a falta de respeito, vamos dizer assim. Mas está melhorando. Então, vamos receber esse relatório final de segurança hídrica, espera no dia 10 de agosto. O nosso Programa de Monitoramento, conhecido carinhosamente pelo PMQQS, que é o Programa de Monitoramento de Qualidade e Quantidade de Água e Sedimento. Como eu disse para vocês, a última versão que nós temos. E também tem um

3259 detalhe, nós recebemos a primeira versão, analisamos e devolvemos. Recebemos a
3260 segunda versão, analisamos e devolvemos. E recebemos a terceira versão. O
3261 Programa de Ação Emergencial para o período chuvoso, estávamos na quarta
3262 versão e eu disse: “acabou por Decreto”. Então, não é uma ação emergencial. A
3263 chuva está vindo aí. Agora, esse é a terceira versão e está bastante bom. Eu não
3264 vou entrar em detalhe, mas nós fizemos um documento, é um conteúdo mínimo para
3265 o Programa de Monitoramento pela deliberação 17. E nós não quisemos chamar de
3266 termo de referência, por quê? Para exatamente não engessar a coisa, para depois a
3267 Renova não disser: “o termo de referência é esse e nós cumprimos”. Então, o
3268 documento foi Bases mínimas. Para a nossa surpresa, a primeira versão do Bases
3269 mínimas, a primeira versão do PMQQS veio alguém do documento Bases mínimas.
3270 Eu falei: “gente, se vocês tivessem colocado o Bases mínimas com ofício
3271 encaminhando e dizendo: ‘Dra. Gisela, esse é documento que estamos
3272 encaminhando’. Eu ficaria mais feliz. Mas receber algo menos que o Bases mínimas
3273 é complicado”. Enfim. O documento está muito bom e agora nós vamos a campo
3274 para verificar essas estações telemétricas que são de altíssimo nível, topo de linha
3275 que pedimos. Nós vamos ter dados diários, inclusive. Vamos ter sistemas já
3276 definidos para receber esses dados. Criamos um GT de acompanhamento no âmbito
3277 do CIF. Foi a nossa última deliberação 78, para acompanhar. Por que no âmbito do
3278 CIF e não no âmbito da ANA? É porque desse esforço fizeram parte quatro Câmaras
3279 Técnicas. Tem que ser no âmbito do CIF mesmo. Então, a deliberação 77 institui o
3280 grupo, também anteontem, que conseguimos aprovar no CIF três deliberações.
3281 Vamos realizar essa vistoria de 16 a 23. Algumas fotos das estações. O objetivo
3282 geral do PMQQS. Alguns objetivos específicos: instalação de equipamentos;
3283 estabelecimento de protocolo de monitoramento, com procedimento de coleta;
3284 procedimento de análise, frequência de amostragem; determinação do nível de
3285 qualidade dos estuários e das zonas costeiras; avaliação continua na inter-relação
3286 entre parâmetros analisados; elaboração de relatório de análise de tendências;
3287 validação, avaliação e divulgação dos resultados. Essa divulgação, quem vai definir é
3288 o GT de Acompanhamento do PMQQS e não a Fundação Renova. São 57 pontos de
3289 monitoramento. 43 nos rios e 14 em lagoas, sendo 22 telemétricas e sete sondas
3290 multiparamétricas. E aí tem a localização de todos. A frequência de amostragem é
3291 mensal, da qualidade da água em todos os pontos dos rios e lagoas, incluindo vazão
3292 e ecotoxicológicos. Monitoramento da qualidade de sedimento, será trimestral. E
3293 ainda tem alguns indicadores biológicos que foram solicitados até pelo ICMBio.
3294 Ensaios ecotoxicológicos, com frequência trimestral. Comunidade filtro pandônica,
3295 mensalmente. Perifilton, período chuvoso e seco. Comunidade mentônica,
3296 mensalmente. As situações automáticas vamos ter dados horários. Imaginamos que
3297 depois disso tudo funcionando, sem dúvida esse monitoramento exigido por meio de
3298 multas do Ibama, IGAM, IEMA, enfim, de alguma forma isso será sanado e nós
3299 vamos passar então a monitorar esses pontos aqui. Era esse o cronograma do
3300 PMQQS. Então, em agosto de 2017 esperamos ter esses dados no nosso sistema. O
3301 pessoal de TI da Agência Nacional de Águas está acompanhando esse trabalho. A
3302 Fundação Renova ontem nos pediu um contato, inclusive para ir à Agência para
3303 verificar como funcionamos em termos de TI. É isso. Essas são as sondas que serão
3304 vistoriadas, mas já estamos vendo que foi do jeito que nós pedimos. Candonga. Aqui

tem Santa Cruz do Escalvado, São Domingo do Prata. Aqui tem esse informativo do Doce que temos feito juntamente com o IGAM. Está no nosso site, mas também está no site deles. Esse aqui é um monitoramento nosso já dizendo para todos que a água está absolutamente tratável. Finalmente. Tinha alguns pontos com turbidez elevada, mas a questão se normalizou, felizmente. Nós chegando em Vitória, depois dessa vitória, onde nós vamos com todo mundo, com IGAM, Ibama, Minas Gerais, Espírito Santo e ANA. No último dia vamos fazer uma coletiva de imprensa em Vitória, onde vamos falar do PMQQS que eu acho que é um produto bastante robusto que tem que ser divulgado para o Brasil. Eu ouço muito isso, essa crítica. “Vocês não estão produzindo. Não tem resultado nenhum”. Meu Deus! Tem bastante coisa já. É isso. Foram 15 Reuniões Ordinárias no CIF, foram três Extraordinárias do CIF, 13 Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica de Segurança e Qualidade da Água, três Extraordinárias e dois workshops intercâmaras. Um para discutir a questão do PMQQS e outro em BH onde discutimos a questão do monitoramento de água tratada para consumo humano e o plano de comunicação aos municípios, que estavam se negando a consumir água do Doce. Isso também é muito importante. As nossas informações estão mobilizadas. Nós temos um FTP aqui na ANA. Esse FTP: ftp.ana.gov.br. Nós criamos um processo administrativo. Fora todas as outras reuniões. Porque com o Ministério Público nós recebemos, pelo menos, uma demanda semanal sobre como estão os trabalhos. É importante dizer que o Ministério Público não quis assinar o TTAC, no primeiro momento, nem o Federal e nem o Estadual. Agora, talvez, com essas alterações do TTAC, com a homologação final desse acordo, eles provavelmente venham a assinar também. É isso, gente. Agradeço demais a atenção de vocês. Estou aqui a disposição para quaisquer dúvidas.

(Palmas!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Agradeço a palestrante, a Dra. Gisela Forattini. Pela brilhante palestra, mostrando o exaustivo mas excelente trabalho da Câmara Técnica que a senhora preside. Vamos passar a palavra àqueles que desejam se manifestar. Primeiro, Zotan.

O SR. ZOTAN ROMERO – (CTAS) - De novo, é só um esclarecimento. Achei muito interessante o trabalho que estão fazendo. Claro que minha especialidade não é água superficial, é subterrânea. Mas o processo que estão fazendo parece o mesmo processo para água subterrânea, que é atenuação natural monitorada. Ou seja, estão todo com um Programa de Monitoramento para acompanhar de que forma essa situação será atenuada ao longo do tempo. É mais ou menos isso ou houve alguma interpretação ruim da minha parte?

A SRª. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas) – Primeiro lugar, não estamos considerando água subterrânea. Se você viu, eu falava na apresentação de disponibilidade hídrica, superficial e subterrânea. Porque têm vários municípios, dos 39, que a fonte é subterrânea. Na verdade, quando eu digo avaliação de tendências e acompanhamento, esse Termo de Ajustamento de Conduta tem 15 anos para ser. Nós estamos há um ano e meio do desastre. Eu entendo. Meu Deus! Ainda mais quem está na bacia, porque nós sabemos lá diuturnamente, sabemos da ansiedade das pessoas para terem os seus problemas resolvidos. Foram 18 vidas perdidas, isso não tem como resolver. Nós entendemos a ansiedade. Para verificar tendência e atenuação. O que eu disse sim. O monitoramento da água superficial e do monitoramento da água subterrânea da qualidade que nós viemos acompanhando, já diz o seguinte, esses índices e parâmetros estão aptos, a água ser tratada e ser distribuída. Inclusive, o Ministério da Saúde tem nos acompanhado demais nessa cruzada, vamos dizer assim. Eu quis trazer um pouco do trabalho. A Agência Nacional tem alguns documentos que estão sendo utilizados como base. Todas essas Notas Técnicas, se vocês forem olhar, a referência de cada Nota Técnica é quase uma tese de doutorado. Estamos entregando junto, esse ano, com o Ministério das Cidades, o atlas de esgoto. Onde apresentamos para cada município brasileiro, 5.600 (cinco mil e seiscentos) municípios, o melhor arranjo do sistema de esgotamento sanitário para cada município no Brasil. Esse atlas serviu de base para isso aqui. Porque o município também, teve alguns que pediram que não sabiam por onde começar a solicitação. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Então, eu não entendi direito a sua pergunta. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. E é o que eu já estou te dizendo, que um ano e meio após o desastre a natureza é prodiga. A água já está em condição. Há muito tempo a água já está em condição de ser tratada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Com a palavra Percy.

O SR. PERCY BAPTISTA SOARES NETO (CNI) – Bom, nós ficamos até cansado de ouvir o período e o tanto de coisa que falaram. Impressionante. Agora, duas perguntas que eu acho que ficam aí. Primeiro, se o Ministério Público não reconheceu o Termo de Ajustamento, eu não entendi como esse dinheiro vira público. Porque para virar público a partir do reconhecimento formal do Ministério Público. Se você pudesse explicar isso para nós. A segunda coisa é: como que essa estrutura de governança, CIF e Renova, conversa com a estrutura de governança Comitê e IBio. Se tem diálogo ou não. Qual é o diálogo? Desses programas, o que isso conversa com o que está no Plano da Bacia do Doce?

A SRª. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas) – O Plano da Bacia do Doce serviu para embasar o TTAC. O segundo ponto, não sei se você viu, o meu segundo suplente é o presidente do

3396 Comitê do Doce. O Comitê tem assento não só nas Câmaras Técnicas, como ele
3397 participa do CIF, como participa de alguns conselhos da Renova. Tem lá no TTAC
3398 tudo. Mas para dar conta desses três programas eu já ando bem cansada. No TTAC
3399 está tudo lá. No TTAC tem essa questão dos recursos públicos bem explicado. É
3400 uma fundação de direito privado, mas esse recurso é considerado público. Talvez eu
3401 não tenha expertise par te responder. No TTAC tem cláusulas específicas que tratam
3402 disso, inclusive cláusulas de *compliance*, que são muito rígidas. Eu esqueci de falar
3403 uma coisa para vocês. Além disso tudo, o nosso trabalho nas Câmaras Técnicas e
3404 no CIF é auditado duas vezes. Primeiro pelo Ministério Público, que contratou, é bom
3405 que se diga, sem licitação, três empresas de meio ambientes. E essas empresas
3406 estão participando das nossas reuniões de Câmara Técnica. Eles não falam muito,
3407 mas anotam bastante. Eu gostaria de dizer também que todas as nossas reuniões
3408 são filmadas, quando possível, e gravadas. Tem ata de reunião, lista de presença. É
3409 tudo assim. Transparência total. Também somos auditados, agora, ANA, pelo
3410 Governo, que a Casa Civil fez uma metodologia de auditoria no nosso trabalho. Além
3411 disso, temos o acompanhamento da (...), PricewaterhouseCoopers. Eu dou
3412 satisfação para Deus e todo mundo.

3413
3414 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –**
3415 **Conselheiro Sérgio.**

3416
3417
3418 **O SR. SÉRGIO DE ALMEIDA BASTOS (Federação das Indústrias do Estado da**
3419 **Bahia) –** Gisela, parabéns pela apresentação. Eu acho que você demonstrou, vamos
3420 dizer assim, um sistema de governança como falou, robusto. O que eu sugeriria para
3421 suas futuras apresentações. Quer dizer, eu tive a expectativa de ter a questão um
3422 pouco mais visual do impacto e da sua evolução. Então, acho que em uma próxima
3423 apresentação, poderia ter fotos ao longo do rio para dizer: “aqui estão os problemas.
3424 Isso aqui ainda é uma fonte ativa”. De forma que pudéssemos ter uma visão mais
3425 real do que está ocorrendo nesse momento e qual a evolução esperada.

3426
3427
3428 **A SR^a. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência**
3429 **Nacional de Águas) –** É interessante isso porque vamos ter esse seminário. Uma
3430 super ideia que você deu. Evidente que não serei eu a apresentar. Talvez a
3431 presidente do CIF para dar um *overview*, uma coisa mais geral, dizendo: “éramos
3432 assim. Estamos assim e pretendemos ficar assim”. Porque é o seguinte, vamos falar
3433 da bacia do Doce. Eu como diretora da Agência já acompanhava o Doce antes de
3434 novembro de 2015. Nós meio que dividimos o Brasil entre os cinco diretores. Como
3435 eu sou capixaba, acharam por bem eu ficar acompanhando o Doce. A crise hídrica lá
3436 já estava terrível. Sedimentos, degradação ambiental geral na bacia. Então, nós já
3437 vínhamos numa situação péssima. Outra, é legal citar o plano porque ele além de ter
3438 dado base ao TTAC, o plano nos dizia qual era o *background*, em termos, inclusive,
3439 de parâmetros de qualidade da água. Aquilo não era o paraíso. Então, assim, é bem
3440 interessante nós termos, vamos dizer, éramos assim, que já não era uma maravilha.
3441 O desastre veio e realmente arreventou uma localidade com 18 vidas, com a vida de

uma população que está sendo, não sei se vocês notaram, as Câmaras Técnicas Socioeconômicas tratam de cadastro, auxílio emergencial, de bolsas, auxílio para as famílias que perderam esses 18 parentes. Nós só estamos cuidando desses três programas.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mais uma pergunta. Não sei se vocês tinham. Antes de acontecer o desastre, vocês tinham feito alguma conta de qual era o passivo, antes de ocorrer?

A SR^a. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas) – Temos o Plano de bacia. Acho que o plano dava essa medida.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Você se lembra quanto era?

A SR^a. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas) – Em termos monetários? Não. Aliás, é uma das questões que a Ana Alice e eu estamos tentando, inclusive hoje, conversávamos com o embaixador da Alemanha, que está muito interessado em ajudar. Hoje, dizíamos para o embaixador, se têm tantos técnicos alemães, experts, nós gostaríamos de alguém em valoração ambiental. Porque se você perguntar para o CTBio, para o ICMBio em termos de biodiversidade perdida, o ICMBio ainda não conseguiu valorar o que foi perdido. Nós temos plumas, acompanhamento geoespacial da pluma de rejeito beirando abrolho. Você pode imaginar o que é impacto em abrolho. Não temos isso ainda, nem qual era o passivo, porque não está no plano, não é objeto de Plano de Bacia, ter esse cálculo. Eu sou responsável também pela área da Agência de Planejamento de Recursos Hídricos e eu não vi isso em Plano de Bacia, quantificar o passivo. Está mais difícil agora, meu amigo, depois do desastre. Nós tínhamos o *background* em relação ao esgotamento sanitário, que era o passivo fantástico como o Brasil inteiro, na bacia. O IBIO, a Agência já estava trabalhando em Planos Municipais de Saneamento Básico. Nós temos isso tudo. Tínhamos no plano, enfim. Eu acho muito interessante o que você falou. Dá uma visão do que era a bacia, já com questões críticas de reconstrução.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Quer dizer, o que está sendo feito adicional por conta de cada desastre. Como que entra no plano e qual é a diferença? Só para termos uma ideia. Não sei se dá para fazer isso.

A SR^a. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas) – Se você der uma lida no TTAC nós podemos ter uma ligeira

ideia do que seja quando você destina R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para esgotamento sanitário, por exemplo. E quando você destina outras quantidades de recursos para outros programas. Cadastro é uma coisa muito cara. Realmente a Casa Civil tem acompanhado. A Câmara Técnica, CT-OS e Câmara Técnica de Organização Social tem acompanhado essa questão de cadastro paro e passo, por lotes, por localidades impactadas e tudo mais. É isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigada pela intervenção. Antes de passar para a conselheira Fátima, que é a última inscrita, vou passar a palavra para o diretor Sérgio Gonçalves.

O SR. SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES (Diretor do DRH) – Pedindo permissão ao secretário e a Gisela, que é coordenadora, mas questão só para resgatar. Na reunião de junho do ano passado, há um ano, nós fizemos o primeiro seminário sobre o desastre. A Dra. Sueli esteve aqui, junto com a equipe técnica e fez uma apresentação do que tinha acontecido e do que estava sendo feito. Em dezembro, a Dra. Sueli esteve aqui de novo e foi feito todo esse acompanhamento do que estava, da última vez que ela esteve aqui, em junho, mostrando que se avançou. Para essa reunião, foi uma opção, que nós achamos importante, não que não seria outra também, mas como o tempo é muito curto, de aprofundarmos um pouco mais do que a apresentação geral de todas as Câmaras Técnicas, com muita coisa, era uma necessidade do conselho se aprofundar um pouco na Câmara Técnica da qual era mais afeta como atividade que essa Câmara Técnica específica, de onde a própria secretaria faz parte e tem assento também. Porque a secretaria só tem assento nessa câmara. Nós gostaríamos de trazer. Por isso que a Dra. Gisela foi convidada para trazer um pouco mais, para dar um zoom. Claro que todas as outras são importantes. Nós já trabalharemos na próxima reunião, do início de dezembro, final de novembro, já trazendo e vendo dessa sua solicitação. De novo, uma apresentação com a Dra. Sueli e o Ibama trazer uma visão também de acompanhamento. Só um pouquinho.

A SR^a. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas) – Eu queria muito convidar esse conselho todo. Eu vou mandar um ofício. Acho que a Sueli pode mandar um ofício, ela está mandando tanto para o CONAMA quanto para o CNRH. Foi uma solicitação do ministro que nós fizéssemos esse seminário em agosto. Vai ser muito importante para que todas as Câmaras Técnicas tenham a oportunidade de mostrar. Eu acho muito bom porque eu estou mostrando até para os meus colegas na ANA, que às vezes não me acham na minha sala, e estou no Ibama em reunião. E também para a CNI, para não bater tanto, igual na semana passada. Mas tudo bem.

(Risos!)

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Com a palavra, conselheira Fátima.

A SR^a. MARIA DE FÁTIMA CHAGAS DIAS COELHO (CERH - Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Fátima Chagas, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Diretora do IGAM. No que diz respeito a referência anterior também, é importante registrar o *background* que nós tínhamos. Na verdade, mais do que isso. O IGAM possuía 17 anos de monitoramento no rio Doce. Eu estou falando da parte mineira. Com 52 parâmetros e monitoramento mensais na calha do rio Doce. Isso nos permitiu fazer essa comparação do que era antes e do que estamos hoje, como foi a evolução de tudo isso. Qual a situação de hoje? Nós vemos, claro, alguns parâmetros, tipo turbidez, manganês, um pouco ainda fora dos limites de classe 2. Porque, como Gisela falou, não era um rio de classe especial e nem classe 1. Então, assim, ele tinha vários problemas relacionados a saneamento, como todo País. Então, o que acontece hoje? Têm alguns parâmetros que ainda estão fora, como turbidez, por exemplo, que faz parte até do processo de revolvimento que tem na bacia. Então, percebemos que... Primeiro que tem obras de recuperação na bacia. Nessa parte da bacia, a montante de Candonga, nós observamos quando você está ou na movimentação das obras um ápice de turbidez. Isso é normal. O que se vê normal acontecer por conta dessa movimentação, que ainda ocorre. Por exemplo, nas últimas campanhas realizadas pela nossa equipe em janeiro e março, por exemplo, ferro, naturalmente acima do limite que é uma área, do ponto de vista da Geologia, rica em minério de ferro. Mas, o ferro ainda acima do limite da classe 2. Mas até por conta desse acompanhamento que já fazíamos há 17 anos, nós identificamos que, por exemplo, os teores de ferro que identificamos em março e em janeiro desse ano, já tinham ocorrido antes do desastre. Então, assim, é um acompanhamento que temos feito paro e passo. Quando chove, realmente remove tudo. Quando tem as obras de recuperação. Então, foi muito importante essa rede que o IGAM tinha, que esse ano completa 20 anos, e que vai ser enriquecida em alguns pontos com essas estações mais modernas e automatizadas e telemétricas. O Percy, não sei se ele está ia, ele falou de IBIO, Plano de Saneamento. Estou falando sobre o que nós arrecadamos com a cobrança nos afluentes mineiros. Estou falando dos rios estaduais. Grande parte dos recursos aplicados, os recursos da cobrança aplicados no rio Doce, advém dos Planos de Saneamento. Então, eu acho que até por isso eles devem estar podendo pleitear agora mais ações no âmbito do TTAC. Eu levantei até esse dado para um conselheiro do CIF, do Conselho Curador que me pediu, de quanto que investimos em Programa de Saneamento, repensando recursos ao IBIO que ele licitou planos de saneamento para os municípios do Doce, na parte mineira. Então, quer dizer, essa conexão com Plano de Bacia é fundamental até com a implementação dos recursos da cobrança. Esse acompanhamento é importante, dessa aplicação desses recursos. Essa divulgação, Gisela, é muito importante. Nós em toda reunião do Conselho Estadual nós fazemos uma apresentação sobre a situação do Doce no nosso Conselho Estadual. Posso dizer

que todos os Comitês de Bacia, da parte mineira, toda a reunião deles, também fazemos um relato. A Regina, nossa técnica, que participa da Câmara Técnica de Qualidade da Água, não sei nem como, não consigo dividir com tanta palestra que ela faz na parte mineira até para divulgar esse trabalho, que eu acho que temos que demonstrar tudo isso que estamos fazendo. Sobre o TTAC, como é aplicação, como ele foi formatado, nós tivemos, o Ministério Público não participou, como Gisela falou, mas ele foi mediado pelas três Advocacias, Advocacia Geral da União e dos dois Estados. Nós, IGAM, somos signatários do TTAC. Ele está para a sociedade acompanhar mesmo, o seu cumprimento e estamos tentando fazer esse papel. É importante que as pessoas... É público. As pessoas olhem o que tem no conteúdo do TTAC, dos programas. Essa formatação institucional dessa governança que é complexa, mas é porque o assunto é complexo mesmo. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigada, conselheira Fátima. Dra. Gisela, ainda quer fazer uso da palavra?

O SR. ZOTAN ROMERO (CTAS) – Quando eu falei de atenuação natural monitorada não foi uma crítica. Inclusive internacionalmente é metodologia mais recomendada para água subterrânea. Eu fico feliz que tem sido aplicada, inclusive, em uma questão de água superficial, porque infelizmente alguns órgãos ambientais e pessoas do Ministério Público ainda confundem atenuação natural monitorada com fazer nada. Isso é uma confusão que eu vejo, tanto em órgãos ambientais quanto por parte do Ministério Público e por instituições ambientalistas. Elas consideram isso como fazer nada. E não é verdade. É uma metodologia mais utilizada mundialmente. Então, eu acho ótimo termos mais um exemplo disso aqui.

A SR^a. GISELA DAMM FORATTINI (Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas) – Inclusive eu queria ressaltar porque não dá tempo de falar tudo. Além dessas reuniões que eu já mostrei, quando eu digo que foram as 60, eu tenho a tranquilidade de falar isso. A nossa equipe, na ANA, é de hidrogeologia, é muito forte. E ela se reuniu várias vezes com a Renova e com consultores da Renova para discutir tudo isso. Não é exatamente a minha área, a minha área é mais de saneamento e qualidade da água. Mas com certeza esse plano está bem interessante também em relação a água subterrânea. Mais uma vez agradeço o espaço. Já convido vocês aqui. Vou dizer exatamente qual o dia depois certinho. Qual vai ser a formatação do seminário. Já convocando o a Sérgio e Jamyle para o seminário para estar conosco, inclusive para responder alguma outra questão, que eu não saiba. Obrigada.

(Palmas!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigada, Dra. Gisela, pela brilhante explanação sobre os trabalhos da Câmara Técnica. Dando segmento aos nossos trabalhos, vamos passar agora para os informes. Cada conselheiro terá dez minutos para apresentações ou manifestações. Alguma inscrição?

A SR^a. JUSSARA CABRAL (ABRH) – Ao longo dos últimos dois, três anos, nós temos discutido bastante lacunas de conhecimento. Importante identificar coisas que precisam ser trabalhadas e desenvolvidas ainda tecno-cientificamente. Nós temos agregado ao sistema o Fundo Setorial de Recursos Hídricos, que fica sob administração do Ministério de Ciência e Tecnologia. Ao longo dos anos, esse fundo tem arrecadado, subiu de valores anuais, de 2001 da ordem de R\$ 21.000.000,00 (vinte um milhões de reais). Arrecadação em 2016 foi R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais). Essa apresentação, esses valores, nos foram apresentados pela coordenadora do FNDCT, na última reunião da Câmara Técnica. Eu falo aqui como representante das organizações técnicas científicas de ensinos e pesquisa. Esses valores que subiram de 2001 para 2016 para R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais). A aplicação desses recursos teve seu pico da ordem de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em 2009. A partir daí uma queda vertiginosa de modo que em 2016 esses valores foram para R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), em arredondamento, menos de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Uma arrecadação de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais). Algumas dotações orçamentárias ficaram um pouco acima. Esse dinheiro está em algum lugar, que não é para uso de ciência e tecnologia no Ministério para o fim o qual ele foi criado. Então, esses valores arrecadados foram apresentados na Câmara Técnica do Plano, na última reunião. Nós perguntamos, entre outras coisas, se esse acontecimento estaria acontecendo também com os demais fundos de ciência e tecnologia. Ela disse que sim, que o dinheiro dos fundos, que não muito recurso para os fundos para aplicação. Está acontecendo a mesma coisa. Então, nós queremos ver essa comparação do CT Hidro com os demais fundos. A questão dos dados, têm três coisas: é arrecadado, dotação atualizada e executada. A dotação também caiu e o executado sofreu cortes. Quer dizer, daquilo que teve dotação, boa parte foi cortado. A minha manifestação aqui é uma preocupação muito grande porque o sistema foi criado, inclusive, foi criado com a sustentabilidade para o desenvolvimento, ciência e tecnologia. Grande parte do desenvolvimento que nós temos hoje em aplicação em uso vem desse investimento em pesquisa, em ciência, enfim. Todo esse acervo de conhecimento. E esse recurso desapareceu. 2009 foi o último ano que ainda houve a aplicação, dotação de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais) e a aplicação de R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais). A partir daí, hoje, 2016, R\$ 2.000.090,00 (dois milhões e noventa de reais). Então, eu coloco essa preocupação. Eu acho que seria muito importante que além ao nível da Câmara Técnica, eu acho que o Conselho deveria buscar as explicações. De quem está retirando do CT Hidro e de outros fundos, esse recurso. Que dê explicações para nós do Conselho de Recursos Hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –
Conselheira Jamyle, rapidamente só para o informe porque ela vai ter que sair.

A SRª JAMYLE CALENCIO GRIGOLETTO (Ministério da Saúde) – Boa tarde a todos. É um informe bem rápido. Mesmo que eu trouxe a apresentação que vai acontecer a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. O objetivo de conferência é definir a política nacional de vigilância em saúde. Que apesar de a vigilância ser bem antiga, já trabalhar há muito tempo, não temos a política. Vai acontecer nos dias 21 a 24 de novembro, a Conferência Nacional. Já começaram as municipais, 22 de junho até 31 de agosto. Depois de 1 de setembro até o final de outubro, são as estaduais. Para quem tiver interesse, os movimentos sociais quiserem participar. Eu vou deixar a apresentação completa aqui. Como estamos tendo um evento da secretaria, então estou indo para lá. Se alguém quiser mais alguma explicação, para participar, vou deixar a apresentação para passar para todos os conselheiros. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –
Obrigado, conselheira Jamyle. Vou passar a palavra para Rogério, para dar os informes sobre Fórum Mundial da Água.

O SR. ROGÉRIO DE ABREU MENESCAL (ANA) – Bom, pessoal. Boa tarde. Eu gostaria de agradecer o Conselho em nome do Jair, do Sérgio, pela oportunidade. A ideia era fazer uma apresentação geral sobre o 8º Fórum, para quem não conhece. Informar e nivelar para os conselheiros eventualmente de novidades com relação a isso. Tendo em vista o adiantado da hora, vou mudar um pouco a estratégia. Entender que a apresentação completa fica aqui, vai ser disponibilizada para todos, porque acho que a maioria já ouviu falar 8º Fórum e não há necessidade de explicar em detalhe. Mas é importante que a apresentação está bem didática e serve para cada um de vocês, inclusive replicarem em seus respectivos Estados. Inclusive a Eliana já está tentando fazer isso no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro. Também serve para qualquer um de vocês. Afinal, o Fórum é nosso. Queria registrar a presença do vice-chair do processo temático, que é o Jorge Werneck da Embrapa. Temos também uma colega, uma consultora que acompanha o processo político que é liderado pelo Reinaldo Salgado. Temos também uma colega do núcleo de jornalismo de comunicação da nossa equipe. Basicamente, essa apresentação tem um pouco de generalidades. Fala um pouco da estrutura organizacional. Explica mais ou menos cada uma das comissões, incluindo as cinco, passando pela temática, que o Jorge está aqui. Fala um pouco o que é a plataforma Sua Voz, em que situação ela se encontra, inclusive está aberta para receber contribuições. Mostra a linha do tempo, cronograma, onde nos situamos. O processo, divulgação e mobilização, que é esse que está trazendo para divulgar um pouco e tentar multiplicar. Vocês são essencialmente conselheiros, são formadores de opinião, são multiplicadores em potencial cada uma de suas instituições para motivar

maiores participações. Quais expectativas do Fórum, algumas reflexões. Onde se pode obter maiores informações. Vou passar. Vou considerar que já foi dado as sete versões anteriores do Fórum. Estamos, portanto, na versão brasileira, o 8º Fórum. Os objetivos. Vou apresentar como se vocês fossem utilizar em suas instituições. Eventualmente convida-se. Se quiser que iremos, se pudermos ir, iremos com o maior prazer. Se não puder, entendo que todos têm a perfeita formação e capacidade de fazer essas apresentações em seus órgãos. O tema brasileiro, o tema central é: Compartilhando Água. As instituições que apoiaram inicialmente a vinda do Fórum para cá. Hoje o Fórum é formalizado por um memorando de entendimento com participação do Governo Federal, por meio do MMA, do GDF, do próprio WWC e mais, especificamente, ANA e Adasa. Com relação, é o 1º Fórum no hemisfério Sul, inclui no caso mais específico tentando pegar toda a América do sul. O evento vai ser no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, pegando o estacionamento do Mané Garrincha, eventualmente o próprio Estádio. O Fórum é promovido pelo WWC junto com o Governo Brasileiro, a cidade-sede. Para isso ele institui um Comitê Direto. Acho que o Jorge é membro, o Ney que viria também, passou a ser membro agora. Então, tem ele um *petit* comitê, que é o birô para decisões rápidas e coordena os cinco processos, do qual o Jorge, eu comentei, que é do temático. O secretariado que é parte operacional. Então esse secretário hoje está com ANA. Recentemente em fevereiro, mais ou menos, a ANA assumiu essa incumbência, estava com a Adasa até então, mas estamos juntos. O secretariado é resultado de todas as instituições envolvidas. O secretariado tem a função de receber os *inputs* e as demandas dos processos, fornecer resultados e serviços para atender as demandas deles respectivamente. O secretariado, por sua vez, é responsável para colocar de pé o Fórum, a feira, exposição e a Vila Cidadã, que é uma proposta do Fórum Cidadão. O secretário não é figura jurídica. Então ele lança mão de contratos, que na verdade são contratos dessas três instituições via de regra, ANA, Adasa e ABDIB, que é a parceira privada no processo. Conta com isso para disciplinar quem paga a conta de cada demanda do Comitê Organizador Nacional, composto por essas três instituições. Os principais componentes. Vocês devem ter visto várias vezes. Para cada um desses componentes tem um e-mail específico. Se alguém quiser mandar algum questionamento específico de algum tema desses, por favor, de algum processo desse, pode mandar para esses e-mails. Esse e-mails geralmente vão para o chair, o vice-chair e consultor, que é responsável também para dar o apoio a cada um desses processos. São cinco. Então, outra forma de ver o processo temático é o que traz o conhecimento, é o que aporta conhecimento técnico. Talvez o próprio Jorge Werneck possa entrar mais em detalhes depois sobre o processo especificamente. O processo regional coleta subsídio de diversas regiões do Globo. O Fórum Cidadão tenta envolver o cidadão comum no processo, que é uma inovação também do próprio Fórum. O processo político é o que vai legitimar tudo isso, através de políticas públicas ou de decisões que irá nortear o futuro encaminhamento das políticas. O grupo sustentabilidade, que é inovação também no Brasil, que tenta, digamos, estar lembrando permanentemente a questão da sustentabilidade, tanto no desenvolvimento do processo como no Fórum propriamente dito, inclusão do tema, coisas desse tipo. Um exemplo, o processo temático, por sua vez, o Jorge pode falar com maior detalhe, recebe *inputs* como

3763 forças motrizes, própria demanda dos Fóruns anteriores, mais especificamente do 7º
3764 Fórum. Também recebe *inputs* do tema específico Compartilhando Água, que é o
3765 tema do Fórum brasileiro. Os objetivos sustentáveis da agenda 2030 da ONU. Os
3766 *inputs* novos, recentes dos processos ao longo do desenvolvimento. A grade
3767 temática, são seis horizontais e três transversais. Outra forma de ver essas grades
3768 também, elas interagem entre si, esses temas e as transversais também, permitindo
3769 uma troca de temas de intercâmbio entre cada um dos conhecimentos. São nove
3770 temas, que foram divididos, foram desenvolvidos em 32 tópicos, desdobrados. A
3771 pretensão é que se chegue em seis seções mais as seções especiais e os *High*
3772 *Level Panel*, isso também o Jorge pode depois explicar com mais detalhes. Os 32
3773 tópicos já estão escolhidos. Foram escolhidos recentemente depois do *2nd*
3774 *Stakeholders*. Está na fase do desenvolvimento do descritivo de cada um desses
3775 tópicos. Os temas são aqueles nove que colocamos. Aqui são as instituições que
3776 coordenam cada um desses temas. A representação institucional não é pessoal.
3777 Está dos seis horizontais e três transversais. Teoricamente também para cada um
3778 tem um e-mail específico. Se alguém quiser eventualmente esclarecer alguma
3779 dúvida. São os tópicos que foram desdobrados de cada um dos temas
3780 respectivamente. A apresentação está disponível. Não vou entrar em detalhe. Aqui,
3781 falei do processo temático. O processo regional, inclusive, está havendo uma reunião
3782 hoje lá em Inhotim, até por que o Ney não pode comparecer e nem o Irani, que estão
3783 lá participando desse evento. Ele tem o Comitê Diretivo, é sempre orientador geral. E
3784 tem as comissões do processo regional que é formador sempre por um chair do
3785 indicador WWC ou vice-chair, e outro é representante indicado pelo Governo
3786 Brasileiro. No temático, eu expliquei, o vice-chair é o Jorge e o chair é o Torkil.
3787 Então, isso se desdobra em regiões. A região Africana, pegando essas quatro áreas
3788 da África. A região Árábica, incluindo o Norte da África, questões políticas e culturais
3789 acabaram querendo ficar ligada a região árábica. As Américas. A União Europeia.
3790 Região Mediterrânea, que também se dividiu. E Ásia e Pacífica. Aqui uma
3791 mensagem do Ney que pediu para inserir. Justamente está havendo essa reunião
3792 em que o processo regional, região sul americana disponibilizará a plataforma
3793 eletrônica para receber comentários e sugestão sobre a conjuntura dos recursos
3794 hídricos que serão levados ao Programa Hidrológico Internacional para a América
3795 Latina e Caribe. Coordenador do processo regional para a sub-região. Tem uma
3796 série. Para cada região tem um coordenador. Você vê que tem desdobramento. Eles
3797 estão produzindo esse documento, que vai ser incorporado ao documento das
3798 Américas, que é coordenado pelo BID. Então, está lento aqui. Adicionalmente,
3799 pretende recolher contribuições do documento por meio de reuniões presenciais,
3800 cujo calendário será definido em reunião realizada em Inhotim, que é essa está
3801 havendo hoje, para justamente tentar fechar esse documento e dar os
3802 encaminhamentos. Esse cronograma vai ser estabelecido e está pedindo apoio que
3803 ele vai fazer uma série de eventos regionais e pedir o apoio dos conselheiros e quer
3804 também a participação do CNRH nesse processo. O político, está aqui a Angélica
3805 também, que Reinaldo Salgado é chair. Eles vão para construir essa declaração
3806 política, recebem *inputs* sobre o processo de governos nacionais que é coordenado
3807 pelo Ministério de Relações Exteriores, o próprio Reinaldo Salgado. Dados autorais
3808 locais e regionais, que é coordenado pelo Presidente da República, pela Secretaria

3809 de Assuntos Federativos. O processo parlamentar que é coordenado pelo Félix da
3810 ANA. Uma novidade, é o processo judiciário, que é o coordenador é o próprio
3811 ministro Herman Benjamin, que esteve inclusive no *2nd Stakeholders Meeting*, agora
3812 de abril. Com relação ao Fórum Cidadão, se dividiu basicamente em dois grandes
3813 temas. A parte do Fórum, propriamente dita, e a parte de Vila Cidadã. Todos estão
3814 em construção, como destacou o Vicente no início da apresentação. Então no
3815 momento de desenvolvimento, todos esses temas. Teriam o hidrocafé, participações
3816 nas seções que estão sendo desenvolvidas pelo processo temático, propriamente
3817 dito dos outros processos. A Vila Cidadã teria uma série de equipamento e atividades
3818 e instituições culturais para provocar a participação da população, como um todo.
3819 Com relação ao grupo focal sustentabilidade, dividiu em dois grandes grupos de
3820 ação. Abordagem política e abordagem técnica. Também está em desenvolvimento,
3821 mas aí são algumas propostas deles com relação a esses temas, para tentar
3822 provocar esse assunto da sustentabilidade nos processos e no Fórum, propriamente
3823 dito. A plataforma Sua Voz, que é a ferramenta para coletar contribuições e facilitar a
3824 contribuição ao longo do Globo inteiro, todo Mundo. Então, teve uma fase inicial de
3825 fevereiro a abril. Foram abertas seis salas, três rodadas, oito semanas de consultas e
3826 votações. Isso resultou, até abril, 20 mil visitas, 916 usuários, 35 mil seções debates.
3827 Agora, está na fase dos temas transversais. Foram seis horizontais. Agora os três
3828 transversais, mais sustentabilidade. Está inclusive aberta a fase de capacitação, foi
3829 expandida em mais uma semana, até 2 de julho. Em seguida, veio a última etapa do
3830 *Yours Voice*, que pega a parte dos objetivos de maneira sustentáveis. Com relação a
3831 linha do tempo, nós estamos sempre a fase preparatória. Que o Fórum é um
3832 processo, não é o Fórum em si, todo o processo de discussão já faz parte. A semana
3833 do evento, propriamente dito. Uma parte também muito importante, que é pós-Fórum
3834 e a passagem de bastão para o Fórum seguinte, que no caso já está escolhido, que
3835 vai ser em Senegal. Estamos nessa fase do anúncio, em breve deve estar sendo
3836 encaminhado. Detalhes de como participar e como podemos divulgar o Fórum para
3837 outros atores. A segunda reunião de consulta pública, que foi feito agora em abril,
3838 como falei. 800 pessoas, bastante concorrida, representação política bem
3839 significativa. Os marcos de divulgação e mobilização. Essa oportunidade que foi
3840 dada pelo CNRH é mais uma de tentar para quem eventualmente ainda não
3841 conhece, ter a oportunidade de ter o primeiro contato e nos procurar, caso tenha
3842 alguma dúvida, tenha interesse. Também de nivelar quem já conhece e tentar
3843 colocá-lo mais a miúdo dos acontecimentos. Semana passada teve três ou quatro
3844 eventos. Essa semana está ocorrendo três eventos também que sempre estão
3845 tocando o tema do 8º Fórum, que é importante para está mobilizando e
3846 sensibilizando a população em geral. Tem o de Inhotim, teve um no Rio Grande do
3847 Sul e também teve um em Parintins, que foi promovido pelo Grupo Sustentabilidade.
3848 Sempre aproveitando a oportunidades de eventos que já estão programados. Não
3849 são específicos do 8º Fórum. Expectativa de 40 mil participantes ao longo dos cinco
3850 dias. 160 países apresentados, com base nas experiências anteriores. 200 seções,
3851 porque tem as 100 seções do temático, mais as 60 seções previstas prevista para os
3852 outros, além dos especiais *Session* e *High Level Panel*. Diversos eventos paralelos.
3853 Reflexões, que experiências podemos levar. A entidades podem lançar produtos,
3854 estudos. Acho que é uma oportunidade de usar o Fórum para fazer esse tipo de

evento. Também eventualmente ter espaços. Eu acho que já está na fase. A PCO está entrando. A empresa que vai administrar o evento é uma empresa que está sendo selecionada pela ABDIB. Então, ela já vai permitir a captação de patrocínios para a parte de stands, espaços em feira e também divulgação. As inscrições em breve também deverão estar abertas no site. Com relação especificamente a mais informações, temos os nossos sites. Não vou entrar em detalhe. O idioma oficial é inglês e português. Usa o Google Translate, então há uma perda de informação e de qualidade, mas infelizmente não foi possível fazer outros idiomas. Em breve teremos o espanhol. Aqui para entrar e receber o *newsletter*. Aqui é a base, é a raiz do site. Aqui fala alguma generalidade. Aqui entra em detalhe cada comissão, inclusive tem vários documentos interessantes sobre cada uma delas. A plataforma Sua Voz. Galeria com notícias, documentos. Aqui também. O FAC, que é importante para eventuais dúvidas e esclarecimentos. Manda para o secretariado, o e-mail nosso, secretariado@worldwaterforum8.org. Temos Facebook também. Temos a outra visualização. Temos o Twitter e Instagram. Era isso. A ideia aqui era mais informar. Essa apresentação está bem didática, assim, para fazer em cada um dos seus Estados e tentar multiplicar o máximo possível. Pena que alguns colegas já tiveram que viajar. Mas quando for mandar a ata da reunião manda a apresentação. De novo, nos colocamos a disposição, mas nem sempre é possível estar nos eventos, mas reuniões dos Conselhos Estaduais, coisas assim. Agradecemos a oportunidade. Estamos à disposição.

(Palmas!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Nós que agradecemos. Muito obrigado, Rogério, pela brilhante apresentação. Continuando com as inscrições. Conselheiro Ivo.

O SR. IVO MELO – Secretário, é bem rápido. Não vou usar nem meio minuto. Secretário, só para reiterar, eu tinha marcado para falar agora nos informes, mas quando o pessoal no relato das Câmaras Técnicas deixou a Câmara Técnica Tranfronteiriça sem a pauta. A minha manifestação fiz naquele momento. Então, era só para reiterar a nossa disposição e vontade de que a Câmara Técnica Tranfronteiriça retome as suas atividades e nós estaremos disponíveis para colaborar com a Secretaria Executiva, para que ela dê sequência nas pautas necessárias. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Muito obrigado. Cris.

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – Boa tarde. Sou Cris, da Universidade de São Paulo. Representante da FONASC em Brasília. Voluntária do

FAMA, o Fórum Alternativo Mundial de Água. Que será realizado paralelamente ao Fórum Mundial da Água das Corporações. O nosso lema: Água é Direito, Não Mercadoria. A nossa ideia é a defesa da água e do saneamento básico. Estamos preocupados com a mercantilização da água; a transposição das bacias; a construção das barragens e a apropriação do controle dos aquíferos subterrâneos. O FAMA deve retratar e promover a tomada de consciência política e o empoderamento da sociedade. A água deve estar a serviços do povo, isento de conflitos. Garantindo a justiça à humanidade. Não estou aqui para entrar em divergências com o Fórum Mundial, mas que possamos buscar soluções junto com a política, junto com a Câmara Técnica. Eu gostaria de reforçar a nossa luta contra a mercantilização da água, contra a privatização das nascentes, contra o apropriação das nossas águas. Gostaria de agradecer a mesa. Gostaria de agradecer aos conselheiros. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que constroem e estão construindo o FAMA diariamente. Muito obrigada. Só para concluir, água é um direito e não mercadoria. *Gracias*.

(Palmas!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado. Dando continuidade. Chamo o conselheiro Rui.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (Conselho Estadual de São Paulo) – Bom. Rui Brasil. Conselho Estadual de São Paulo. É um tema recorrente que eu trago aqui, apenas para registro, mas também compartilhar uma preocupação que acredito que a maioria esteja acompanhando. Tem um malfadado PL 315, que tramita agora no Senado, está na Comissão de Constituição e Justiça. Tem mais de oito anos. O Conselho já se manifestou a respeito do assunto, acredito que umas duas vezes, me corrija aí Júlio, você que é decano aqui. Decano tem mais respeito e habilidade. *(Risos!)*. Ocorre o seguinte, para aqueles que não estão acompanhando, esse projeto propõe uma mudança na repartição dos recursos da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, pela geração hidroelétrica e *royalties* de Itaipu. Atualmente, os recursos são distribuídos em 10% para a União, 45% para os Estados e 45% para os municípios. O que esse projeto propõe é a redução do percentual destinado aos Estados de 45% para 25%, passando esses 20% para os municípios. Esse PL já teve idas e vindas, entre as discussões e a gaveta. Mas, agora ele saiu da gaveta. Existe uma forte pressão, evidentemente, é sempre a chama renovada quando se aproxima as eleições. Qual é a preocupação? No caso, evidentemente, quem perde são os Estados. O Estado que mais perde é Minas, em seguida de São Paulo e Paraná. Eu falando por São Paulo, nós temos uma operação de mais de 20 anos, precisamente 22 anos do Fehidro, o nosso Fundo Nacional de Recursos Hídricos. Em que esses recursos são aplicados quase que, hoje 70% do recurso do Estado vai para o Fehidro e são aplicados integralmente na área de recursos hídricos. Isso nós já aprovamos e contratamos cerca de sete mil projetos

nesse período. Quem são os maiores beneficiários em São Paulo dos recursos do Fehidro? Justamente os municípios. Eles historicamente recebem cerca de 75% dos recursos do Fehidro. Então, mas também é o recurso que nós temos para apoiar a gestão de recursos hídricos, seja no planejamento, seja em monitoramento, enfim. O leque todo de ações que realizamos, que são previstos no Plano Estadual, no Plano das Bacias Hidrográficas. Nós prevemos que será um duro golpe se esse projeto for aprovado. Não só para os Estados, mas para os municípios e para os recursos hídricos. Porque esse recurso, se esses 20% que vier a ser destinados, ao invés do Estado para o município. O recurso que hoje os próprios municípios. Nós fazemos apoio ao saneamento, a conservação do solo, todas ações em recursos hídricos, ele poderá ser pulverizados para outras áreas. Quem vai perder é, vamos dizer, a proteção, a conservação, o aproveitamento dos recursos hídricos. Então, o que eu coloco aqui, infelizmente não foi. Fiquei sabendo recentemente desse assunto. Mas outros colegas, outros conselheiros estão acompanhando isso também. Na medida do possível que a secretaria poder encaminhar ao senhor Ministro essa preocupação. Nós sabemos do momento político. Se for aprovado as condições para veto ou não fica muito difícil porque há sempre alguém que perde. A decisão política é o que é mais favorável num determinado momento. Então, eu acho que como sistema de recursos hídricos é uma preocupação das mais relevantes e o que puder ser feito eu acho que não é a questão de São Paulo, eu acho que o próprio País perde. A maior parte dos Estados aplica esses recursos na gestão. Embora, recentemente, teve a Emenda Constitucional 93 que desvinculou 30% desse recurso, até 2024. Mas, mesmo assim, ele é um recurso muito importante, de 2024 não é para sempre. É isso que eu queria colocar. Não se trata de uma moção. O Plenária a essa altura está esvaziado. Mas um apelo a outros representantes de outros Estados. É preciso uma ação política, junto ao Senado. O ideal é que fosse sepultado de vez. Mas o que nós pudermos fazer para impedir a aprovação dele, no nosso ponto de vista, é importante. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –
Obrigado Conselheiro Rui. Conselheiro Paulo.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (Comitê de Bacias) – Paulo Robinson Samuel, representando Comitê de Bacias. Essa preocupação do conselheiro Rui é nossa dos comitês, visto que a preocupação em função da perda desses recursos, ou seja, a transferência dos recursos do Estado para os municípios e na tramitação desse processo. Enquanto os Estados, em torno de 24 Estados protestaram contra isso, o autor do projeto recebeu 450 cartas dos prefeitos se manifestando a favor do projeto. Então, só alguns dados para gente começar a pontuar e nos preocuparmos com isso. Em função, nós temos, quando eu digo nós, os representantes das Câmaras Técnicas dos Comitê de Bacias, nós temos monitorado alguns projetos. E não são poucos. Na Câmara e no Senado. Até setembro, outubro do ano passado, que a assessoria jurídica nos passou, tínhamos 63 projetos na Câmara e no Senado, tentando mexer ou fazer alguma atualização na Lei 9.733. Então, isso é muito preocupante. *Linkado* a isso eu trago a preocupação da conselheira Jussara quanto ao fundo do CTIHIDRO. Esses fundos, nós, diretor

Sérgio, precisamos com urgência solicitar uma prestação de contas desses recursos. É fundamental essa prestação de contas, não só desse fundo, mas de todos os fundos que saem recursos do sistema. Porque senão cada vez mais o sistema se enfraquece e ganha quórum essas propostas de mudança da Lei na Câmara e Senado. Essa preocupação é nossa dos Comitê de Bacias também. Nós viemos monitorando ela no decorrer desse tempo. Bom, seriam essas duas colocações que teríamos. Mas trazemos um convite aqui para esse Fórum, para esse Conselho. Nós temos de 7 a 10 de novembro, será realizado o Encontro Nacional de Comitê de Bacia, em Aracajú. Então, estão todos convidados. Nós encaminharemos assim que fecharmos no Fórum Nacional a grade de atividades, nós encaminhamos ao Conselho para distribuir a todos os conselheiros este convite formal. É de 7 a 10 de novembro em Aracajú. Vai começar na terça-feira, dia 7, em função da crise, em função dos recursos. Então, acabamos mais uma vez fechando. Sai recursos do sistema, logo nós não temos recursos para podermos fazer encontros, seminários e outras atividades. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Na Bahia foi ano passado. Era pra ser em Brasília, não conseguimos fechar aqui as questões de patrocínio, então foi transferido. O Governo de Sergipe assumiu o Fórum. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Conselheiro Jefferson com a palavra.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Unesp) – Boa tarde a todos. Tem que relaxar um pouco, afinal de contas nós ficamos até quase 18 horas. Jeferson Nascimento, representando da Unesp, Universidade Estadual Paulista. São duas coisas que eu gostaria de colocar. A primeira é a resolução 22, depois a moção 57. Vamos *linkar* os itens aqui estabelecidos nas duas Câmaras. O Zoltan deve estar mais muito afeito a esse tema de que eu. Mas eu usei essa resolução quando estava terminando o meu doutorado em 2002. Ela é interessante porque ela prima por uma coisa que eu acredito que os planos não estão primando. O seu art. 1º: “os planos devem promover considerar os usos múltiplos das águas subterrâneas, as peculiaridades de função dos aquíferos, aspectos de qualidade e quantidade para promoção e desenvolvimento social e ambientalmente sustentável”. Diante disso, eu sugeriria uma revisão talvez dos planos e dos futuros planos que vão ser apresentados, tanto os inter-regionais, caso São Francisco, e como dos Estados. Recentemente, eu dei uma palestra sobre isso e vi que vários Estados não têm Planos de Recursos Hídricos ainda implementados. Então, por favor, o Conselho, a secretaria, a ANA, os órgãos competentes, frisem e façam questão, quase que absoluta, de que a resolução 22, realmente seja cumprida. Isso vai facilitar muito a nossa vida no futuro, para que não fique apenas um livro colocado e talvez um peso de papel. Eu espero que não seja, para mim não é. Eu gostaria de colocar isso, fique registrado em ata. Agora vamos para a moção 57. Essa moção de 57 de 2010, eu tenho muito apreço por ela. Por quê? Foi em 2009 que eu comecei nesse Conselho, como suplente de Câmara Técnica não era nem suplente desse Colegiado. Na verdade, o coordenador desse GT e nós colocamos essa situação. Como ela

4039 começou a ser pensada, essa moção que recomendada princípios e prioridades em
4040 investimento em ciência, tecnologia e inovação em recursos hídricos? Ela foi
4041 pensada da cabeça da ANA? Pensada na cabeça da secretaria? Ela foi pensada na
4042 cabeça da academia? Não. Ela foi pensada da cabeça de todos os secretários, ou de
4043 grande parte, não todos, gostaria de frisar, mas um pouco da metade das secretarias
4044 de recursos hídricos de meio ambiente desse País. Para vermes quais são as
4045 prioridades, por favor. Aqui são os princípios de investimento. Por que eu falo isso? A
4046 professora Jussara, nossa colega também da OTEP, veio aqui para colocar
4047 exatamente o que seria interessante, que é: o resgate do financiamento. Concordo e
4048 corroboro com as ideias dela. Porém, não adianta nada fazermos isso e não resgatar
4049 o passado. Se o passado pode nos condenar, ele também pode nos salvar. Nesse
4050 caso aí, nós temos as principais temáticas, os principais eixos. Nós temos tabelas
4051 em cima desses eixos. Por exemplo, prioridades e investimentos na área de
4052 capacitação, nas áreas de estudos hidráulicos, hidrológicos, de gestão de recursos
4053 hídricos. Tudo bem delineado. Inclusive, saneamento ambiental. Qualidade de água.
4054 Aqui, a priorização. O que é urgente? Demandas que precisam de investimentos
4055 imediatos para resolver um problema atual. Isso eu estou falando de 2010. Ninguém
4056 estava falando de escassez hídrica, não tinha a grande seca no Nordeste ainda. Foi
4057 um trabalho hercúleo. Por quê? Porque nós pegamos isso em três meses e
4058 conseguimos fazer isso. Você lembra do saudoso Aureliano. Não morreu, mas não
4059 está mais na secretaria. (*Risos!*). Saudoso porque nos faz falta, como muitos dos
4060 funcionários que nos deixaram ao longo desse tempo. Deixou legado. Eu me lembro
4061 dele falando: “nossa, professor, como você conseguiu fazer isso? ”. Agradecimento a
4062 Brandina e a Raquel Breda. Não me esqueço o nome das pessoas que me fazem
4063 bem e nem o mal. As do mal eu demoro para esquecer mais ainda. Temos uma série
4064 de situações que não foram levadas a cabo, não foram levadas em consideração,
4065 nem pelo Conselho e nem por ninguém. Temos que começar a ver se vale realmente
4066 a pena. É você ter dois N, ou três N resoluções feitas por uma Câmara Técnica, ou
4067 que essas resoluções realmente sejam levadas a diante. Eu acho que isso é
4068 importante para que pessoas que estão representando o Fórum Mundial da Água.
4069 Porque se olhássemos talvez um pouco para isso, o País não tinha chegado a essa
4070 situação caótica que chegou. Não digo que não chegaria, porque são fatores
4071 climático aí também. Mas é só isso. Se realmente conseguirmos resgatar esse
4072 dinheiro do Fehidro. Perdão. Fehidro ainda não foi tomado, ainda está existindo. Do
4073 CT-Hidro, nós começamos primeiro pensando nessas coisas que foram solicitadas
4074 pelos próprios Estados. Porque academia gosta muito de pensar o quê? “Eu vou
4075 colocar a amêndoa no rejeito do porco para tirar o cheiro”. Isso não adianta nada. A
4076 academia tem que pensar o seguinte: qual é a melhor forma de dessalinizar uma
4077 água para aquele sitiante que está lá nos rincões conseguir beber e matar a sede do
4078 gado dele. Essa é a minha colocação. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Foi
4079 muito bem pensado pelas pessoas. Eu simplesmente estava lá tentando organizar
4080 isso. Foi um trabalho de equipe. Isso que esperamos. Que esse Conselho realmente
4081 não só sobreviva, como sobreviva bem. Que não deixemos nenhuma Câmara
4082 Técnica nossa fechar. Não tem que deixar fechar, nenhuma. Nós queremos uma
4083 coisa que seja realmente a sobrevivência. Sobrevivência da água do recurso hídrico.
4084 Muito obrigado, senhores.

(Palmas!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Conselheiro Jeferson, sempre brilhante nas suas intervenções. Com a palavra a conselheira Jane.

A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (Ministério da Educação) – Boa tarde. Bem rapidamente. Compartilhar dois informes. A Renata mais cedo falando pela CT-EM citou as audiências públicas do Conselho Nacional de Educação para a consulta pública do documento que vai estabelecer a base curricular, a base nacional, comum curricular. Essas audiências vão acontecer dia 7 de julho, semana que vem, vai ser a primeira, na região Norte, em Manaus. Estou compartilhando as datas porque o Conselho demandou a CT-EM com as ações do tema água nos currículos escolares, portanto. A segunda vai ser em Recife, região Nordeste, 28 de julho. A terceira, região Sul, Florianópolis, 11 de agosto. A quarta, 25 de agosto, região Sudeste, São Paulo. E a última. Centro-Oeste, Brasília, 11 de setembro. O segundo informe, é que o Ministério da Educação está planejando, executar e realizar, ainda esse segundo semestre, o estímulo nas escolas que elas trabalhem com o tema água, desenvolvam projetos. Para isso, adotamos a estratégia pedagógica da Conferência Infantil Juvenil pelo Meio Ambiente. Apenas um informe. A conferência ainda não está oficialmente lançada. Quando isso acontecer o Conselho será informado oficialmente pelo Ministério da Educação. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigada conselheira. Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu queria só agradecer a intervenção do Jefferson e cumprimentar, porque eu fui muito rápida e objetiva. Esqueci de dizer o seguinte, como a minha preocupação é onde estão os quase 80 milhões, que podem implementar tudo isso. Eu acho que nessa discussão do resgate do CT-Hidro e não só do recurso, resgatar também alguns procedimentos que antigamente eram colocados no processo de decisão do CT-Hidro. Que eram reuniões semelhantes a essas que o Jeferson coloca, que eram levantados todas as necessidades de lacuna de conhecimento. A minha sugestão, óbvia, quando... O CT-Hidro não se reúne desde 2013. A última reunião parece que foi 2014, que nos foi relatado, se não me engano acho que Cláudia estava. 2013 que ela nos relatou. Ou seja, nem reunião teve. Nós temos um Plano Nacional, temos demandas de prioridades do Conselho e temos demandas dos próprios órgãos gestores. O que nós estamos precisando melhorar para implementar isso ou aquilo do sistema. Então, eu acho que foi excelente essa lembrança, esse resgate do Jefferson. Como a Gisela nos chamou?

4131 Dinossauros. ABRH tem isso. Depois que passa pela presidência vira dinossauro.
4132 (*Risos!*). Então, é isso. Eu acho que foi excelente essa lembrança. Não é só resgatar
4133 o recurso. É resgatar o recurso e *modus operandis* de priorização do que fazer com
4134 esses recursos e olhando os nossos planos. Era isso. Agradecer a lembrança.

4135

4136

4137 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) –** Muito
4138 bem. Não tendo mais nenhuma inscrição, vamos finalizar os nossos trabalhos.
4139 Agradeço a presença de todas as senhoras e senhores conselheiros, presidentes de
4140 Câmaras Técnicas, convidados e da equipe da Secretaria Executiva do Conselho
4141 Nacional de Recursos Hídricos. Solicito aos conselheiros que entreguem os crachás
4142 e o cartão de votação na saída. Muito agradecido a todos pela presença. Tenham
4143 todos um boa noite. Muito obrigado.

4144

4145

4146 (*Palmas!*).